



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

**VIOLÊNCIA E CIDADE: SOCIABILIDADES, TERRITÓRIOS E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONJUNTO HABITACIONAL
SEVERINO CABRAL – CG**

Luiz Henrique Gamboa Marques

Orientador: Dr. Ronaldo Sales Júnior

CAMPINA GRANDE, 2014

LUIZ HENRIQUE GAMBOA MARQUES

**VIOLÊNCIA E CIDADE: SOCIABILIDADES, TERRITÓRIOS E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONJUNTO HABITACIONAL
SEVERINO CABRAL – CG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior

CAMPINA GRANDE, 2014.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- M357v Marques, Luiz Henrique Gamboa.
Violência e cidade : sociabilidades, territórios e relações étnico-raciais no conjunto habitacional Severino Cabral - CG / Luiz Henrique Gamboa Marques. – Campina Grande, 2014.
118 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
- "Orientação: Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior".
Referências.
1. Etnografia. 2. Violência. 3. Territórios. I. Sales Júnior, Ronaldo Laurentino de. II. Título.

CDU 39(043)

LUIZ HENRIQUE GAMBOA MARQUES

**VIOLÊNCIA E CIDADE: SOCIABILIDADES, TERRITÓRIOS E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONJUNTO HABITACIONAL**
SEVERINO CABRAL – CG

Dissertação apresentada em 09 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Sales Júnior (PPGCS/UFCG - Orientador)

Prof. Dr. Vanderlan Silva (PPGCS/UFCG - examinador interno)

Prof. Dr. Marco Aurélio Paz (PPGA/UFPB - examinador externo)

CAMPINA GRANDE, PB

2014

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação a minha mãe, Maria Lúcia, por ter me ensinado desde criança a acreditar no poder transformador do estudo. Por sua coragem e pelo afeto e apoio cotidiano. Ao meu pai José Raul Gamboa e a meus irmãos Demétrio Gabriel e Victor Hugo por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos. Agradeço ao LASAP na pessoa do professor Luís Hermínio Cunha por ter auxiliado parte do meu desenvolvimento acadêmico durante a graduação. Agradeço ao meu orientador Ronaldo Sales pela amizade, paciência e contribuição intelectual na construção deste trabalho. Não posso esquecer, também, do grupo de pesquisa “Sociabilidades e conflitos contemporâneos” na pessoa do professor Vanderlan Silva que acompanhou a realização deste trabalho desde o projeto com questões, leituras e incentivo. A todo o corpo docente do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFCG; Aos camaradas dos Servos da gleba: Aldo, Gian, Rommel, Valdênio, Neto, João Matias, Thiago Chico, Thiago Fernandes; Gilliard, e por fim, aos moradores do conjunto Severino Cabral que abriram suas casas e me receberam generosamente durante a pesquisa.

RESUMO

Campina Grande, antes considerada tranquila, tem sido descrita pelos meios de comunicação, agentes de segurança pública e por sua população de forma geral, como um lugar violento. Isto tem ajudado a construir diferentes padrões de sociabilidade e ocupação do espaço da cidade, mediados pelo medo. Além disso, a violência vem promovendo uma reorganização simbólica, classificando - quase sempre de maneira estereotipada e preconceituosa - territórios e grupos sociais em perigosos e não perigosos, relacionando-se, então, a formas de segregação e discriminação social. Em Campina Grande, pelo menos há uma década, o medo da violência tem sido uma das marcas mais fortes da experiência urbana. A violência tem delimitado trajetos, marcado distâncias, organizado sociabilidades e estabelecido fronteiras sociais. Esta dissertação tem como tema a relação entre violência, sociabilidades, territórios e relações étnico-raciais no conjunto habitacional Severino Cabral localizado no município de Campina Grande - PB. Nela observei, a partir de uma experiência etnográfica, como a violência vem sendo fundamental para a organização das práticas sociais cotidianas dentro da localidade. A violência - real ou imaginada - vem mediando diferentes tipos de interações e formas de ocupação do espaço público, além de organizar simbolicamente os conflitos entre o Severino Cabral e os bairros vizinhos.

Palavras-chave: Violência, etnografia, territórios.

ABSTRACT

Campina Grande, once considered quiet, has been described by the media, public safety officials, and the population in general as a violent place. This has helped to build different patterns of sociabilities and occupation of urban space mediated by fear. Furthermore, violence has promoted a symbolic reorganization, classifying - often in stereotypical and prejudiced way - territories and social groups in dangerous or not dangerous, then, relating it to forms of segregation and discrimination. In Campina Grande, at least a decade, fear of violence has been one of the strongest brands in the urban experience. Violence has delimited paths, marked distances, organized sociability and established social boundaries. This Master's thesis has as its theme the relationship between violence, sociability, territories and ethnic-racial relations in housing Severino Cabral located in Campina Grande - PB. In this research, from an ethnographic experience, I watched how the violence has been central to the organization of everyday social practices within the locality. Real or imagined - The violence comes mediating different types of interactions and ways of occupying public space, as well as symbolically organize Severino Cabral conflicts between neighbors and neighborhoods.

Key-words: Violence; Ethnography; Territories

LISTA DE IMAGENS

1. Mapa de Campina Grande indicando localização do conjunto Severino Cabral.....	27
2. Vizinhança do conjunto Severino Cabral.....	27
3. Fotos do bairro.....	28
4. Mapa dos “Esquisitos”	70
5. Imagem da campanha #querominhacampinadevolta.....	75
6. Aló, Aló minha Campina Grande.....	76
7. Fotos do campo da feirinha do Severino Cabral.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

1. Número de homicídios em Campina Grande de 2002 a 2010.....	14
2. População Residente do Pedregal por cor ou raça, IBGE – 2010.....	91
3. População residente da Ramadinha por cor ou raça, IBGE – 2010.....	92
4. População residente de Campina Grande por cor ou raça, IBGE-2010.....	97
5. População residente em aglomerados subnormais em Campina Grande, IBGE - 2010.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Campina Grande e a expansão da violência.....	14
Uma pesquisa não realizada.....	20
CAPÍTULO 1. CONSTRUINDO AS CATEGORIAS.....	24
1.1 Pesquisando em Casa	26
1.2 Sociedade e violência	29
1.3 A etnografia na Cidade.....	35
1.4 Sociabilidade urbana.....	39
1.5 Espacializando a sociabilidade: A escola de Chicago e sua influência.....	40
1.6 Definindo território: entre o “nós” e o “eles”	43
1.7 Relações étnico-raciais.....	45
CAPÍTULO 2. CONSTRUINDO O SEVERINO CABRAL: TERRITÓRIO, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA.	49
2.1 A inauguração do Conjunto.....	49
2.2 A construção da Igreja.....	50
2.3 Identidade, Interação e território.....	53
2.4 “Aqui a gente tá como Jesus na cruz”	56
2.5 Violência e vizinhança	60
2.6 As três gerações.....	62
2.7 Os “Esquitos”	67
2.7.1 Cartografia social.....	67
2.7.2 Os mapas.....	69
CAPÍTULO 3. SOCIABILIDADE E VIOLÊNCIA.....	73
3.1 O Canal.....	79
3.2 A feirinha.....	80

3.3 A lanchonete.....	83
3.4 Os espaços dos Vigilantes.....	85
CAPÍTULO 4. VIOLÊNCIA E RALAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	91
4.1 Territórios negros.....	92
4.2 Condições de habitação por raça.....	94
4.3 Homicídios e “territórios negros” em campina grande.....	97
4.4 Vitimização negra em campina grande.....	99
4.5 Raça, etnia e racismo.....	100
4.6 Relações étnico-raciais no Brasil.....	102
4.7 O não dito racista.....	103
4.8 Relações raciais no Conjunto Severino Cabral.....	106
4.9 Quando o não-dito é expresso.....	106
4.10 Quando o racismo é sentido.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO:

Todo conhecimento é posicionado. Falamos sempre de algum lugar no qual pesam nossa trajetória, valores e emoção. Começo, então, apontando de onde estou falando, tendo em vista que toda esta dissertação relaciona-se com minha história de vida, o lugar de onde venho e minhas preocupações políticas. Desde criança, resido em Bodocongó, um bairro popular da cidade de Campina Grande-PB. Passei boa parcela da infância e adolescência brincando pelas ruas do bairro. Minhas memórias são recheadas dos lugares onde joguei futebol, soltei pipa, brinquei de polícia e ladrão, barra-bandeira. Foi no bairro, também, onde formei minhas primeiras amizades e namoros e, já na adolescência, os primeiros contatos com os movimentos sociais a partir das pastorais de juventude da Igreja Católica e do grupo de Missionários Leigos Redentoristas que à época possuía uma tendência voltada à Teologia da Libertação.

Neste tempo, acompanhei as transformações na paisagem do bairro. Das casas sem muros e ruas sem calçamento à urbanização da área, o surgimento de novos bairros ao redor, a construção dos canais de pavimentação. Até parte da adolescência, minha experiência pessoal relaciona-se profundamente com a experiência daquele lugar.

Mais tarde, durante minhas graduações em ciências sociais e direito, brincava de analisar o bairro, comparando-o com os novos espaços que estava tendo contato graças à universidade. Observava como meus amigos do conjunto encaravam o trabalho e o estudo, suas perspectivas de futuro; a relação que eles mantínhamos com o centro da cidade, o medo que tínhamos da polícia. No entanto, não passava de uma brincadeira, uma curiosidade que prescindia qualquer rigor analítico ou de pretensões acadêmicas.

Foi também durante a graduação que se somaram às minhas “brincadeiras analíticas” novas preocupações políticas vindas dos movimentos sociais. Comecei a participar do movimento estudantil e depois de associações juvenis voltadas para a realidade da periferia e da juventude negra. Todavia, posso afirmar que o acontecimento que mais contribuiu à formação das questões que apresentarei mais adiante, foi a violência policial sofrida por um amigo de infância. Ele, juntamente com outro jovem, quando surpreendido por uma blitz policial, foi espancado e humilhado na presença de muitas pessoas. Perguntei-me, repetidas vezes, porque ele -jovem negro - e naquele espaço- tinha sido o alvo deste tipo de violência. Por que não próximo à universidade ou em um bairro de elite? No entanto, o que mais me chocou à época, foi o fato de algumas pessoas afirmarem a necessidade e legitimidade

daquela ação. Para boa parte das pessoas com quem conversei, parecia justificável que em uma situação de “suspeita” a polícia agisse com violência.

A partir deste momento, desloquei meus esforços acadêmicos¹ para a compreensão da dinâmica da violência e como ela se relaciona a mecanismos de discriminação étnico-racial. Primeiramente, voltei-me para o estudo da instituição policial, mas percebi que a polícia era a *ponta da lança*: eles faziam o trabalho que muitos esperavam que fizessem². O que mais me preocupava eram os mecanismos que legitimavam e naturalizavam ações violentas sobre grupos marginalizados.

Assim, pretendo deixar bem claro de onde estou falando, assumindo os desafios e dificuldades que minhas escolhas possam trazer. Assumo um conhecimento envolvido, tanto pela proximidade do lugar em que pesquiso - parte do bairro onde moro - como pela origem emocional da questão.

Campina Grande e a expansão da violência

Nos últimos anos a problemática da violência tem sido um dos temas mais presentes da agenda pública na cidade de Campina Grande-PB. Todos os dias são relatados pela imprensa local novos casos de roubos, arrombamentos, estupros, homicídios, construindo uma marcante “sensação de insegurança” na população. A cidade obteve um crescimento contínuo nos números de homicídios, como podemos observar no gráfico³:



Gráfico I. Número de homicídios em Campina Grande de 2002 a 2010.

¹Minhas primeiras pesquisas durante a graduação em ciências sociais, especificamente no projeto PIBIC, estavam voltadas para sociologia rural.

² Não estou negando as especificidades da instituição policial, apenas desloco meu foco de análise para o que legítima possíveis condutas policiais fora do ordenamento legal.

³Gráfico produzido por mim a partir de dados retirados do Mapa da violência 2012.

Entre os anos de 2002 a 2010, os índices de homicídio cresceram continuamente na cidade passando de 108 ocorrências em 2002 para 218 em 2010. Neste período, Campina Grande passou da 340^o para 180^o cidade brasileira com maior taxa de homicídios, possuindo em 2010 uma taxa média de 48,4 por cem mil habitantes, o dobro da média nacional segundo o Mapa da violência 2012⁴. Ela é um exemplo do que WASELFSZ (2012) chamou de *interiorização da violência*, processo pelo qual há uma redistribuição espacial dos índices de criminalidade, principalmente do crime comum violento, passando de uma restrita quantidade de regiões metropolitanas de grande porte para áreas de menor tamanho, não só demográfico, mas também de poder estatal.

Este aumento dos índices de homicídios está ocorrendo em diversas cidades de porte médio - Mossoró, Caruaru, Feira de Santana, etc. Ainda segundo WASELFSZ (2012) nos últimos dez anos, as áreas que tradicionalmente possuíam os índices mais elevados de criminalidade violenta - Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais - tiveram uma sensível queda nos seus números, enquanto que outros estados, principalmente no nordeste do país, como Bahia, Maranhão, Alagoas, entre outros, mais que dobraram seus índices. A *interiorização da violência* também se deu pelo deslocamento da criminalidade das capitais e regiões metropolitanas para cidades do interior dos estados, principalmente para cidades de porte médio, como Campina Grande.

Não está entre os objetivos de este trabalho explicar as causas da *interiorização da violência*, no entanto, pode-se ensaiar sumariamente algumas questões: em primeiro lugar, houve um investimento dos Estados do sudeste em segurança pública e conseqüentemente uma migração do crime organizado para outros polos de ação, e, em segundo lugar, existiu na última década uma desconcentração de capital do sul e sudeste para as outras regiões do país com a implantação de indústrias, hidroelétricas, universidades etc. melhorando a economia destes estados e o aumentando a renda de uma parcela da população. Mesmo diminuído a pobreza, estas transformações não se deram de forma equitativa, havendo em todas as cidades áreas de periferia. Nestes lugares, é precária a atuação das forças estatais de controle da

⁴O Mapa da violência no Brasil é um documento publicado desde 1998 pelo instituto Sagari em parceria com o Ministério da Justiça, sob a coordenação Jacobo Waiselfisz. Este documento recolhe e sistematiza os dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade – SIM. Essas informações são relativamente confiáveis uma vez que de acordo com legislação brasileira nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de óbito correspondente. Essa certidão deve ser expedida por Cartório de Registro Civil à vista de declaração ou atestado médico. Essas declarações são coletadas posteriormente pelas Secretarias Estaduais de Saúde, que as compatibiliza e depura, para enviar posteriormente ao Ministério da Saúde. Com isso poucos casos, apenas quando há ocultamento de cadáver, não são contabilizados.

violência. Não se tem acesso às instituições tradicionais de regulação - polícia⁵ e sistema judiciário - reinando uma justiça privada e paraestatal em que a morte é o meio mais rápido e eficaz de regulação. Esta mudança nos padrões espaciais de violência - a migração dos centros para o interior - tem consequências marcantes para toda a sociedade: transformam-se padrões de sociabilidade e de comportamento.

Além da atenção diária dada pela imprensa do município de Campina Grande, constatamos, no período de agosto a setembro de 2013, diversas manifestações da sociedade que versavam sobre o tema. Foram realizadas duas audiências públicas pelo Ministério Público da Paraíba. Ocorreu, também, no dia 7 de Setembro de 2013, durante o desfile cívico, uma passeata realizada pelo sindicato dos vigilantes da cidade, protestando contra a falta de segurança no município. Foi também organizado por uma página nas redes sociais dedicada à cidade (CG da depressão) um boletim de ocorrência coletivo, colando cartazes onde ocorreram roubos. Neste período, foram lançados dois documentários que discutem a violência no município: “Só vai restar vermelho” dirigido por Ricardo Migliore e “Testemunhos” de Carlos Mosca. E ainda, o Clube de Diretores Lojistas (CDL) de Campina Grande lançou uma campanha intitulada “#querominhaCampinadeVolta” que tenta, segundo eles, chamar a atenção dos órgãos de segurança pública para os constantes assaltos que estão ocorrendo na cidade.

Neste contexto, Campina Grande, antes considerada tranquila por seus moradores, tem sido descrita pelos meios de comunicação, agentes de segurança pública e por sua população de forma geral, como um lugar violento. Isto tem ajudado a construir diferentes padrões de sociabilidade e ocupação do espaço da cidade, mediados pelo medo. A **violência** – concreta ou imaginada - serve como categoria organizadora de um conjunto de práticas sociais, limitando o universo de interações e de ocupação do espaço público. Além disso, ela promove uma reorganização simbólica, classificando - quase sempre de maneira estereotipada e preconceituosa – territórios e grupos sociais em perigosos e não perigosos, relacionando-se, então, a formas de segregação e discriminação social.

Em Campina Grande, pelo menos há uma década, o medo da violência tem sido uma das marcas mais fortes da experiência urbana. A violência tem delimitado trajetos, marcado distâncias, organizado sociabilidades e estabelecido fronteiras sociais. Diante da ameaça à integridade física ou patrimonial evidencia-se uma desconfiança sobre a possibilidade de

⁵ Como aponta WACQUANT (2001) em diversos países do mundo a polícia opera pela vigilância ostensiva sobre os grupos marginalizados, no entanto, como uma instituição externa que possui a função de manter as desigualdades sociais e não para mediar conflitos.

contatos e interações sociais diferenciados. Em diversas cidades do mundo, esses fenômenos vêm se relacionando a transformações no espaço urbano, principalmente a processos de segregação e discriminação étnico-racial. Neste contexto, os discursos sobre a violência, em especial sobre o crime violento, legitimam a criação de novas tecnologias de exclusão social que promovem a reorganização do espaço urbano (CALDEIRA, 2000). A criminalização de bairros, construção de muros cercando favelas, câmeras, cercas elétricas, condomínios fechados, segurança privada são expressões de políticas de distanciamento e regras de evitação de grupos considerados perigosos.

No Brasil, uma das principais características do debate acerca da violência é sua racialização e a criminalização das pessoas negras. Desde a escravidão, passando pela constituição do “mito da democracia racial brasileira” (FERNANDE, 2005), um dos mecanismos da discriminação étnico-racial foi a relação que se estabelecia entre negritude e violência. Como aponta DOMINGUES VARGAS (1999), é patente o tratamento discriminatório das instituições responsáveis pela segurança pública, sendo as pessoas negras o alvo preferencial da violência policial e do tratamento mais severo da justiça criminal. Além disso, os casos mais comuns de discriminação racial possuem ligação com uma suposta suspeita imputada à pessoa discriminada. GUIMARÃES (2004) descreveu variados casos de discriminação racial em que pessoas negras recorriam à justiça por serem humilhadas em lojas por suspeita de furto ou impedidas de entrar em estabelecimentos residenciais por serem consideradas suspeitas pelos seguranças. Em outras palavras, a ligação ideológica da negritude com o universo da violência e, mais propriamente com o crime, ainda está muito presente no cotidiano das cidades brasileiras, possuindo potencial discriminatório eficaz e auxiliando a manutenção das desigualdades étnico-raciais.

Estes fatores tomam contornos diferenciados e são experimentados de maneiras diversas nos bairros “populares” da cidade. Marcados por jogos complexos de proximidade próprios de lugares onde “as pessoas se conhecem”, as *falas do crime* – narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema (CALDEIRA, 2000, p.10) – possuem potencial ordenador muito forte das práticas de sociabilidade e sobre os territórios dos bairros. Ao falar-se de *trajetórias* - o filho de seu Zé da farmácia que “virou bandido”; ou de *acontecimentos*: o assalto na bodega da esquina; do corpo que foi encontrado em um campo de futebol; do jovem que apanhou da polícia – a violência empresta uma linguagem que media e organiza a vida no bairro. Os *lugares* frequentados para o lazer; a forma de caminhar nas ruas - sozinho ou em grupo; as esquinas

que são utilizadas como ponto de encontro; a relação com quem é de fora ou de um bairro vizinho, etc. possuem marcas e registros em que a ocorrência da violência empresta significado.

A violência também serve como organizador temporal e de geração. Ela insere uma ruptura entre um tempo idealizado e distante - tempo de tranquilidade, em que as pessoas frequentavam as ruas, em que todos se conheciam, em que era seguro “ir para festa e chegar mais tarde em casa” - e o agora, visto como algo desorganizado, perigoso. Esta passagem, “da tranquilidade ao perigo” - reflete-se nas paisagens e nos usos do espaço. A passagem de uma “arquitetura aberta” – na qual os usos do espaço doméstico se estendem por fluxos e mediações à rua (janelas, quintais, calçadas) - para uma “arquitetura fechada” (construção dos muros e seu crescimento, cercas elétricas, condomínios fechados) ganha significado na gramática da violência urbana e é apontada como resposta ao aumento dela. (ODALIA, 1983)

Neste trabalho estou observando a violência em seu aspecto positivo, não no sentido de eticamente desejável ou necessário, mas, neste caso específico – e analogamente em outras realidades urbanas – como constituidora do mundo social, criando realidade e organizando práticas e relações sociais. Compreendo a violência como uma interação social, portanto, como prática dotada de significado que se institucionaliza em uma gramática social em constante negociação que se produz (e reproduz) pela violência, organizando diversas esferas sociais. Essa significação é traspassada de relações de poder e conflitos, incidindo por disputas para definir o que é violência e quais grupos são dela portadores.

A principal questão que coloco é: como a violência no município tem influenciado as formas pelas quais as pessoas se relacionam entre si e com os territórios da cidade? Assim sendo, pretendo afastar-me de um modelo quantitativo, mesmo que possa em alguns momentos fazer uso dele, buscando uma abordagem etnográfica que possibilita a compreensão desta dinâmica. Defendo que a proximidade do fazer etnográfico possibilita interpretar a realidade urbana em sua complexidade e rapidez e afasta o perigo de reforçar visões midiáticas e simplificadoras dos processos sociais.

Neste contexto, meu principal objetivo é, partindo de uma experiência etnográfica, analisar a influência da violência na constituição das sociabilidades, territórios e relações étnico-raciais no Severino Cabral, conjunto habitacional integrante do bairro de Bodocongó, município de Campina Grande - PB. Apresentarei quais são os lugares que são apontados como perigosos e como estes refletem a experiência de fronteiras com outros bairros e a relação com a cidade de Campina Grande de forma geral. Observarei, também, como a

experiência do lugar, com suas redes de convívio e sociabilidade, são perpassadas pela violência.

O trabalho de pesquisa foi realizado em dois momentos distintos. O primeiro momento, que compreende o período de setembro e outubro de 2013, foi feito um reconhecimento geral do conjunto Severino Cabral. Realizava caminhadas regulares pelo conjunto, em diversos horários, com o objetivo de produzir um levantamento dos principais pontos de sociabilidade (feirinha, igrejas, lanchonetes, Canais de Bodocongó e Ramadinha, esquinas frequentadas, bares, etc.) dos atores sociais envolvidos (grupos que frequentam os espaços públicos, associação de moradores, clube de mães, vigilantes) e dos horários e fluxos que organizam a vida cotidiana do conjunto. No segundo momento, que compreende de fevereiro a abril de 2014, foi dedicado ao trabalho etnográfico propriamente dito, participando do cotidiano do conjunto, no qual estabeleci uma rede de sociabilidade diária. Dentre os pontos de sociabilidade apontados escolhi quatro para realizar uma abordagem mais detida: *O Canal de Bodocongó, a feirinha do Severino Cabral, a lanchonete e o Espaço dos Vigilantes*. Esta escolha se justifica por acreditar que estes pontos de sociabilidade expressam de maneira bastante clara a influência da violência sobre as práticas territoriais, sociabilidades e relações étnico-raciais no conjunto. No mês de Abril foram realizadas vinte e duas (22) entrevistas semiestruturadas⁶. Estas entrevistas “formais” tiveram o objetivo de complementar as informações e análises que vinham sendo realizadas a partir do diário de campo e tinham como objetivo registrar em forma de áudio as falas dos moradores e coletar o que poderíamos chamar de uma “memória do conjunto”. Foram entrevistados inicialmente as pessoas com que convivi diretamente na pesquisa. Posteriormente, entrevistei moradores que possuíam alguma informação importante para pesquisa, seja por sua ocupação seja pelo tempo que residem no conjunto. As entrevistas ficaram divididas desta forma: Quatro moradores que residem no bairro desde sua fundação; um bombeiro; um policial militar; três donos de estabelecimentos comerciais no conjunto; um técnico de futebol amador do bairro, um coordenador da associação de moradores, um coordenador de pastoral da Igreja Católica; dois vigilantes noturnos, oito jovens moradores. Destas vinte duas entrevistas foram confeccionados dez (10) mapas do conjunto nos quais eram apontados quais os lugares que o entrevistado entendia como mais perigoso. Estes mapas me auxiliaram na percepção de como os moradores observam seu território e suas fronteiras e como a violência demarca

⁶ Ver em anexo roteiro de entrevista semi-estruturada.

simbolicamente o espaço físico, construindo o que chamaremos adiante de “o esquisito”: espaço mágico demarcado pela violência.

Uma pesquisa não realizada.

Antes de voltar meu olhar ao Severino Cabral, tentei realizar a pesquisa em outra localidade: A comunidade Campo D’Angola localizada no distrito São José da Mata também município de Campina Grande. A Pesquisa não foi levada a cabo, no entanto contribuiu bastante para o desenvolvimento de minha interpretação do fenômeno da violência.

Meu contato inicial com a comunidade Campo D’Angola ocorreu quando participei da Associação de Juventude pelo Resgate à Cultura e Cidadania (AJURCC) que tinha nessa localidade suas principais ações. Ainda nesta a época, por volta de 2010, soube o quanto a violência afligia aos moradores e da estigmatização imposta à comunidade.

Campo D’Angola é uma comunidade pobre que foi fundada por escravos fugidos em fins do século XIX. Em sua maioria da etnia Angola, essas pessoas fugiram de engenhos de açúcar de Pernambuco, por volta de 1870, em decorrência dos sofrimentos ocasionados por uma grande seca. Instalaram-se nos antigos campos de laranjeiras onde estabeleceram uma rede de permanência cultural. Ainda hoje, uma parcela considerável de sua população é formada por pessoas negras e permanecem traços culturais negros, como se pode observar com o grande número de terreiros de candomblé ali presentes.

Mesmo o Campo D’Angola fazendo parte de São José da Mata, existe uma delimitação clara entre as localidades. Desde sua fundação, a comunidade Campo D’Angola é estigmatizada pela população circunvizinha, vista como lugar perigoso, cheio de “macumbas”, lugar para ser evitado. Hoje o Campo D’Angola é aparentemente mais pobre e sem infra-estrutura do que restante de São José da Mata, possuindo diversas ruas sem calçamento e saneamento básico. Possui, também, sua população dividida entre zonas rurais e a urbana. Além disso, nos últimos dez anos a comunidade sofreu com o aumento das taxas de homicídios e do tráfico de drogas fortalecendo sua estigmatização.

Durante alguns meses tentei me aproximar do universo de pesquisa. Comecei por meus amigos da associação que moravam em Campo D’Angola. Desde o início eles me alertavam da impossibilidade e do perigo de realizar qualquer pesquisa no lugar. Haviam ocorrido nos últimos anos na comunidade diversos assassinatos devido a disputas pelo

domínio do tráfico de drogas e soaria estranho alguém de fora se interessar pela comunidade. Dos cinco amigos com quem pude conversar, todos deslocaram suas narrativas para a ocorrência desses homicídios. Narravam com riqueza de detalhes as mortes e algumas histórias que tinham vivenciado com as vítimas. Quase todos que morreram eram conhecidos: pessoas com quem partilharam brincadeiras de criança ou estudaram juntos, ou eram amigos próximos. Era clara a *personalidade* daquele tipo de violência. Aparentemente todos sabiam por quem e como tinham ocorrido os homicídios. Sabia-se os fatores que estavam por trás dos assassinatos: rixas antigas, disputas por mulheres, defesa de algum amigo ou familiar, tudo permeado por um complexo código de honra masculina. As mortes que tinham sido noticiadas pela imprensa pelas alcunhas homogeneizadoras de “envolvimento com o tráfico” ou “acerto de contas”, ganhavam nessas narrativas conteúdo e significado.

Para mim, essas narrativas apontavam para a formação de um *ethos* guerreiro com fortes códigos de honra e uma personalidade distinta daquela observada na violência em grandes cidades⁷. Isso fugia um pouco dos meus interesses iniciais, no entanto, ficou claro que esta narrativa fazia muito mais sentido aos moradores. Tentei alargar o leque de informantes e sair do reduto dos amigos, todavia, como eles me alertaram, reinava uma desconfiança dos moradores. O fato da AJURCC ter interrompido suas atividades também dificultou minha aproximação. Dediquei alguns meses na tentativa de criar uma estratégia de pesquisa em que pudesse caminhar pelo bairro com tranquilidade e conversar com as pessoas com naturalidade, no entanto, precisava de mais tempo para ter um lugar na comunidade, de compartilhar experiências que me enquadrasse dentro daquela rede de personalidade. E isso não foi possível em uma pesquisa de mestrado. Nas tentativas que realizei de conversar fora do reduto dos amigos, foram interações tensas nas quais eu não conseguia agir com a naturalidade necessária para manter um relacionamento amistoso. Mesmo eu não falando diretamente do que se tratava a pesquisa, usando de gigantescos eufemismos, pouco era dito.

Porém o ponto que marcou a minha desistência definitiva ocorreu quando conversei com um amigo integrante da polícia civil que revelou que estava ocorrendo no Campo D’Angola uma operação investigativa, parceria entre a delegacia de homicídios e a narcóticos, que buscava impedir a reorganização do tráfico de drogas na comunidade. Depois desta informação observei que realizar pesquisa com um tema tão delicado neste período seria muito arriscado, uma vez que poder-me-iam enquadrar dentro da classificação de “informante” ou “delator” o que colocaria em temeridade minha integridade física.

⁷Ver MACHADO DA SILVA S, L.A Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.

Mesmo não levando a cabo a pesquisa, esta experiência foi bastante importante para a construção de como compreendo o fenômeno da violência e, além disto, foi o que me direcionou ao Severino Cabral. Analisando os fatores que me impediram de ser aceito na comunidade Campo D'Angola, observei que o conjunto Severino Cabral possibilitaria condições favoráveis para a realização de uma pesquisa como a que proponho. O fato de viver ali, de partilhar de redes de amizade e conhecimento me possibilitaria desenvolver a pesquisa sem correr maiores riscos. Parecia muito mais aceitável e plausível o interesse pelo bairro de alguém que nele vive.

Como aponta VELHO(1978), por muito tempo se pensou que era necessário distanciamento entre o pesquisador e seu “objeto” para construir conhecimento. Isso levou muitos antropólogos a percorrerem grandes distâncias em busca de culturas diferentes das ocidentais. Acreditava-se que o contato com o exótico nos possibilitaria o distanciamento necessário para a realização da pesquisa de maneira objetiva. No entanto, para o autor, distancia não significa conhecimento, tampouco a familiaridade por si mesma. Dispomos de categorias que, como em um mapa, posicionam pessoas e grupos da realidade que nos é próxima. Mas isso não quer dizer que conhecemos os sistemas que estão imbricados nessas relações. Para transformar familiaridade em conhecimento é necessário se colocar na posição do “outro” através de uma investigação sistemática. E, além disso, relativizar nossos conceitos e premissas anteriores:

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito dos fatos, situações. (VELHO, 1978, p.39).

O fato de ter morado no local de pesquisa possibilitou que eu a realizasse. Pude utilizar das redes sociais que participei durante a infância para me aproximar das pessoas sem gerar maiores estranhamentos e desconfianças. Pude andar sem atrair muitos olhares, rever amigos, participar da vida do bairro. No entanto, a familiaridade implica também, um exercício de relativização de minhas categorias e principalmente um desprendimento emocional.

Mesmo com todos os seus desafios, a etnografia tem muito a oferecer ao estudo da violência e do urbano de modo geral. Ao resgatar a importância dos atores sociais e suas práticas cotidianas de sociabilidades, conflitos, organizações, a etnografia impede que se caia

em lugares comuns. Ao encaixar todas as práticas de violência na categoria de violência urbana, sem observar as especificidades históricas com que ela ocorre em cada lugar, corre-se o risco de reforçar e legitimar preconceitos. Minha pesquisa tem demonstrado que em dois bairros muito próximos da mesma cidade, podem-se observar práticas e percepções de violência muito distintas. Trabalhos de “sobrevoo”, pautados puramente em análises estatísticas ou nas visões oficiais não captam as minúcias, as histórias, a complexidade da rede de relações e práticas que se organizam a partir da vivência em espaços marcados pela violência.

Divide meu trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo está voltado para reflexões de ordem conceitual e metodológica. Inicialmente apresentarei o bairro tentando inserir o leitor no universo pesquisado. Realizarei, então, uma breve revisão bibliográfica com o intuito de desenvolver os conceitos que nortearão todo o estudo: violência, sociabilidade, território e relações étnico-raciais. Também apontarei como foi realizada a opção pela etnografia. No segundo capítulo discorrerei sobre a formação territorial do conjunto Severino Cabral e como está se constituiu na relação conflituosa entre o conjunto e sua vizinhança, principalmente Ramadinha e Pedregal; apontarei também para as transformações da violência no bairro utilizando a memória dos moradores, o que resultou na divisão analítica entre as três gerações de violência. E ainda, como este histórico de violência demarca simbolicamente o espaço formando os “*esquisitos*”. O terceiro capítulo será dedicado à descrição etnográfica de quatro espaços de sociabilidade do bairro: O canal de Bodocongó, A feirinha do Severino Cabral, A lanchonete, e “*Os espaços dos Vigilantes*”; tentando analisar como a violência ordena e media diversas formas de sociabilidade do bairro que possuíam a marca da desconfiança e do medo. Apontarei também como ocorrem os contatos e encontros nestes espaços entre os moradores do Severino Cabral e os moradores dos bairros vizinhos. E, por fim, no quarto capítulo apresentarei a problemática das relações étnico-raciais estabelecidas no conjunto, relacionando-as às formas mais gerais de racismo e criminalização dos territórios negros que ocorrem em âmbito nacional.

CAPÍTULO I. CONSTRUINDO AS CATEGORIAS

Em uma tarde de sábado, no dia 07 de setembro de 2013, estava em casa desfrutando o feriado, quando escutei uma sequência de estalos abafados. Era por volta das treze horas. Prontamente percebi que aquele barulho que ouvira se tratava de disparos de arma de fogo, mas demorei alguns minutos para me prontificar em saber o que estava acontecendo. Ao sair de casa, vi algumas pessoas correndo se direcionando a rua paralela a minha. Eu timidamente as segui. Quando cheguei no lugar, a aproximadamente 150 metros de onde moro, deparei-me com um corpo ensanguentado estendido no chão. Era um moto-taxista de quarenta anos que havia sido morto há poucos minutos por seis tiros, quatro deles no rosto. Ao seu redor, a polícia militar e várias pessoas: jovens, idosos e crianças. Todos se aproximavam para ver o cadáver com um olhar que misturava estupor e curiosidade. Uns tiravam fotos, alguns riam ou conversavam, outros em silêncio olhavam com atenção.

Um policial militar teve o cuidado de cobrir o cadáver com papel alumínio. Cada vez chegavam mais pessoas aumentando a multidão. Alguns minutos depois, chegaram a mãe e a irmã da vítima transparecendo certa tranquilidade, o que causou estranhamento a alguns dos presentes.

Fiquei ali acompanhado por um grupo de conhecidos que encontrei no lugar. Várias pessoas cumprimentavam-nos e comentavam rapidamente suas versões do ocorrido e as possíveis motivações do crime. Contaram que a vítima era um antigo morador do bairro e bastante conhecido. Ele tinha sido alvejado duas semanas antes, mas, naquela ocasião, conseguira escapar apenas com ferimentos leves. Era seu primeiro dia de trabalho após sair do hospital. Narraram, ainda, que no momento do homicídio, a vítima jogava dominó com seus companheiros de profissão quando chegaram dois homens em uma moto e começaram a atirar. O moto-taxista tentou fugir, todavia foi atingido no braço e caiu. O assassino se aproximou andando e efetuou mais cinco disparos a “queima roupa”.

A polícia civil demorou mais de uma hora para se reportar ao local e ao chegar cercou a área com uma fita plástica amarela para distanciar os “curiosos” e iniciou alguns procedimentos investigativos, recolhendo as cápsulas de bala e catalogando minuciosamente os pertences da vítima. Retiraram dos seus bolsos um celular e uma carteira com documentos e uma pequena quantidade de dinheiro. Um policial contava os ferimentos e fotografava onde ocorreram os disparos, movimentando algumas vezes o corpo da vítima. A cada movimento falava em voz alta a localização do ferimento, o que era anotado por um segundo policial

civil. Enquanto isso, a delegada e outro policial andavam de um ponto a outro da rua como que estivessem imaginando a trajetória da bala ou coisa parecida. Conversavam entre si⁸, às vezes balançando a cabeça em sentido negativo e outras, fazendo alguns sinais indecifráveis para mim. A mãe e a irmã da vítima, aparentemente cristãs evangélicas, rezavam se destacando entre a multidão. Tudo isso era acompanhado atentamente pelas pessoas ali presentes.

Para algumas pessoas com quem conversei, a explicação daquele homicídio estava associada ao passado criminoso da vítima: “*antigamente ele colocava o terror no Severino Cabral!*”⁹. Passado este, confirmado pela forma em que ocorreu o crime: “*já vieram certo pra matar e foram quatro tiros na cabeça!*”; e pelo comportamento aparentemente tranquilo de sua mãe: “*ela sabe a pecinha que tinha!*”.

Outra coisa que se falou repetidas vezes, foi o fato de que o moto-taxista assassinado não ter tido o que poderíamos chamar de uma boa leitura dos códigos postos. Ele teria “*vacilado*”, não se escondendo por um tempo até que suas desavenças fossem esquecidas: “*Ele se confiou demais, estava pedindo pra morrer!*”

O corpo permaneceu ali estendido por aproximadamente três horas até ser recolhido pelo Instituto Médico Legal (IML). Algumas senhoras se encarregaram de lavar o sangue que permanecia na rua e a multidão foi aos poucos se dispersando.

Infelizmente o crime que acabo de narrar não é um fato isolado. A experiência – direta e indireta – da violência tem se tornado parte do cotidiano da cidade. No entanto, podemos nos perguntar, qual o peso da violência na forma dos indivíduos se relacionarem entre si e com a cidade? Será que as pessoas são as mesmas quando o perigo da violência, principalmente da morte violenta, faz-se tão presente? Pretendo no decorrer do texto apresentar estas indagações partindo de uma experiência etnográfica do conjunto Severino Cabral. Neste capítulo, além de apresentar ao leitor o espaço da pesquisa, pretendo desenvolver os principais conceitos que a nortearam: violência, sociabilidade, território e relações étnico-raciais; apontando como elas se relacionam.

⁸ Em nenhum momento vi os policiais conversando ou perguntando algo aos presentes, mesmo havendo algumas pessoas no local que presenciaram o crime. Comentei isso com um amigo que respondeu com um sorriso no rosto: “E quem danado vai estar falando com a polícia?”

⁹ As expressões entre aspas são transcrições livres de algumas falas que se repetiram nas conversas.

Pesquisando em Casa

Como disse anteriormente, desde criança resido em Bodocongó, um bairro popular da cidade de Campina Grande-PB. Bodocongó é um dos bairros mais antigos da cidade. Foi construído em 1915 junto com a construção do açude que leva o mesmo nome. Desde o início, a localidade se caracterizou por ser um bairro operário. Foram instaladas, nas décadas subsequentes à construção do açude, diversas fabricas¹⁰, levando o crescimento demográfico da região. Hoje, o bairro possui uma população de mais de 13 mil habitantes divididos em áreas bastante heterogêneas, com níveis de qualidade de vida extremamente variados, abarcando, por exemplo, o Bairro Universitário e a Vilas dos Teimosos.

Escolhi realizar minha pesquisa no conjunto Severino Cabral, uma pequena parte de Bodocongó. Esta escolha traz alguns problemas metodológicos ao trabalho, como por exemplo, a dificuldade de encontrar dados demográficos ou de estatísticas de violência específicas do Severino Cabral. Todavia, se justifica pelo tamanho e heterogeneidade de Bodocongó que dificultaria a realização de um trabalho etnográfico mais detido, além da possibilidade de homogeneizar áreas bastante distintas.

O Severino Cabral foi construído em 1981 como um conjunto habitacional¹¹. Ele é bastante heterogêneo, residindo professores, comerciantes, policiais, operários, desempregados, mas a maioria de sua população pode ser classificada como de classe média baixa.

Nessas três décadas de existência sua paisagem e população mudaram sensivelmente. Os moradores narram que neste tempo as ruas foram calçadas e estendeu-se à totalidade das casas o acesso à rede elétrica e esgotamento sanitário. A maioria de suas casas foi reformada, aumentando os muros e a quantidade de cômodos. De forma geral, as pessoas apontam que houve uma melhoria no conjunto. Alguns afirmam que puderam comprar um automóvel, reformar a casa ou conseguiram um “emprego melhor”. Também destacam a melhoria trazida pela construção do Canal de Bodocongó e mais recentemente pelo canal da Ramadinha que são utilizados como área de lazer pelos moradores¹².

¹⁰Destacam-se uma Indústria têxtil, um curtume e um matadouro.

¹¹ Conjuntos habitacionais geralmente fazem parte de políticas públicas voltadas à habitação popular. Construídas em série, essas residências se caracterizavam pelo seu pequeno tamanho e por serem todas iguais. Faz parte da “memória coletiva” do Severino Cabral a entrega das casas e sua povoação, criando uma diferenciação com o resto de Bodocongó.

¹²Ver Figura 1.

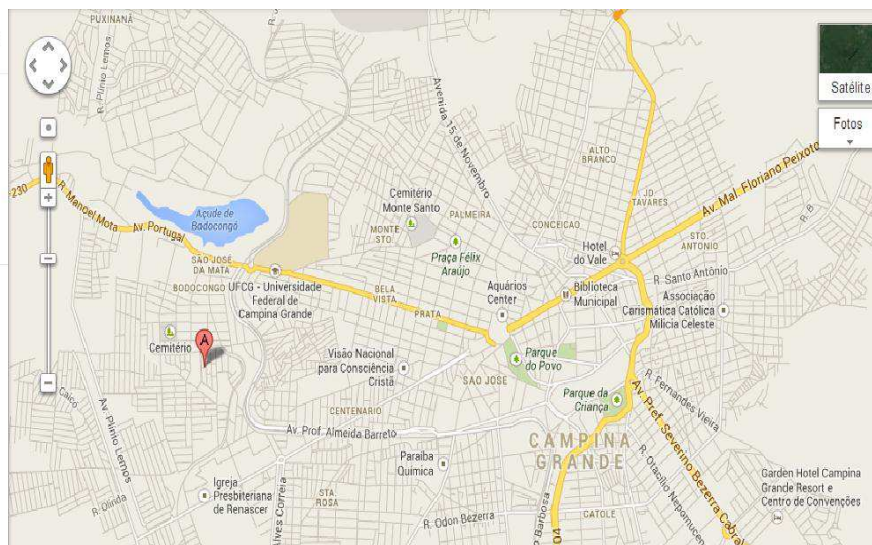


Imagem I. Mapa de Campina Grande. O ponto A marca a praça central do Severino Cabral.

Para os seus moradores, o Severino Cabral possui uma delimitação mais ou menos estabelecida: começa na “Feirinha” e vai até a rua principal onde fica o “Mercadinho Natal”. Faz fronteira com a Ramadinha, Conjunto Antônio Mariz I e II, Dinamérica III, e - ultrapassando o canal de Bodocongó - o Pedregal. Como se pode observar na figura 2, indicando de vermelho o Severino Cabral:



Imagem II. Vizinhança conjunto Severino Cabral.

Na primeira caminhada que dei no bairro com objetivo de realizar a pesquisa, tive a sensação de que era um estrangeiro naquele espaço. Senti que, desde que ingressei na universidade, tivera deslocado minhas redes de sociabilidade para outros espaços,

permanecendo apenas algumas amizades e pouca vivência do lugar. Tudo parecia diferente, as casas estavam mudadas, as ruas e as pessoas. Pedi a um amigo que fizesse uma caminhada de “reconhecimento” comigo. Ele conhecia pelo nome e cumprimentava quase todas as pessoas que encontrava. Eu conhecia poucas delas, a maioria “apenas de vista” sem nenhum laço maior de intimidade. Começamos nossa caminhada aproximadamente às dezesseis horas. Percorremos, vagorosamente, as ruas do bairro, enquanto compartilhávamos memórias do lugar, apontando para onde brincamos na infância. Logo passamos em frente à “praça”¹³ central do Severino Cabral, um descampado onde tem um pequeno campo de vôlei e é cercado pela igreja católica e pela escola estadual. Estava bastante movimentada¹⁴. A rua e calçadas estavam cheias de jovens que saíam da escola ou que apenas vieram “ver o movimento”. Passamos e chegamos no Canal de Bodocongó que, como sempre neste horário, encontrava-se pessoas caminhando e outras tantas sentadas nas esquinas ou na porta de suas residências. Caminhamos até o sol se pôr e voltamos para casa enquanto as pessoas se recolhiam e as ruas começavam a se esvaziar¹⁵.



Créditos: Gilliard Oliveira.

¹³Um interlocutor me disse que um político - não soube informar o nome - tinha movimentado a comunidade e conseguido uma verba destinada a construção da praça, mas que, no entanto, esta nunca tinha sido concluída, sendo apenas construído o alicerce e plantadas uma pequena quantidade de mudas.

¹⁴ A esquina da escola era um dos espaços aonde pretendia, inicialmente, realizar uma observação mais detida, no entanto, a escola foi desocupada para reforma durante a pesquisa esvaziando este espaço de sociabilidade.

¹⁵Na foto do lado esquerdo uma das ruas do conjunto Severino Cabral e a Escola Estadual; do lado direito a “praça” e a Comunidade São Pedro.

O Severino Cabral tem sofrido com a forte “sensação de insegurança”. São frequentes roubos e o conjunto é apontado como um ponto de tráfico de drogas. Estes acontecimentos estão presentes nas narrativas cotidianas do bairro, geralmente se reportando a um “outro”: Para a maioria dos moradores a violência que ocorre no conjunto é efetuada por alguém de fora, de algum outro bairro da região, geralmente Ramadinha e Pedregal.

O fato de estar localizado entre a Ramadinha e o Pedregal, bairros tradicionalmente vistos como pobres e violentos, influencia bastante, por oposição, a territorialidade do Severino Cabral. Um das explicações dadas para a criminalidade no bairro é, justamente, ser um ponto de passagem entre esses dois bairros. Esta característica implicará em uma série de consequências na territorialidade e sociabilidade que indicaremos no decorrer do texto.

Mas afinal o que é violência? Contemporaneamente, o conceito de violência está sendo utilizado quase como sinônimo de criminalidade violenta e os índices de homicídio estão sendo utilizados como o meio de mensuração. No entanto, para melhor desenvolver as questões que proponho, faz-se necessário apontar o caráter histórico da violência e diferenciá-la de conceitos correlatos, como crime e dominação.

Sociedade e violência

No momento em que escrevo está ocorrendo um debate bastante fecundo em que está posta em jogo a própria definição de violência. Os protestos de junho de 2013 que começaram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e se prolongaram nos meses seguintes em diversos estados do país, promoveram a contestação da definição de violência que se tornou hegemônica contemporaneamente no Brasil. Discutiu-se exaustivamente sobre os novos atores – principalmente os *Black Blocs* - que utilizavam a força física como estratégia política e sobre o caráter bom ou mau do uso da violência. Nas redes sociais mensagens como “violento é o Estado!”, “Violência é a fome!”, a “corrupção mata mais que o crime!” entre outros, tentaram alargar o conceito de violência. O resultado disto foi um rico debate que perdura até o momento sobre a natureza da violência na sociedade brasileira.

A violência é um fenômeno presente em todas as sociedades humanas. Em toda aglomeração social existem manifestações de violência, assim como, em maior ou menor grau, instituições que regulam e limitam sua amplitude. Por outro lado, toda violência é histórica, ganhando significados distintos em cada contexto social. Como aponta MICHAUD

(1989) a dificuldade de definir violência vem desde sua própria etimologia: Violência vem do latim *violentia* que significa caráter agressivo, bravo, força. Ou ainda, emprego da força física, força vital, potência ou também quantidade, abundância. Esta força toma o caráter violento a partir do momento que ultrapassa os limites ou acordos estabelecidos socialmente. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999). Disto podemos tirar, inicialmente, duas características fundamentais da violência: uma ação fundada na força e, por outro lado, a transgressão de acordos e normas sociais. Assim sendo a violência se apresenta em diversas manifestações dependendo do contexto histórico em que está inserido, não havendo a possibilidade de antemão definir a violência como positiva e boa ou como destrutiva e má.

MARTUCCELLI (1999) apresenta como a noção de violência vai ganhando o sentido negativo atual. Para ele, por muito tempo a violência foi representada como meio legítimo de transformação social e luta contra a opressão. Este tipo de pensamento teve seu expoente mais acabado na tradição marxista para a qual a violência era uma manifestação disfarçada da luta de classes. O autor aponta que muito da carga negativa associada à violência na sociedade contemporânea se deve a crise intelectual e política desta representação. SOARES (2003) afirma que na sociedade brasileira se formou uma representação ambígua do criminoso, sendo apresentado ora como herói – com a ode à contravenção e à ética da malandragem – ora como malfeitor que deveria ser tratado com violência pelo Estado. Esta representação se transformou no decorrer das décadas de setenta e seguintes com o desenvolvimento do crime organizado e o aumento da criminalidade nas grandes cidades, como também, pelo apelo da intelectualidade em fortalecer as instituições democráticas após o regime militar. Para o autor, a concepção do “bandido herói” foi quase que abandonada, passando ser a segurança pública e combate a criminalidade uma das bases da ideia de democracia no país.

Também aponta para a historicidade da ideia de violência a forma como ela é mensurada hoje. Contemporaneamente a violência é medida pela ocorrência média de homicídios por habitantes. Quanto mais homicídios por cem mil pessoas ocorrerem, mais a sociedade é considerada violenta. Este entendimento é bastante recente, datando da década de 1980 em decorrência de uma política da Organização Mundial de Saúde que se espalhou para todo o mundo. No Brasil este entendimento vem sendo reforçado pela divulgação do Mapa da violência, que promove um “retrato” da violência no país, partindo de dados estatísticos de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito.

Para BRICEÑO-LEÓN (2010), existem basicamente três tipos de violência: a estrutural, a psicológica e a física. A violência estrutural faz referência às condições sociais degradantes que parte da população é submetida. Fome, pobreza e a carência dos serviços públicos básicos como a água, habitação, educação e própria negação da cidadania plena para alguns grupos sociais são observadas como uma violência cometida pelo sistema capitalista, pela elite estatal ou pelo próprio “corpo social”. Como aponta o autor, este tipo de reflexão surgiu dentro da chamada criminologia crítica, de cunho marxista, que se contrapunha às explicações individualistas da criminalidade. O banditismo, principalmente das classes populares, era apresentado como resposta a uma violência externa e sistemática das elites.

A violência psicológica é uma agressão emocional que pode se dar pela ameaça, ofensa verbal, exposição pública, abandono. etc. O autor, aponta que toda violência tem uma faceta psicológica, mas esta se caracteriza por restringir-se a este aspecto. A violência estrutural e a psicológica estão em dois polos opostos do comportamento social. O primeiro no extremo da exterioridade, da ação de um sistema indefinido que impõe uma condição de opressão e desigualdade a determinados grupos sociais e o segundo na agressão direta e individual à subjetividade. E por fim, a violência física que se constitui como: *“El uso o amenaza de uso de la fuerza física para danar a otros o ano mismo”*. (BRICEÑO-LEÓN, 2010. p. 31)¹⁶.

Esta tipologia possui alguns problemas, mas permite dar o passo inicial na discussão. Por seu grau de amplitude o conceito perde um pouco de sua aplicabilidade uma vez que muitos fenômenos são embarcados pelo conceito de violência. Por exemplo, a violência estrutural se confunde com o conceito de desigualdade social e o ator que pratica a ação violenta se perde, transformando-se em um ser abstrato ou um corpo social exterior e indeterminado. No caso da violência física, apesar de ser bastante eficiente e sistemática em se tratando de dados estatísticos, não considera as intencionalidades nem a natureza das normas sociais transgredidas. Seriam abarcados na mesma categoria os crimes comuns violentos, revoltas populares, violência política impetrada pelo estado.

Neste ponto, também se faz preciso distinguir o conceito de violência dos conceitos de crime e dominação que são muitas vezes utilizados como sinônimos, dificultando o a melhor compreensão dos fenômenos. Crime “uma conduta (ação ou omissão) contrária ao Direito, a

¹⁶A violência também pode ser classificada em diversos tipos: violência doméstica, violência sexual, violência contra vulnerável (idoso, criança, portador de necessidades especiais). Neste trabalho daremos mais atenção a violência que ocorre no espaço público – aquela que está mais comumente caracterizando a violência urbana: roubos, furtos e homicídios.

que a lei atribui uma pena” (PIMENTEL *apud* MIRABETE, 2003, p.95). Ou seja, nem todo tipo de violência é considerado crime. A ocorrência de um crime pressupõe a quebra de uma regra formalmente instituída. Existem casos em que a violência é permitida pela lei, como, por exemplo, na legítima defesa e no exercício da autoridade policial. E nem todo crime é, por outro lado, socialmente considerado como violência. Crimes que não fazem uso direto da violência física como a receptação, corrupção, os crimes de “colarinho branco” em geral, apesar de moralmente condenáveis e trazerem grandes danos à coletividade, raramente são enquadrados no conceito de violência. Isto leva a discussão do caráter ideológico da conceituação de violência que engloba, na maioria dos casos, crimes cometidos majoritariamente por classes inferiores na hierarquia social, deixando de lado uma gama de infrações penais que são tão quanto ou mais prejudiciais à coletividade.

O conceito de dominação também pode ser distinguido do de violência. Dominação para Weber é a “probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas. (WEBER, 1999, p. 139). Todavia, nem toda obediência significa dominação. Para haver dominação é necessária certa “vontade de obedecer” fundada na crença na legitimidade da ordem. Weber classifica três tipos de dominação de acordo com a natureza da pretensão de legitimidade: *Dominação racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens racionalmente estatuídas. *Dominação tradicional*: baseada na crença da legitimidade das tradições instituídas a longo tempo e nas ordens daqueles que às representam; e por fim, *dominação carismática*: “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 1999, pg. 141). Como se pode observar, o conceito de dominação não se confunde com o de violência. A base da dominação não está na violência, ainda que se possa fazer uso dela, mas sim na crença que legitima a ordem.

A concepção de violência de Hannah Arendt é um dos referenciais teóricos mais influentes contemporaneamente. Segundo esta autora, a violência caracteriza-se por sua instrumentalidade, distinguindo-se do poder, do vigor, da força e da autoridade. Segundo OLIVEIRA e GUIMARÃES (2014), o tema da violência está presente, mesmo que de forma pulverizada, em toda a obra de Hannah Arendt. Em suas principais obras (*As origens do Totalitarismo* e *A condição humana*), a discussão sobre violência aparece em contraposição à liberdade e à política. Em 1969, logo após as revoltas estudantis do maio de 1968, a autora escreve “Sobre a violência”, uma obra inteira dedicada ao tema “denunciando” o que ela

chamou de “glorificação da violência”. Para a autora, a violência se caracteriza pela sua instrumentalidade e pela aniquilação da linguagem e a negação do outro. Enquanto a esfera do político e do poder se caracterizam pela capacidade humana de, a partir do debate de ideias, agir em consenso.

A obra está dividida em três capítulos. No primeiro, Arendt dedica sua reflexão a apresentar a influência do desenvolvimento técnico-científico na racionalização dos meios de violência. Analisa também aquilo que chamou de “glorificação da violência” (pensamento pelo qual a violência é uma ferramenta política, defendido à época principalmente por Sartre). No segundo capítulo, busca compreender o que constitui a essência do poder e da criatividade da ação. Para isto, procede a uma série de delimitações conceituais: violência, poder, vigor, autoridade, comando, obediência. No terceiro, faz um confronto com as diversas explicações sobre a violência, como as de base biológica e ideológica, tentando afirmar a especificidade do campo político e a sua pertinência hermenêutica para explicar os fenômenos do poder e da violência.

Para a autora, poder e violência não são apenas distintos, mas inconciliáveis. A proeminência de um é a negação do outro. Assim define poder: “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDR, 2004, p.27). A violência, por outro lado, é dominante quando não é possível chegar ao consenso, aniquilando o outro, negando-se, assim, a própria condição humana.

Em meu entendimento, o pensamento de Arendt, hoje muito influente no Brasil, apesar de sua consistência teórica, inicia sua reflexão partindo do pressuposto da instrumentalidade da violência, ou seja, que ela é um meio para alcançar fins. Apontando em seguida para a ilegitimidade da utilização da violência como estratégia para alcançar determinados objetivos. Isto tem duas consequências principais: nega-se de antemão o poder criativo da violência, em outras palavras, impede que a violência seja vista como construtora de realidade social; e em segundo lugar, nega a capacidade comunicativa, portanto, simbólica da violência. Defendo que uma mudança de perspectiva em que o sentido de linguagem seja ampliado, ultrapassando a esfera da busca pelo consenso, pode auxiliar a compreender o poder socializador e criativo da violência presentes em determinados grupos sociais. Como aponta (COSTA, 2011) atribuir *a priori* um sentido negativo a violência apenas reflete uma tendência de analisar a violência deslocada de seu contexto:

Os limites dessa visão instrumental são mais graves quando sabemos que diversas formas de violência, rotuladas com irracionais ou sem sentido,

de fato são também orientadas segundo normas, protocolos e prescrições específicas. Noutras palavras, são estruturadas e ritualizadas. (COSTA, 2011, p.357).

Simmel, ao contrário, defende que o conflito, do qual a violência é uma espécie, possui um caráter estruturante da realidade social. Uma de suas principais preocupações é compreender as formas de socialização que tornam a sociedade uma realidade, isto é, entender como se constituem e se mantêm os vínculos que relacionam as pessoas. Disto decorre seu esforço em analisar as diversas formas de interação social. Para o autor, o conflito é certamente umas das formas de interação mais importantes. Simmel acredita que as configurações do mundo social não são formadas apenas de elementos convergentes, mas também dos elementos dissociativos e é justamente esta tensão que modela as estruturas sociais. Para o autor, fomos acostumados a pensar a realidade sendo composta de dois polos opostos, na qual um era “o ser”, a substâncias das coisas e o outro sua negação. Como por exemplo, bem/mal, amor/ódio, verdade/mentira. Simmel nos convida a ampliar esta percepção para observar o aspecto positivo de ambos os fenômenos.

O conflito é algo intrínseco à sociedade. Não é conhecida na história da humanidade uma sociedade em estado de constante harmonia. Por isso, não poderíamos considera-lo um estágio efêmero ou patológico, mas como constituinte da realidade social. Para o autor, todo conflito tem algo de positivo: “Destinado a resolver dualismos divergentes; é uma forma de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes.” (SIMMEL, 1983, p. 11).

Se observarmos o conflito em diversas escalas podemos observar que ele pode ser, por um lado inteiramente nocivo para relações particulares e por outro ter um efeito produtivo para o grupo ou vice e versa. Por isso é necessário observa-lo em cada realidade histórica particular. A existência de conflito exerce uma forte influência nas relações intra e extra grupos. Eles servem para estabelecer e manter identidades e fronteiras entre diferentes grupos sociais. De uma forma geral, a distinção entre eles é estabelecida por meio do conflito social, uma vez que há necessidade de construir e afirmar as identidades coletivas. Graus diferenciados de hostilidade e agressividade podem mediar os contatos, afirmar e reproduzir diferenças necessárias para manutenção dos grupos. Isso é particularmente visível na relação entre grupos cuja hierarquia e distinção de status são acentuadas.

Internamente o conflito também sustenta a coesão e a unidade do grupo. Nesse sentido, ele é um elemento estabilizador da estrutura social. Simmel aponta que em diversas sociedades disputas internas promovem dinamicidade necessária à manutenção do grupo.

Assim sendo, o conflito, e sua consequência mais drástica, a violência, ao mesmo tempo em que destrói, também constrói relações. Volto a dizer que esta afirmação não busca defender um caráter eticamente desejável da violência, mas que para compreender o fenômeno da violência e seus efeitos funestos é necessária uma mudança de perspectiva. Para mim, toda ação violenta é dotada de significação. A violência comunica, marca e modela relações sociais. Voltemos ao exemplo de violência com o qual iniciei este capítulo: diversos detalhes informavam aos atores os significados envolvidos. Por exemplo, a forma do assassinato: disparos a queima roupa no rosto significava, para aquele grupo, um envolvimento da vítima com o crime, confirmado pelo “não-choro” da mãe. O assassinato também se apresentava como um tipo de punição pelo não cumprimento ou não leitura dos “códigos da violência”. Era de conhecimento de “todos” que naquela situação o certo a ser feito seria fugir ou se esconder, não o fazendo ele estava “pedindo pra morrer”¹⁷.

Portanto, é necessário compreender a violência e os seus significados sem definir de antemão sua qualidade ética de bom ou mal. Buscar observar os jogos simbólicos, as marcas e fronteiras sociais por ela produzida.

Esta abordagem nos leva a considerar como a violência interfere no cotidiano das pessoas. No modo de agir e se comunicar no dia-a-dia, reportando-nos a nossa escolha metodológica: A etnografia.

A etnografia na Cidade:

Pretendo no decorrer deste estudo utilizar como método de pesquisa a etnografia. A opção pela etnografia não apareceu de forma automática, mas sim no desenvolvimento da própria questão. Ao me inserir no debate sobre violência no Brasil, observei que parte considerável da literatura produzida sobre o tema utilizava, sem maiores discussões, dados retirados da imprensa, de inquéritos policiais ou o cruzamento de dados puramente estatísticos geralmente retirados de órgãos do Estado. Em meu entendimento estudos que não realizem uma discussão sistemática da natureza destes dados correm três grandes perigos:

¹⁷No capítulo II pretendo apresentar como este mecanismo atua no crime de roubo, invertendo a culpa da violência para a vítima, quando ela é roubada em algum lugar tido como “esquisito”.

Primeiramente, tomar como verdadeira apenas a versão oficial dos fatos, não levando em consideração a complexa relação estabelecida pelas agências de segurança pública e os grupos marginalizados que são os mais atingidos pela criminalidade violenta; segundo, não passar do nível descritivo da violência, indicando os grupos agressores e agredidos e as circunstâncias em que há mais probabilidade da ocorrência do fato violento, não captando os jogos de sentido e os aspectos morais relacionados à prática de violência. E por fim, incorre no risco, ao estabelecer a correlação direta entre pobreza e violência, naturalizar estigmas e preconceitos sobre grupos marginalizados.

O uso da etnografia, apesar dos seus desafios, justifica-se por uma tentativa de alcançar uma perspectiva de análise mais aproximada que dê conta de processos, dos significados envolvidos e principalmente em que apareçam os agentes sociais. A análise puramente estatística é importante para descrever os fenômenos, no entanto, não consegue perceber os jogos de linguagem, os significados e formações de determinados *éthos* próprios das sociabilidades que ocorrem em lugares marcados pela violência.

A Antropologia, embora sem exclusividade, tradicionalmente, identificou-se com o método etnográfico. Mas o que é etnografia? Como aponta PEIRANO (2008) mais do que uma técnica, a etnografia é uma postura intelectual; uma maneira de chegar à realidade mediando o conhecimento de dois mundos, o do pesquisador e o do “nativo”:

A etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria *em ação*. (PEIRANO, 2008).

O conhecimento etnográfico está fundado na empatia, na proximidade. É um estar com o “outro”, compreender seus códigos, os significados que ordenam seu mundo. Consiste num mergulho na vida cotidiana desses “Outros” que queremos compreender:

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. (MAGNANI, 2002, p.17).

A etnografia é um empreendimento que passa pela subjetividade do antropólogo. Os resultados de sua pesquisa serão fruto de múltiplas influências que o etnógrafo, muitas vezes, não tem controle. Nossos referenciais teóricos, o contexto e as condições em que foi realizada a pesquisa, e a própria história individual do pesquisador demarcam as questões e conclusões do estudo. Em outras palavras, a etnografia é uma tentativa de objetivar uma experiência

compartilhada entre pesquisador e o grupo estudado. O que implica dizer, também, que a cientificidade do método etnográfico está na sinceridade epistemológica, ou seja, na descrição detalhada dos procedimentos adotados, do contexto da pesquisa, e a posição individual do pesquisador.

De maneira clássica, a etnografia consistia, basicamente, em ir viver um tempo considerável com outro grupo. Os grupos escolhidos foram, inicialmente, as sociedades mais “simples” da Ásia e da África. A antropologia clássica volta-se a sociedades com tradição histórica diversa, buscando interpretar costumes e padrões culturais distintos dos nossos. Voltava o olhar ao “outro” que entendiam ser sociedades “simples” e “fechadas”. Buscava-se interpretar as totalidades, sistemas culturais que dão sentido e norteiam a ação. MALINOWSKI (1979) foi quem consolidou a etnografia como método próprio da antropologia. Para ele, etnógrafo deveria passar um tempo considerável com os nativos, vivendo com eles, participando de seu cotidiano, observando suas práticas religiosas e costumes até que os nativos não mais estranhassem sua presença.

A Escola de Chicago foi pioneira na utilização sistemática da etnografia no contexto urbano. Com uma forte influência de Georg Simmel e da filosofia pragmática, autores como Robert Park, Louis Wirth, William I. Thomas possuíam uma *concepção espacial do social* e buscavam entender como o espaço físico se relacionava com a esfera da cultura. Como afirma VELHO (2009) o que caracterizava a Escola de Chicago não era um corpo teórico unificado, mas sim um programa de pesquisa empírica que tinha na etnografia seu principal método. Os autores abordavam os mais variados temas, em sua maioria relacionados ao meio urbano e a própria Chicago, entre os quais estavam: relações raciais, carreiras e profissões, grupos desviantes, arte, minorias étnicas, processos de socialização, instituições totais, imprensa, comunicação de massas, bairros, educação, etc.

Segundo FRÚGOLI JR (2005), no Brasil a etnografia urbana começou a se consolidar na década de 1960 sobre influência da Escola de Chicago, principalmente com os estudos de Gilberto Velho sobre a classe média urbana e desvio. E nas décadas posteriores, 1970 e 1980, em torno do tema da periferia, com a produção de pesquisas marcadas pela polarização entre os conceitos de cultura e ideologia. Segundo VELHO (2009) foram dois os principais temas abordados na antropologia urbana em geral e no Brasil em particular: A temática da fragmentação que pode ser vista como talvez um caso limite do repertório básico da sociabilidade; e a temática das identidades. Nessa direção, uma das áreas de pesquisa mais importantes no desenvolvimento da antropologia urbana tem sido o estudo de bairros, áreas da

cidade, localidades, ruas, espaços em geral, em que formas de organização e sociabilidade são exercidas.

Para AGIER (2011), o que caracteriza e diferencia o conhecimento antropológico da cidade das outras disciplinas que tem como objeto o urbano é: primeiro uma diferença de escala - o conhecimento etnográfico esta baseado no âmbito microssocial; e em segundo lugar os dados empíricos são recolhidos diretamente pelo pesquisador em experiência face a face. Isso implica que o conhecimento antropológico da cidade será inevitavelmente parcial e fragmentado, sendo que conclusões mais abrangentes sobre a cidade se produzem a partir de procedimentos de análise que “elevam” as informações urbanas a construções teóricas da (ou à escala da) cidade. No entanto, é justamente no caráter fragmentário onde repousa a virtude da etnografia. Como afirma MAGNANI (2002), a etnografia nos fornece ferramentas para observar processos e agências. Uma escala microssocial e aproximada, afasta-nos do risco de uma visão estática e homogeneizadora, com estruturas reificadas que podem fortificar concepções estereotipadas e preconceituosas.

Ainda segundo MAGNANI, podem-se reunir em dois blocos as abordagens das diversas disciplinas (história, arquitetura, sociologia) sobre o urbano: O primeiro voltado à análise do mundo subdesenvolvido enfatiza aspectos desagregadores do processo de urbanização tais como violência, periferização, etc. O segundo, mais voltado ao mundo desenvolvido, apresenta para conflito de signos da ordem urbana.

Ainda que por caminhos diferentes esses dois blocos de análises chegam a conclusões semelhantes: o caos urbano, um material e outro simbólico. Nos dois casos, todavia, observa-se a ausência dos atores sociais. A cidade aparece separada dos seus moradores, determinada pelo interesse de agentes econômicos transnacionais, elites globais, variáveis demográficas, setor imobiliário e outros fatores de ordem macro. Ficam invisibilizados os moradores propriamente ditos com sua gama de estilos de vida, formas de sociabilidade e apropriação do espaço, conflitos e lutas por reconhecimento. É justamente este aspecto que a etnografia ajuda a resgatar:

A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002)

A proximidade do fazer etnográfico possibilita interpretar a realidade urbana em sua complexidade e rapidez que lhe é característica. E nosfasta do perigo de reforçar visões midiáticas e simplificadoras dos processos sociais.

Sociabilidade urbana

Encaixando-me dentro desta tradição, um dos conceitos que nortearam meu estudo é o de sociabilidade. O conceito de sociabilidade foi criado pelo sociólogo alemão Georg Simmel e está ligado a como o autor pensa a constituição da sociedade. Preocupado com a significação e a experiência comunicativa cotidiana dos indivíduos, ele atribuiu relevância ao espaço microssociológico da experiência humana. Para ele, as pessoas vivem, constroem, amam, guerreiam, em um infinito conglomerado de redes e interações. Para Simmel, a realidade social é extremamente complexa. Os fenômenos sociais apenas são passíveis de serem apreendidos (ou compreendidos) mediante a adoção de categorias ou modelos analíticos: as formas sociais.

SIMMEL (2006)efetua uma separação conceitual entre conteúdos e formas sociais: os conteúdos são os desejos, os instintos, pulsões, necessidades, de natureza individual; estes movem e orientam a ação. No entanto, os conteúdos se realizam em ações reciprocamente (interações) orientadas nas formas sociais. Em outras palavras, para ele, a sociedade não é algo dado, ao contrario, ela está continuamente se constituindo e se diluindo a partir de um fluxo continuo de interações reciprocas entre os indivíduos. Neste sentido o autor se afasta de perspectivas sistêmicas ou holísticas. Ao contrario de Durkheim, por exemplo, em que a sociedade é exterior e se impõem aos indivíduos, para Simmel, a sociedade nasce de processos de interação microssociológicos através dos quais se constituem associações (rede de indivíduos em interações reciprocas).

Daí a importância do conceito de sociabilidade no aparato teórico de Simmel. Ela é um tipo básico de associação (ou sociação); tipo ideal entendido como “o social puro”, “forma lúdica de em que não existe proposito ou interesse além da própria interação e experimentada como uma espécie de jogo em que uma das regras implícitas é agir como se todos fossem iguais” (FRÚGOLI JR, 2007 p. 9). Um dos tipos mais comuns de sociabilidade é a *conversa*. Muitas vezes destituída de fins práticos, uma conversa pode ser utilizada, independente das mudanças rápidas e fáceis do assunto, apenas para manter o vinculo social.

Isto é, em uma conversação os conteúdos são apenas o meio em que se mantem o vínculo enquanto forma¹⁸.

Outra contribuição simmeliana aos estudos da cidade é aquela que diz respeito à experiência dos indivíduos das grandes metrópoles baseada na relação entre proximidade física e distância espiritual, corporificado no comportamento blasé. Para SIMMEL (1887), a modernidade está marcada pela calculabilidade, padronização e exatidão advindos principalmente do desenvolvimento da economia monetária. O dinheiro serve como equivalente universal, convertendo qualidade em quantidade, tornando tudo em cifras numéricas. Em outras palavras, a vida moderna é marcada pela racionalidade, pelo cálculo matemático e pela supressão do sensível.

E a metrópole é para Simmel o palco principal deste tipo de subjetividade. É na grande cidade onde mais se desenvolve a economia monetária. Além disso, na metrópole a *psyque* sofre com a intensidade de estímulos ao qual é exposta. O barulho, cartazes, informações visuais, a comunicação verbal e não verbal que devem ser decodificadas rapidamente, enfim, tudo isso, misturado à intelectualização da vida, cria na cidade a cultura da indiferença, na qual tudo pode ser medido e comprado. O personagem que mais caracteriza esse tipo psíquico é o indivíduo blasé. Este foi exposto a tantos estímulos toma uma postura defensiva e indiferente.

Decorre disso outra característica da vida social cotidiana nas grandes cidades: a relação ambígua entre proximidade física e distância espiritual. Está é visível nos usos dos transportes coletivos ou de equipamentos públicos, nos quais os frequentes contatos não significam empatia ou vínculo. Assim, as formas de sociabilidade se revestem de importância, por representarem uma dimensão de interação decisiva, num contexto moderno potencialmente libertador, mas simultaneamente labiríntico e objetivado.

Espacializando a sociabilidade: A escola de Chicago e sua influência

O conceito de sociabilidade foi relido pela Escola de Chicago, no qual ganhou uma abordagem eminentemente empírica: “entendida como uma consideração dos modos, padrões e formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social” (FRÚGOLI JR, 2007, p. 17). Outra característica que o conceito de sociabilidade ganha na Escola de Chicago foi a importância da dimensão espacial, isto é, as sociabilidades

¹⁸Por exemplo, as conversas estabelecidas entre estranhos em ônibus ou metrô nas grandes cidades.

são investigadas a partir de coletividades concretas espaço-temporalmente situadas. Assim sendo, foi efetuada uma grande quantidade de trabalhos de cunho etnográfico em contextos distintos na própria cidade de Chicago.

Um grande expoente da Escola de Chicago, Robert Park, que sofreu bastante influência de Simmel sendo seu aluno por um período na Alemanha, propunha a investigação da cidade baseada em duas categorias principais: uma ordem física e uma ordem moral. Seu objetivo era estabelecer uma conexão entre a dimensão cultural e sua expressão no âmbito do território. Dentro desta chave foram realizadas pesquisas sobre relações de vizinhança, bairros caracterizados por uma grande coesão grupal ou caráter comunitário, territórios ocupados por grupos desviantes ou por grupos étnicos.

Apesar de hoje em dia ser muito criticada a perspectiva da Escola de Chicago principalmente em sua base teórica consolidada a partir de ecologia humana¹⁹, podemos afirmar que esta escola proporcionou um fabuloso legado aos estudos da cidade. Seu enfoque empírico amparado no estudo etnográfico influenciou diversos trabalhos posteriores como os de Erving Goffman, Gilberto Velho, Michel Agier, Loic Wacquant, entre tantos outros.

Na Antropologia o conceito de sociabilidade tomou bastante importância pela natureza do trabalho etnográfico, visto que este lida com os indivíduos no processo de interação, descrevendo as regras e princípios das relações cotidianas. Foram realizadas etnografias em ônibus, trens, praças, bairros, shoppings, traçando composições culturais distintas da cidade. Podemos apontar dois trabalhos que contribuíram bastante na realização de minha pesquisa: O primeiro o clássico “Sociedade de esquina” de William Foote Whyte; E o segundo “A festa no pedaço” de José Guilherme Cantor Magnani.

Em “Sociedade de Esquina”, WHYTE (2005) realiza uma etnografia de Cornerville (North End), uma área de Eastern City (Boston), habitada por imigrantes italianos. Cornerville era vista pela população em geral de Eastern City como um “lugar problema” que possuía altos níveis de criminalidade e pobreza, ruas sujas e prédios envelhecidos. No entanto, o autor defende que para compreender a dinâmica de Corneville seria necessário adentrar no cotidiano das relações, observando as suas formas de organização e de vida. Seria necessária proximidade para captar a estrutura da sociedade e seus padrões de interação. Assim o fazendo, a massa confusa e caótica da impressão inicial seria substituída pela compreensão de um sistema social organizado e integrado.

¹⁹ A ecologia humana tinha por base a ideia inspirada no darwinismo social em que os processos sociais eram determinados por uma competição natural pela sobrevivência e ocupação dos territórios.

O autor descreve quatro organizações principais: na base da pirâmide social os “rapazes da esquina”- jovens pobres, a maioria desempregados e com pouca escolaridade que se encontravam ao redor de algumas esquinas particulares – “os rapazes formados” um pequeno grupo de jovens que conseguiram uma educação universitária e estão galgando ascensão social. E no topo os “peixes graúdos” como descreve o autor, grupos de mafiosos e políticos.

Este trabalho foi de grande importância para as ciências sociais de forma geral e para os estudos urbanos em particular, porque através do acompanhamento de alguns personagens particulares durante um considerável período de tempo, buscando as relações cotidianas, o autor desvendou a estrutura social de um lugar antes visto como desorganizado e caótico. Em minha pesquisa este trabalho clássico adentrou mais como “inspiração” do que realmente aporte teórico ou metodológico. Foi bastante importante no tocante a nortear o olhar a determinados padrões e para a importância da vivência cotidiana no campo e no tom que tentei dar a narrativa etnográfica, mas, pela limitação de tempo exigido pelo campo acadêmico, fica bastante difícil realizar hoje uma pesquisa aos moldes de Foote Whyte.

O conceito de sociabilidade adentrou neste trabalho principalmente a partir de Magnani e a escola de estudos urbanos do programa de pós-graduação em Antropologia Social da USP. Magnani, durante a pesquisa de sua tese de doutorado sobre cultura popular e manifestações circenses, teve contato com uma extensa rede de sociabilidade e lazer na periferia da capital paulista. O autor percebeu que em detrimento do que se pensava nos meios acadêmicos brasileiros da época, nos quais era hegemônica a escola marxista, a condição de trabalhador fabril não impedia que se constituíssem vínculos sociais a partir do lazer realizado no tempo livre. O autor percebeu que as festas e encontros produziam importantes vínculos sociais que possibilitavam proteção e auxílio mútuo. Desde festas e celebrações no âmbito familiar (casamentos, batizados, natal, etc.) a grandes bailes (campeonatos de futebol, festas juninas, etc.) cujo encontro é realizado no espaço público, vínculos sociais eram produzidos e fortificados. Magnani constrói o conceito de *pedaço*, utilizando de uma categoria êmica, para designar um espaço intermediário entre *a casa e a rua* na formulação de Da’Matta. O *pedaço* é um espaço de sociabilidade que define um vínculo e uma identidade para o seus frequentadores. “Os rapazes da esquina”, Os “sambistas da Escola”, “Os funkeiros do shopping” ou mesmo pessoas que se encontram com regularidade em algum espaço qualquer. O importante é ter em vista que este espaço de encontro e identidade define um “nós” e um “eles” nesta relação identitária por essência conflituosa. Como podemos observar tanto a

sociabilidade quanto a violência se produz em relação a mecanismo de espacialização, levando-nos a outro conceito caro a minha pesquisa: território.

Definindo território: entre o “nós” e o “eles”

Como natureza modificada, vivida, o território é formado além da arquitetura, por redes de relações entre indivíduos e grupos. Construimos territorialidades quando caminhamos ou deixamos de caminhar, quando conversamos em esquinas ou praças, quando o dividimos entre o lugar de trabalho ou lazer, festa ou religiosidade. Nossa forma de organizar o mundo está perpassada por práticas de classificação territoriais. No território são formadas afetividades, subjetividades e redes de resistências contra o discurso hegemônico, como também, são reveladas as hierarquias e conflitos sociais.

A palavra território é utilizada geralmente no senso comum e na academia, referindo-se ao Estado-Nação ou a relação entre eles. A geografia política clássica classificava o território como um determinado espaço ocupado por uma comunidade de indevidos que aí construía sua cultura. Ficava implícita a ideia de rigidez do espaço concreto, substrato do território, quase sempre confundido com o próprio território nacional e com a ideia de povo, com uma cultura e identidade única. Segundo SOUZA (1995), a ciência política e a própria geografia ainda permanecem ligando o conceito de território ao Estado como representante das relações de poder por excelência. Ainda segundo o autor, no entanto, em vez de abandonar o conceito de território, é necessário alongar seu alcance, propondo novos horizontes conceituais e teóricos.

No Brasil, entre as disciplinas que mais têm contribuído neste intuito é a antropologia, em particular a antropologia urbana, com os estudos de bairros, vizinhança, minorias étnicas e das territorialidades grupos considerados “desviantes” pela moral tradicional (prostitutas, homossexuais, traficantes, etc.).

O território é algo gerador de afetividade, raízes e identidades. Em outras palavras, a identidade cultural das pessoas está ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico e paisagem). Porém, esta relação não é rígida como a aponta a visão tradicional. Os territórios são formados e diluídos nas mais diversas escalas, indo das menores – uma esquina, rua - à comunidade internacional.

Os territórios também são situados no tempo de maneira diversa – dias, meses, décadas e assim por diante. Podem ser cíclicos, intermitentes, permanentes ou passageiros. Podem também serem sobrepostos uns com outros, sendo o mesmo espaço substrato material para várias territorialidades.

Um exemplo bastante discutido hoje são os territórios de prostituição. Geralmente ocupando áreas centrais das grandes cidades, esses espaços são, durante o dia, ocupados por pequenas oficinas, lojas, transeuntes. No entanto, durante a noite esse mesmo espaço é ocupado por outra “paisagem humana” com seus jogos de proximidade e conflitos. Suas regras de proteção, formas de sedução dos possíveis clientes, negociações com a polícia, disputas pelos melhores espaços etc. Podemos, também, apontar o exemplo de shoppings das grandes cidades que servem como ponto de encontro de jovens de diversas “tribos urbanas”: “funks”, “pagodeiros,” “Headbangers” etc.

Buscamos entender a construção do território partindo das *práticas territoriais*. CERTEAU (1988) nos ajuda a compreender a variável mais “criativa” das práticas espaciais. Ao caminharmos empregamos sentido aos lugares. Nossos passos são linguagem. São enunciados que criam e comunicam. Trajetos, fluxos, intersecções, encontros, formam redes de relações que produzem o território.

Os espaços também são construídos por narrativas, por memória. Toda narrativa pressupõe uma organização espaço-temporal:

Ao mesmo tempo em que o tempo e o espaço organizam as narrativas, são também organizados por ela. Todo relato é um relato de viagem- uma prática do espaço. (DE CERTEAU, 1988, p.200)

A dimensão espacial e territorial, como aponta AUGÉ (1994), possui uma dimensão de significado. Os lugares antropológicos demarcam identidades, afetividades, não se podendo ignorar a importância do espaço na constituição dos grupos sociais. O “lugar antropológico” é, para o autor, o espaço carregado de sentido, simbolizado coletivamente, sendo, ao mesmo tempo, princípio significante para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade ao antropólogo. O “lugar antropológico”, em suas escalas variáveis, possui três características fundamentais: Eles são identitários, relacionais e históricos. Identitários no sentido de promover vínculos sociais entre os membros do grupo e entre estes e seu território. São, também, relacionais uma vez que configuram sistemas de posições, havendo sempre um “eu” em relação a um “outro” ou “outros”. E, finalmente, históricos na medida em que

“conjugando identidade e relação, eles se definem em uma estabilidade mínima” (AUGÉ, 1994, p. 53), sendo que toda prática espacial se realiza no tempo.²⁰

Como apresenta HALBWACHS (2006), a dimensão da memória é fundamental na produção simbólica de um território e da cidade. Monumentos, estátuas, registros fotográficos, fazem parte de experiências territoriais vividas coletivamente que definem quem faz ou não parte daquele território. No Severino Cabral, por exemplo, as narrativas sobre o início do bairro, das casas construídas pequenas e iguais, das ruas que foram sendo calçadas, a reivindicação da construção da praça que nunca foi concluída, fazem parte do que diferencia aquele espaço do resto de Bodocongó.

Por fim, entendemos o espaço como um processo, sempre em construção, em permanente negociação e, portanto, fluido. Ele tem sua base relações de poder, disputas, lutas. Além da afetividade, memória, o território é:

Um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o “nós” (grupo, os membros da coletividade ou “ comunidade”, os *insiders*) e os outros (os estranhos, ou *outsiders*). (SOUZA, 1995, pg. 86).

Nesse mesmo caminho segue BARTH (1998). Para o autor, devemos nos voltar à análise das fronteiras sociais que podem ter sua expressão territorial. Para ele, não é fecundo encarar os grupos étnicos como ilhas, mas perceber que os grupos se constituem a partir dos contatos e interações nos quais são cultivadas as fronteiras sociais. Esta relação de antagonismo pode ser apresentada no tocante as oposições e conflitos entre o Severino Cabral e seus vizinhos Ramadinha e Pedregal. Como foi dito anteriormente, a Ramadinha e o Pedregal são dois bairros vistos, tradicionalmente, como pobres e violentos. A maioria dos crimes cometidos no Severino Cabral é associada por seus moradores, a estes bairros. Estes antagonismos são observados em diversos detalhes e narrativas cotidianas. Lembro que cresci ouvindo as pessoas falarem de como a Ramadinha, principalmente a região das “Palmas” – à época a última rua do bairro – era perigosa. Foi lá que um homem foi assassinado e posteriormente enterrado no campo de futebol com o dedo indicador para “fora da terra”,

²⁰Marc Augé contrapõe o “lugar antropológico” ao não-lugar. Augé define os chamados não-lugares como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade.

apontando que era um delator. Lembro-me, também, quando Thiago²¹ foi assassinado, todos “sabiam” que tinha sido alguém do Pedregal que havia cometido o crime.

Este tipo de relação e formação territorial se reflete em estigmas e discriminações étnico-raciais. Os dois bairros, Ramadinha e Pedregal, possuem uma população negra considerável: No Pedregal, segundo o IBGE, de um total de 8.446 habitantes, 5.632 se autoidentificaram como negros²², correspondendo a aproximadamente 67% do total de habitantes. E na Ramadinha: de um total de 2.170, 1.450 se autodeclararam negros.

No Brasil, os “territórios da pobreza” quase sempre são vistos como lugar da violência e do crime. Nas narrativas cotidianas, os espaços de favela são representados por uma imagem estática e homogeneizadora. Sua arquitetura irregular, seus becos e vielas, parecem indicar uma desorganização propícia à atividade criminosa. Em termos históricos, a ocupação das áreas de periferia das cidades brasileiras nos reporta à diáspora negra, na qual a população recém-liberta do sistema escravagista desloca-se para as cidades nas quais produzem e reinventam o espaço.

Dados estatísticos demonstram a presença predominante de afrodescendentes nos espaços de favelas. Em 1991, de acordo com dados do Censo Demográfico, a porcentagem de pessoas pretas ou pardas, vivendo em aglomerados subnormais²³, era mais de duas vezes superior à porcentagem de pessoas brancas vivendo na mesma situação. Embora representassem menos da metade da população total, as pessoas pretas ou pardas constituíam 2/3 da população “favelada” do Brasil. Esta tendência vem se confirmando. O mesmo estudo realizado em 2010 mostrou que ainda que tenha diminuído a disparidade racial entre as pessoas brancas e pretas ou pardas residindo em estabelecimentos subnormais, 70% dos residentes nesses espaços são pessoas pretas ou pardas²⁴.

A ligação periferia/crime/negritude tem como consequência principal o reforço às desigualdades étnico-raciais. O lugar de moradia serve como metáfora espacial da cor da pele.

²¹ Personagem bastante conhecido e temido na história da violência do conjunto. Tendo em vista que os nomes verdadeiros dos personagens da história da violência do conjunto não são fundamentais para a compreensão das dinâmicas da violência, como também para evitar algum constrangimento futuro, escolhi usar de pseudônimos em todas as narrativas que seguirão.

²² Fiz a opção de utilizar a nomenclatura negros, agregando em uma só categoria racial pretos e pardos. Mesmo o IBGE ainda trabalhando com cinco categorias - brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas, esta agregação possui fundamento estatístico. Segundo (GUIMARAES, 2003), Hasenbaln e Nelson do Valle e Silva fizeram a agregação dos dados e demonstraram que mensurados uma série de indicadores de desigualdade, a população preta e parda não possui muitas diferenças contrastando, por outro lado, com as pessoas brancas.

²³ Nomenclatura utilizada pelo IBGE para se referir à localidade constituída de no mínimo 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

²⁴ IBGE censo demográfico 2012.

A criminalização dos espaços de favela cria no universo simbólico das pessoas “zonas proibidas”, fronteiras espaciais que refletem distâncias de classe e étnico-raciais dentro do espaço urbano. Algumas localidades dentro da cidade são recobertas do estigma de “áreas de guerra” e são evitadas pelos não moradores. Também, não se diferencia a população moradora das periferias da parcela minoritária que de fato comete crimes, imputando a todos os moradores uma índole violenta, ou seja, uma propensão natural ao crime. Como “lugar de preto”, as favelas e periferias são espaços estigmatizados e marginalizados no discurso cotidiano da polícia, da mídia e produção acadêmica. Como aponta (VARGAS, 2005) a concepção dos espaços de favela é ligada à marginalidade, vista como problema, como lugar do tráfico de drogas e violência.

A este ponto é necessário me colocar no debate sobre raça e etnia com o objetivo de evitar alguns equívocos de interpretação na análise da relação territorial e étnico-racial entre o Severino Cabral e seus bairros vizinhos: Ramadinha e Pedregal.

Relações étnico-raciais:

No Brasil as relações étnico-raciais são formuladas como um complexo sistema de dominação em que a cor da pele sintetiza uma condição subordinada das pessoas negras. De maneira geral, o racismo é invocado para posicionar socialmente os indivíduos ou grupos, classificando-os hierarquicamente. Seja na forma de piadas ou por meio da violência, está-se demarcando posições de superioridade e inferioridade social. Quando se fala em cor negra, remete-se não apenas a tonalidade da pele, mas a raça, a qualidades morais e status social.

O conceito de raça é muito antigo, no entanto, ele ganhou novos contornos com a modernidade (GUIMARAES, 2003). Raça na modernidade faz referência a diferentes graus de civilização, conduta moral, intelecto, determinados naturalmente pela ancestralidade genética. Esse tipo de pensamento foi fortemente desacreditado pela ciência no século XX. Hoje a própria biologia física demonstra que a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. Todavia, este tipo de ideia permanece fortemente enraizado na sociedade. Assim, quando falamos em raça estamos nos referindo a uma construção histórica e social e não biológica.

Em nosso país, a construção do *mito da democracia racial* tornou as relações raciais complexas e multifacetadas. A divisão social em raças foi, desde a fundação da sociedade brasileira, uma importante categoria classificatória. Todavia, a partir da década de 1930, com

o intuito de formar uma nação brasileira, começa-se a difundir ideias antirracistas que negavam esta divisão. Como consequência disto formou-se um discurso racial democrático e integrador em uma sociedade hierarquizada e desigual.

No Brasil, tem-se “preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 2005); ninguém aparece como racista declarado. Todos se declaram simpatizantes, amigos ou parentes de pessoas negras, ou até mesmo, assumem-se como pessoas negras, porém isso não parece impedir a exclusão cultural, política e econômica dos afrodescendentes. (SALES JÚNIOR, 2009, p. 29)

O “estereótipo racial” se caracteriza pela associação simbólica de atributos físicos a atributos sociais. A cor da pele é sobredeterminada por condições culturais e econômicas:

A cor da pele é a figura ou conotação, por exemplo, da pobreza, marginalidade, ignorância, feiura... Tais associações são sustentadas e alimentadas pelos elevados índices de criminalidade, analfabetismo e pelos padrões estéticos hegemônicos, dos quais participam a população negra. (SALES JÚNIOR, 2009, p. 30)

O racismo brasileiro é heterogêneo e multifacetado. O peso que se dá a raça na definição do status depende da situação e do contexto. Depende também da variação de cor. Os processos de miscigenação não eliminaram o racismo, apenas o pluralizou, conforme presença ou ausência de “caracteres negros”. Existem graus de negritude, em nosso racismo polivalente quanto mais “negro”, mais possibilidades de ser discriminado. O fato de nosso racismo ser polivalente e complexo não exclui a possibilidade de realizar análises levando em conta classificações raciais. O movimento negro já algum tempo vem defendendo a classificação entre as categorias brancos e não-brancos e esta tendência vem se consolidando nas análises estatísticas.

No próximo capítulo analiso a formação territorial e identitária do conjunto Severino Cabral enfatizando, principalmente, como esta se produz na e pela relação de vizinhança conflituosa estabelecida entre o conjunto e os bairros vizinhos Ramadinha e Pedregal. Tentarei destacar, partindo da reconstrução histórica baseada na memória dos moradores do Severino Cabral, a criminalização dos bairros vizinhos e a construção de fronteiras interacionais entre seus moradores.

CAPÍTULO II. COSTRUINDO O SEVERINO CABRAL: TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA

A inauguração do Conjunto.

O conjunto habitacional Severino Cabral foi inaugurado no dia 4 de setembro de 1981. Nas entrevistas, narrou-se com entusiasmo a festa de inauguração ao lado de um monumento de pedra que marcava o ponto zero do bairro. Havia um palanque improvisado sobre um caminhão onde discursaram diversas autoridades políticas, entre elas, o governador do Estado à época, Tarcísio de Miranda Burity²⁵. Após os discursos feitos pelas autoridades presentes, os futuros moradores se deslocaram até o “grupo escolar” - chamado o grupo Amarelo - que foi entregue juntamente com o conjunto. Lá se realizou o sorteio das chaves das casas. Nas chaves estava escrito o número e a quadra onde se localizavam as casas, porque ainda não haviam sido nomeadas as ruas. Os moradores não sabiam onde ficaria sua casa, contando com a sorte para ser contemplado com uma casa de esquina, com o terreno maior, ou com uma casa que possuísse três quartos ao em vez de dois.

A gente foi receber a chave ali no colégio. Ai foi todo mundo pra lá. Chegou lá Manuel contente disse assim: se eu pegar a casa de esquina, eu te boto no braço daqui até Zé pinheiro (risos). Aí sei que quando chamaram ele, ele rodou, rodou e saiu a chave. (72 anos, Aposentada).

As casas eram todas brancas. Possuíam dois ou três quartos, uma cozinha e uma sala pequena. O muro media um metro e era apenas o da frente, não separando a casa de suas vizinhas. O conjunto foi entregue com água, luz e meio-fio, além de lâmpadas e torneiras que vinham juntamente com a chave.

O ambiente narrado é rural. Com animais entrando nas casas, alguns currais e dois riachos que cortavam o conjunto. Tudo que cercava o Severino Cabral era “mato e lama”. Ali terminava a cidade:

²⁵Em diversos relatos orais sobre a história do conjunto, a sucessão política serve como um marcador temporal, havendo sempre a ligação de um fato importante do conjunto a atuação de um prefeito, governador, ou deputado da época.

Não tinha nadinha aqui, essas casas aqui de frente não tinha. Não tinha essa de Guia. Não tinha a Ramadinha. Não tinha o Pedregal ainda. Tinha o Pedregal, mas era as casinhas lá em cima, bem pouquinho. Não tinha aqui na frente nenhuma casa, era um campo bem grande. A feirinha não tinha, ali também, depois foi que fizeram a feirinha. Aí era descampado o ônibus vinha até, como é o nome lá de antes? Sides, o ônibus vinha até Sides, de lá pra cá a gente descia e vinha a pé pra aqui. (72 anos, Aposentada).

Segundo narrou-se, para o Severino Cabral vieram famílias inteiras de diversos bairros de Campina Grande e de cidades circunvizinhas, em sua maioria, funcionários públicos²⁶. A maioria das pessoas não se conhecia, mas segundo os entrevistados logo iniciaram laços de amizade. Possuíam origens diversas, profissões diversas e idade diversas. No entanto, com o convívio diário e as dificuldades incomuns (o conjunto era cheio de lama, não passava ônibus, não havia mercados, padarias, farmácias ou posto de saúde próximos) os moradores passaram a criar laços de amizade e de solidariedade, formando uma identidade grupal.

A construção da Igreja

Durante a pesquisa, diversos moradores com quem eu conversei falaram com orgulho da história da construção da Igreja Católica que se localiza no centro do conjunto, diziam: *“Quer uma história bonita pra você contar? A dessa igreja. Tudo feito em mutirão. Procura Dona Iracema que ela te contatudinho!* Isso me chamou bastante atenção porque pessoas de diferentes idades mencionaram a importância desta história e apontaram a mesma pessoa, considerada a narradora oficial. Consegui o telefone de dona Iracema que logo se prontificou a ajudar. Chegando em sua casa, ela narrou com afeto e riqueza de detalhes cada passo da construção da Igreja, misturando traços da história do conjunto, da cidade, com sua trajetória pessoal.

Dona Iracema lembra que alguns meses após a inauguração do conjunto um grupo de pessoas começou a se reunir com o intuito de rezar e professar sua fé em grupo, realizando “Círculos bíblicos” nas casas. Este grupo entrou em contato com Padre Cristiano, à época pároco da Igreja Nossa Senhora do Perpetuo Socorro -localizada às margens do Açude de Bodocongó - que passou a celebrar missas no conjunto. Já em 1984 foram realizadas Missões

²⁶Não tenho dados quantitativos para afirmar que é relevante o número de funcionários públicos no conjunto, mas esta é a percepção predominante, principalmente para os moradores mais antigos.

Redentoristas que fundaram oficialmente a comunidade. Neste tempo as missas e celebrações eram realizadas a cada terceiro domingo do mês no grupo escolar ou em frente à casa de algum fiel, sendo o sorteio de onde ocorreriam as celebrações após cada missa:

Mesmo no período da missão, o pessoal, os moradores, um trazia a mesa, outro trazia o lençol da cama, outro trazia as flores do jarro da mesa e ali a gente arrumava a mesa pra celebração. E quando terminava a celebração Padre Pio dizia: os jovens naquele poste! E a gente mostrava é ali... Os casais naquele poste! E ali havia conferências onde foi evangelizando e preparando as pessoas. (76 anos, Aposentada).

Com as missões Redentoristas foi criada a comunidade e constituído um conselho de leigos que a geriria. Após um tempo com o aumento dos fies surgiu a necessidade de um lugar fixo onde realizar as celebrações. Primeiramente, a comunidade adquiriu uma casa com o apoio de uma equipe do MCC (Movimento de Cursilhos de Crisandade) formados por médicos, advogados, políticos e pessoas da alta sociedade campinense à época. Estes realizaram uma rifa para levantar fundos para a compra da casa que seria a sede da comunidade. No entanto, com o aumento da população católica a casa não comportava, surgindo logo em seguida a ideia de construir uma capela:

Foi crescendo a população que participava da comunidade, a população católica do conjunto foi crescendo e nós vimos que não tinha mais como comportar tudo dentro daquela casa. Até por que várias pastorais surgiram. Era a catequese, era a crisma, o grupo de jovens, era a pastoral operaria, pastoral carcerária, foi surgindo pastoral e não tinha mais espaço. (76 anos, Aposentada)²⁷.

O então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, doou três terrenos para a Paróquia, onde seriam construídas a Igreja e o clube de mães. O dinheiro para o material de construção foi levantado a partir de bingos, rifas, campanhas de porta em porta e na realização da festa de padroeiro. A primeira festa foi feita em 1987 e com o lucro dela foi comprado os

²⁷ A entrevistada lembra que neste período a Igreja Católica ainda estava fortemente influenciada pelas renovações vindas do Concílio Vaticano II que promovia a valorização dos leigos na Igreja (quem não é religioso ordenado) e trabalhos sociais com as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e pastorais de cunho social.

tijolos necessários à construção da Igreja. A planta da Igreja e o cimento foram conseguidos por doação e parte da construção foi feita em mutirão:

Até uma certa altura a gente construiu tudo em mutirão. Mas quando ela estava, assim, em uma dimensão de um metro e meio, dois metros, eu olhei e disse: gente não dá mais pra gente continuar em mutirão. Porque um chega sentava um tijolo num nível do olho dele. O outro chegava e sentava na planilha dele, e não dava [...] Todo final de semana ou na semana tinha um pedreiro desocupado, “Eu vou dar hoje um dia de serviço”! “vem timbora sentar tijolo”. E a gente trabalhando pra conseguir areia, cimento, ferro, nessa luta continua com bingos, campanhas, pra ir trabalhando[...] (76 anos, Aposentada).

Vendo que a construção baseada em mutirão não estava dando certo, com a construção não ficando segura, trabalhou-se para pagar pedreiros profissionais que concluíram a obra, ficando faltando apenas a cobertura e as portas que foram conseguidas através de uma instituição holandesa que financiava a construção de templos.

Com a Igreja construída houve uma eleição para decidir qual seria o nome do Padroeiro. Havia muitas pessoas na Igreja naquele domingo e todos que participavam da comunidade tiveram direito ao voto. Sendo o vencedor para ser o santo padroeiro, São Pedro. Continuou-se realizando a festa por mais sete anos, com cada ano destinado a um objetivo: instalação elétrica, instalação hidráulica, o piso, as grades.

Em toda a narrativa Dona Iracema dá ênfase ao trabalho em conjunto e a solidariedade estabelecida entre os moradores. Sempre era enfática ao dizer que tudo foi doado ou feito com muito trabalho coletivo, como expressou na frase, segundo ela muitas vezes repetida: “*Por isso que sempre digo: Cada grão de areia daquela igreja representa uma gota de suor de um morador do conjunto Severino Cabral!*”.

Outro aspecto importante a ser apontado é que ao redor da construção da Igreja São Pedro, organizaram-se a associação de moradores e o clube de mães. Sendo até os dias atuais, bastante relacionadas a atuação dessas instituições à comunidade católica, coincidindo muitos de seus coordenadores.

Estas narrativas – a inauguração do conjunto e a construção da comunidade São Pedro - cheias de afeto, contadas com carinho, entrelaçando a história da cidade, do conjunto com histórias pessoais, apontam para a formação de laços sociais muito fortes que se alicerçam nas pedras das casas, nas ruas e no território. São contadas e recontadas com orgulho por

senhoras como Dona Iracema, Dona Margarida, Dona Dôrinha, Seu Jaime, para seus filhos e netos, que as recebem e as reproduzem como expressão dos laços do grupo no presente.

Como afirma HALBWACHS (2006) o indivíduo que lembra sempre o faz tendo como referência o grupo ou grupos dos quais faz parte. Uma rememoração pode permanecer um dado abstrato ou tornar-se uma lembrança dependendo da presença ou ausência de outros que formem um grupo de referência. O grupo de referência é um grupo que o indivíduo fez ou faz parte do qual estabeleceu um conjunto de laços, uma comunidade de pensamentos e imagens nos quais partilha e confunde seu passado. Não é necessário que este grupo esteja presente fisicamente, mas que o indivíduo tenha a possibilidade de retomar experiências comuns e pensamentos próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está inserida em contextos sociais específicos e determinados. Nesse sentido, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, escola, trabalho, bairro.

Toda memória, ainda segundo HALBWACHS (2006), fala mais ao presente que ao passado. Exageram-se fatos e esquecem-se outros. A memória é filtrada pelas relações sociais presentes. “Isso talvez explique por que razão, nos períodos de calma ou de momentânea imutabilidade das “estruturas” sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que em períodos de tensão ou de crise – e aí, às vezes, se torna “mito””. (HALSBWACHS, 2006, p. 13).

As duas narrativas que apontei a cima são importantes na identidade do conjunto e aparecem nas falas dos mais jovens, reforçando laços e redes que se reproduzem no cotidiano. Isto terá desdobramentos na identidade produzida no Severino Cabral e sobre a relação que estabelece com seus vizinhos.

Identidade, Interação e território

Parte considerável das interações sociais ocorre em contextos territoriais definidos. Desde nossos primeiros processos de sociabilidade o território é importante, podendo constituir vínculos sociais relativamente estáveis. Durante a pesquisa, pude perceber isto sutilmente nos relatos dos interlocutores:

Aquela rua do Padre Neto ²⁸ entre esses dois lugares que eu falei agora, foi o principal ponto de minha infância, eu acho. Que era a rua de terra. Que a gente ali brincava de futebol, cuscuz, esconde-esconde, começou tudo ali. Ali eu conheci Daniel, Betim, Luciano, os meninos tudim. Tanto os moleques que morava lá pra cima, da Ramada²⁹ nos visitavam às vezes, que era conhecidos dos meninos que eram mais desenrolados. Como minha não deixava sair muito de casa, eu sempre fui muito preso, o máximo que ela deixava era ir pra lá, pra rua do Padre Neto. E como eu estudava lá também, tinha essa articulação, esse meu terreno, meu território. (23 anos, Funcionário Público)

Estas redes de relações sociais - reproduzidas diariamente por encontros rituais e interações que compõem a sociabilidade cotidiana do conjunto – constroem uma experiência compartilhada que constituiu uma identidade:

Aqui sempre moraram quase as mesmas pessoas, sabe? O pessoal que se mudava, acho que não chega nem a 1%. O pessoal que saiu pra morar em outro lugar. Aqui o cara vê o pessoal envelhecendo, as crianças crescendo, o cara também crescendo[...] (25 anos, Policial Militar).

Todavia esta identidade não se dá de forma homogênea, apenas por relações no interior do grupo. Entendemos identidade em um contexto relacional de interações sociais. Todo grupo social se define em contraposição a um “outro” ou outros, em uma simbiose de conflito e interdependência. Fredrik Barth aponta para uma abordagem relacional das identidades enfatizando seu caráter processual e dinâmico, realizando uma crítica do essencialíssimo das identidades e da cultura na antropologia clássica ao indicar o quanto era persistente na antropologia “a visão simplista de que o isolamento geográfico e social tenham sido os fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural.” (BARTH, 1998, p. 188). Para Barth, as culturas estavam sendo tomadas em antropologia, como unidades separadas, como comunidades relativamente coesas que compartilhavam a língua, religião, direito, etc., devido ao isolamento e o enrijecimento de determinados traços culturais:

Somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos. Esta história produziu um mundo de povos

²⁸Uma escola privada que fica em uma rua paralela a casa do entrevistado.

²⁹Referência ao bairro da Ramadinha.

separados, cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que podemos legitimamente isolar para descrevê-la como se fosse uma ilha. (BARTH, 1998, p.190)

O que Barth propõe é um deslocamento do foco de investigação da história e da morfologia interna dos grupos para as fronteiras étnicas e a manutenção destas fronteiras. Para ele, o que esta mudança de perspectiva tem demonstrado é que a distinção entre categorias étnicas não depende de ausência de contato e comunicação. Ao contrário, relações sociais estáveis e fundamentais para os grupos são mantidas através destas fronteiras constituídas por mecanismos de exclusão e incorporação sociais.

É importante entender que os grupos étnicos são “categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a características de organizar a interação entre as pessoas”. (BARTH, 1998, p.189). Como são os próprios atores que definem o que é o grupo étnico, julgando os outros e a si mesmos a partir deste sistema de classificação, não serão traços “objetivos” que os diferenciarão, mas apenas aqueles que os grupos considerarem significantes. Alguns traços podem ser exagerados, simbolizando a própria diferença, enquanto outros podem ser esquecidos ou omitidos.

Para o autor, o conteúdo cultural das dicotomias étnicas pode ser dividido em dois conjuntos: O primeiro referente a signos manifestos – traços culturais que expressam a identidade (vestuário, adereços, língua, moradia, etc.) muitas vezes encravados no corpo como tatuagens, cicatrizes, e a própria *hexis* corporal. E o segundo, referente aos padrões de moralidade pelos quais são classificadas as ações.

Pertencer a uma categoria étnica implica aceitar determinados padrões de comportamento e julgamento próprios de seu grupo. O indivíduo julga e é julgado pelos padrões colocados pelas regras impostas pelo sistema étnico, correndo o risco de, ao não obedecer, sofrer represálias ou perder *status* em seu grupo. Além disso, a fronteira organiza de forma muito complexa as relações de interação e comportamento.

Situações de contato entre indivíduos de grupos étnicos diversos estão implicados na manutenção da fronteira. Os grupos étnicos apenas ganham significado se organizarem o comportamento e interações. Em outras palavras, a distinção e persistência das diferenças culturais se estabelecem e perpetuam nos padrões de comportamento e interação em situações de contato entre os grupos:

Relações interétnicas estáveis pressupõem uma estruturação como essa: um conjunto de prescrições dirigindo as situações de contato e que

permitam a articulação em determinados setores ou campos de atividade, e um conjunto de proscricções sobre situações sociais que impeçam a interação interétnica em outros setores, isolando assim partes das culturas, protegendo-as de qualquer confronto ou modificação. (BARTH,1998, p. 197)

É necessário colocar, por fim, que a atenção deve ser voltada às fronteiras sociais, mas estas fronteiras podem materializar-se em fronteiras territoriais. Mesmo o Conjunto Severino Cabral não se constituindo território de um grupo étnico, a perceptiva relacional de Barth pode nos ajudar a compreender os processos identitários presentes neste caso empírico.

“Aqui a gente tá como Jesus na cruz”

A relação estabelecida entre o Severino Cabral e seus vizinhos - Ramadinha e Pedregal - é fundamental para compreender como se constituiu a identidade e o território do conjunto. Boa parte da identidade do conjunto surge desta relação. Primeiramente, quando os bairros vizinhos foram surgindo, o Severino Cabral já existia, e, como colocamos anteriormente, já havia formado laços de solidariedade e identidade. Os moradores do Severino Cabral se orgulham em falar que suas casas foram construídas e entregues dentro da legalidade/formalidade ao contrario de seus vizinhos que se formaram a partir de ocupações. A narrativa é realizada como se pouco a pouco o conjunto fosse sendo cercado de inimigos em potencial. A identidade grupal forma-se nesta relação conflituosa: A organização do conjunto, entregue com água, luz, e com as casas uniformemente construídas que logo foram sendo reformadas, pintadas, aumentadas, ficando “a cara do seu dono” é contraposta a pobreza da Ramadinha e Pedregal:

A Ramadinha é uma invasão né? [...] antigamente as casas eram de papelão, uma invasão. As casa eram feitas de barro... como é que se chama? casa de taipa. Tinha, casa de alvenaria, também. A maioria das pessoas da Ramadinha era humilde, já vindo de outros bairros de Campina Grande e até de outras cidades porque não tinham como se sustentar nesses cantos, aí vinha pra Ramadinha. Não tinha infraestrutura. Não tinha esgotamento sanitário. Não tinha água. Não tinha água nas torneiras, não tinha nada! (26 anos, auxiliar de cozinha).

Contraposta a seus vizinhos, caracterizados por suas ausências, a identidade grupal expressa pelos moradores do Severino Cabral é de ascensão social que, para eles, apresenta-se concretamente na reforma das casas, na compra de um carro e na educação dos filhos em uma escola privada da cidade. Nas entrevistas eles me apresentaram como o conjunto melhorou, passando de um conjunto de pessoas relativamente humildes para de classe média. Esta ascensão social é apontada pelos moradores como uma consequência de uma “ética do trabalho” presente no conjunto. Para eles, contemporaneamente existe oportunidade de trabalho e estudo para todos e eles “*sempre foram pessoas voltadas a trabalho*” (29 anos, atendente de Telemarketing). Isso explica tanto o sucesso do conjunto como, por oposição, a permanência na pobreza de seus vizinhos. Alguns atribuem, também, esta melhora a estruturação da carreira de funcionário público que beneficiou parcela dos moradores e outros às transformações em âmbito federal apresentadas pelo governo Lula/Dilma.

Esta relação conflituosa se apresenta nas fronteiras sociais e territoriais entre os grupos, principalmente no que estamos chamando de gramática da violência. O território e as interações sociais cotidianas entre os grupos se organizam dentro desta lógica. Quando se fala em violência no conjunto, aponta-se de imediato para a sua localização geográfica como um “lugar de passagem” que fica entre a Ramadinha e o Pedregal. Todos os assaltos, mortes, fornecimentos de drogas ocorreriam pela fatídica localização entre a Ramadinha e Pedregal. A violência é apontada como uma característica dos “outros”, da qual os moradores do Severino Cabral são vítimas. Em quase todas as conversas que tive foi-me apresentado este argumento para justificar a violência que ocorria no lugar. Dizia-se que a violência que acontecia no conjunto era de origem externa e que ali não haviam pessoas envolvidas com criminalidade. Esta fala de uma moradora pode ser basta representativa:

Era uma tranquilidade tão grande. Noite de São João a gente passava a noite todinha sentado aqui ao redor da fogueira. Viu? A gente ficava aqui de noite brincando e os meninos vinha aqui de noite, brincado de roda, correndo, só você vendo! Ninguém ouvia falar assim: “houve um assalto”, “Mataram um”, “Invadiram uma casa”, Não, de jeito nenhum. A gente ficava aqui com toda confiança, mas hoje, Jesus Misericórdia! Ninguém abre um portão porque tem medo. Aqui já foi um conjunto, hoje não é mais não. Hoje a gente é que tá como se estivesse no presidio né? Tudo preso. Isso foi depois que aumentaram aqui a Ramadinha e o Pedregal, que aumentou a população, aí misturou tudo, pronto, aí nesse meio veio o que presta e o que não presta. Né? Aí ficou a gente aqui no Conjunto Severino

Cabral no meio como Jesus de braços abertos esperando. (72 anos, aposentada)

O surgimento da Ramadinha e Pedregal aparecem na fala da moradora como uma ruptura no tempo que separa incongruente duas etapas de sua vida e a do bairro, organizando tanto sentimentos como práticas. A tranquilidade e confiança imagetivamente representada no sentar ao redor da fogueira com as crianças brincando em noite de São João foram substituídas pelo medo de abrir as portas. Esta ruptura aparece em sua fala diretamente ligada a chegada dos seus vizinhos indesejados. E também, a interlocutora, talvez expressando mais que desejava, produziu uma imagem singular sobre a representação do conjunto sobre si mesmo e sobre seus vizinhos. Conta o evangelho que Jesus foi crucificado juntamente com dois ladrões que ficaram um de seu lado esquerdo e o outro do direito. Jesus, o único justo padecendo entre malfeitores. A identidade do conjunto Severino Cabral, é apresentada por seus moradores semelhantemente a esta metáfora.

Em “Os Estabelecidos e outsiders” Norbert Elias, encara uma realidade com alguns traços semelhantes. Nesta obra o autor realiza uma etnografia de um pequeno povoado operário chamado Winston Parva. Ele está dividido em três zonas homogêneas em relação à raça, classe social, ocupação, nível educacional, mas que, no entanto, uma das zonas consegue estigmatizar a outra, atribuindo-lhe características negativas. O grupo da zona II que são moradores antigos com o grau de integração social melhor desenvolvido, estigmatizamos novos moradores da zona III, que praticamente não se conhecem e nem ocupam espaços institucionais de poder. A obra realiza uma análise de uma *sociodinâmica da estigmatização*: configuração social em que um grupo instalado em determinadas posições de poder e que conta com uma forte coesão grupal, imputa ao grupo subordinado a imagem de seres de “menor valor humano”, ao mesmo tempo em que, em contraposição, afirmam sua superioridade.

O grupo dominante tem o poder de atribuir a si mesmo características morais superiores, um carisma grupal. No entanto, a participação nesta autoimagem positiva é submetida a conservação das normas estabelecidas pelo grupo, condição de sua existência e fonte de sua força. Assim, na maioria das vezes, os grupos dominados são vistos como anômicos, criminosos, desordeiros. A imagem do grupo estigmatizado também é relacionada à sujeira física e moral, de modo que qualquer contato mais íntimo seja indesejável e origem de uma possível contaminação. O estigma produzido pelo grupo estabelecido tem o poder de, formando-se fantasias coletivas, coisificar em algum sinal o estigma, tornando-o material,

visível, marca de inferioridade, de seu menor valor humano. Dessa maneira, o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade:

Não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo - elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores e ruins (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.35).

Ainda segundo Elias, quando o poder de estigmatização é muito forte. Os próprios estigmatizados se veem pela “bitola” do grupo dominante. A construção de sua autoimagem, ligada à condição de humilhação de seu grupo, é negativa, sua inferioridade de poder é vivenciada como inferioridade humana.

No Severino Cabral esta representação e estigma imputados aos moradores da Ramadinha e Pedregal se refletem na ordenação do comportamento e interação dos grupos na vida cotidiana nos espaços de contato. Nas lanchonetes, bares, igrejas, ao menos relativamente, as interações são organizadas dentro deste quadro de referência³⁰. E como aponta BARTH (1998), são nas interações cotidianas que as diferenças e o território vão se constituindo. Um exemplo que pode ser apontado é o convívio dentro da Escola Estadual que se localizam dentro do conjunto Severino Cabral. Nesta escola estudam tanto moradores do Severino Cabral quanto da Ramadinha e, em menor número, do Pedregal. Uma de minhas interlocutoras recordando de sua adolescência cujos estudos foram feitos na escola estadual do bairro, afirma que a relação era conflituosa:

Sempre associava a perigo né? Do convívio da gente ali. Até o cuidado dos nossos pais mesmo. Se conhecia dizia: “fulaninho mora ali, cuidado!” “Num sei quem vai fazer um arrastão na Escola”. Roubou, quem é que foi? “deve ter sido fulano que mora ali [...] Até na minha quinta série eu tive o convívio com dois colegas que moravam no Pedregal, e eles traziam cara a cara essa realidade de lá. Eles fumavam, usavam drogas, dentro da Escola. Tinha o comportamento diferenciado do que a escola propõe né? Gazar aula, pular muro e até induzir os outros a fazer o que eles faziam. Quem era próximo conversava, mas quem não era ficava naquela; “OH cuidado, fulaninho vai te roubar”! (27 anos, professora)

Como se pode observar na fala, os contatos entre os estudantes eram mediados pela origem de cada um. Os estudantes vindos da Ramadinha e do Pedregal eram sempre

³⁰Este aspecto será desenvolvido mais profundamente no capítulo III.

associados ao perigo e violência, encarados com suspeita de cometerem algum desvio. Desconfiança que ultrapassa o âmbito escolar, chegando até recomendação dos pais.

Por outro lado, a estigmatização pode chegar em um grau em que se evita qualquer contato com o território vizinho originando uma fronteira dificilmente transposta, como podemos observar na fala de outro interlocutor:

Ramadinha, nunca... até hoje eu não entro direito. Até hoje. Porque eu não conheço e porque realmente, eu admito, que tenho resistência de entrar lá. Medo, o medo acho que me impede de ter interesse. O medo bloqueia qualquer tipo de interesse de tentar observar o que tem por trás daquela fronteira, porque ali, meu mundo acaba naquela Rua Florípedes Coutinho, por trás daquele mundo ali eu ignoro totalmente o que existe ali. Só sei o que é quando eu pego um ônibus errado 202 via Ramadinha[...] É o caso realmente de ouvir as histórias que lá é altamente perigoso mesmo, cresci ouvindo isso. Somente, simplesmente, que lá é o lugar do crime, o lugar do sangue, que eu indo pra lá eu vou me lascar se eu for pra lá [...] (23 anos, Funcionário Público).

Como se pode observar na assertiva acima, as histórias contadas cotidianamente desde sua infância que afirmavam que a Ramadinha era um lugar dominado pela violência, formou uma fronteira tão fortemente marcada que é como se o território vizinho deixasse de existir.

Violência e vizinhança

No decorrer da pesquisa fui percebendo que a “ausência de violência interna” tão contundentemente apresentada nas falas dos moradores do Severino Cabral, era problematizada no cotidiano. As pessoas comentavam que determinados moradores estavam envolvidos com tráfico de drogas, que praticavam roubos, que tinham se envolvido em “brigas de bar” ou que haviam sido presos. No entanto, isto não aparecia em conversas “preparadas” em que me apresentava enquanto pesquisador, muito menos em entrevistas “formais” em que foi usado o gravador. Nessas ocasiões aparecia o discurso pronto, uma autoimagem cristalizada que os moradores queriam proteger. Foi necessário ultrapassar a fachada (GOFFMAN, 2011) para que fossem aparecendo estes “segredos” que apontavam para a existência de violência no conjunto.

Goffman destaca que todas as pessoas se envolvem em interações face a face nas quais incorporam uma linha – padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua avaliação sobre as outras pessoas e sobre si mesma. O autor está interessado em perceber os mecanismos simbólicos com os quais as pessoas se comunicam em contextos interacionais e nesta comunicação como avaliam uns aos outros. “A fachada designa o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular.” (GOFFMAN, 2011, p.13). Em outras palavras, a fachada é uma autoimagem que se reporta aos atributos sociais aprovados que uma pessoa busca manter durante uma interação. O ator tende a experimentar uma resposta emocional à fachada, sentindo-se gratificado quando ela está protegida ou desonrado quando ela não está em segurança. A fachada pessoal é construída no processo interativo e remete sempre ao grupo e aos mecanismos simbólicos compartilhados. Assim sendo, em situações de contato, como no caso da entrevista, é esperado que os atores tentassem transmitir, comunicar, uma imagem de si mesmo e do seu grupo, de acordo com valores socialmente aprovados. Na ocasião das entrevistas com os moradores do Severino Cabral percebi que a fachada defendida era que não havia violência oriunda de dentro do conjunto e que eles não mantinham qualquer tipo de interação com pessoas envolvidas na criminalidade.

Em uma das primeiras entrevistas, a primeira que iria usar o gravador, perguntei ao meu interlocutor se ele conhecia alguém que havia se envolvido na criminalidade. Ele parou, pensou, e perguntou: “Nomes”? Pensei ser aceitável esta pergunta por que, além de ser um amigo de infância, havia conversado diversas vezes com ele antes nas quais ele falava abertamente sobre a temática. Disse que não, que como eu tinha explicado a ele anteriormente, este não era o interesse da pesquisa, todavia, pude sentir um grau de receio e comedimento em sua fala. Em outra ocasião, entrevistei utilizando o gravador outro interlocutor com quem também já havia conversado diversas vezes. Para minha surpresa o interlocutor expressou uma opinião bastante diferente daquela das conversas informais, reproduzindo o discurso comum dos meios de comunicação de massa: Dizia ele que o principal fator desencadeador da violência é o consumo de droga e quem é usuário é criminoso porque “financia o tráfico”. Ao final da entrevista ele perguntou se tinha sido “bacana”, se ele tinha falado bem. Compreendi que como meu amigo ele esperava ajudar falando o que ele julgava ser que eu desejava ouvir.

Depois dessas ocasiões percebi que não acessaria mais do que um discurso cristalizado e superficial se utilizasse as mesmas ferramentas para os diferentes tipos de interlocutores com quem estava me relacionando. Com as pessoas que possuíam pouco contato com o

universo da criminalidade, continuei utilizando o gravador com o cuidado de alongar a conversa para que o interlocutor “esquecesse” que estava sendo feito o registro. Todavia, pessoas que possuíam relações com indivíduos com envolvimento com criminalidade, sendo seus conhecidos ou amigos, não utilizei o equipamento de gravação, anotando no caderno de campo logo após a entrevista tudo o que conseguisse lembrar. Claro que neste processo algumas informações importantes se perderam já que a memória é seletiva, no entanto, esta estratégia se mostrou a mais produtiva.

Como aponta SIMMEL (1983), o conflito pode ser uma fonte de integração social. É nas lutas e nas disputas que os vínculos sociais necessários à manutenção e fortalecimento do grupo se renovam. A seguir apresentarei como são representados as gerações de criminalidade do conjunto e como eles se constituem em diferentes relações estabelecidas entre o Severino Cabral e sua vizinhança.

As três gerações

A partir das conversas com meus interlocutores produzi uma divisão analítica da história da violência no conjunto Severino Cabral em três gerações. A primeira surgida nos primeiros anos do conjunto remonta a um universo rural. O conjunto era mal iluminado, possuía muitos descampados e era distante dos outros bairros e do centro da cidade. Neste período conta-se que as pessoas tinham medo principalmente de estupradores e de homens que andavam a cavalo. Acreditava-se que estes “Cavaleiros” agrediam com socos, ponta pés ou com o chicote, aqueles que encontravam a noite pelo seu caminho. Narra-se que existiam poucos crimes contra o patrimônio, ocorrendo apenas furtos de roupas no varal – já que a grande maioria das casas não eram completamente muradas – ou de algum “animal de criação” (Galinha, patos, porcos). Pouco se recorda desta primeira geração e seus personagens são expressos de forma indeterminada.

A segunda geração é mais viva na memória dos moradores. Já no início da década de 1990, um grupo de jovens começou a se reunir em uma esquina ao lado da capela da Igreja Católica. Esses jovens reuniam-se quase todas as noites nesta esquina e nos finais de semana frequentavam juntos festas, bailes e comícios que ocorriam na região. Também ocorriam bailes dentro do Severino Cabral em uma discoteca chamada de “O Galpão”³¹. Nesses bailes

³¹Hoje está instalada no lugar uma igreja evangélica.

os jovens dançavam embalados ao som de Michael Jackson, Madona, e alguns funks que começavam a tocar nas rádios como a música: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é, e poder me orgulhar, e ter a consciência que o pobre tem o seu lugar”³².

Este grupo de jovens moradores do Severino Cabral era conhecido por envolver-se em brigas em todas as festas das quais participavam. Eles lutavam bem e treinavam para isso. Liam livros de artes marciais, viam filmes de Bruce Lee e Van Damme e improvisavam em casa equipamentos de musculação com barras de ferro presas a latas cheias de cimento³³. Em algumas madrugadas passavam assobiando nas ruas como um sinal que haveria “luta”: uma brincadeira na qual lutavam entre si para escolher quem seria o “líder” do grupo por um determinado tempo.

Dentre este grupo, que podia chegar a trinta jovens, alguns começavam a se destacar principalmente por sua habilidade nas lutas e por sua violência. Outros passaram a cometer pequenos furtos, principalmente em lojas do centro da cidade, furtando calças, tênis, camisas e bonés de marca. Estavam sempre vestidos de Maresia, Nike, Fido Dido, HangLoose que eram as marcas mais utilizadas na época. Quando roubavam, ou seja, usando de violência ou ameaça, faziam isso em grupo usando as mãos ou punhais. Não possuíam armas de fogo. Narra-se que em toda a década de 1990 era muito difícil conseguir uma arma de fogo; era muito caro e não se tinha acesso ao comércio ilegal das mesmas.

Costumavam proteger seu território muito rigorosamente. Não roubavam dentro do Severino Cabral nem permitiam que alguém de outros bairros o fizesse. Se algum indivíduo fosse surpreendido roubando dentro do conjunto era punido severamente. Observemos no trecho em que um morador fala sobre a segunda geração:

Rapaz, naquele tempo eram pessoas muito exclusivistas, eu acho. Muito bairristas, muito territorialistas e tal. Existiam as grandes galeras, os caras que criaram história até hoje. Hoje é uma geração um pouco depois dos bicho; mesma geração mas com uma diferença de idade. E os caras fizeram história, alguns finados, alguns caras que lutaram muito, absurdamente, eles saíam daqui pra, por exemplo, nunca se encontravam com... não tinham um bom diálogo com Ramadinha, Malvinas, Pedregal, Centenário, com Santa Rosa, Vilas dos Teimosos, eram completamente reservados. Aqui sempre foi... até por ter sido um bairro projetado, um conjunto projetado.

³²(Cidinho e Doca, 1995).

³³Estas informações foram-me narradas por um morador que participou do grupo, sendo inclusive preso em uma dessas brigas. Não foi possível gravar a conversa.

Acho que ele sempre teve uma visão diferente e ao redor tinha alguns lugares não tão organizados. E eles exerceram uma influência muito grande. A gente tinha medo: Não, os bichos protegiam as áreas, mas brigavam muito! E a gente tinha medo, e era aquela coisa “Eita aquele bicho” falava baixinho. (30anos,Vigilante)

Como se pode observar no fragmento da entrevista, até os dias atuais os personagens da segunda geração, mesmo parcela considerável já tendo falecido, muitos deles assassinados, permanecem presentes na memória de parte dos moradores do conjunto. Eles eram conhecidos por suas lutas corporais e pelo constante confronto com os bairros vizinhos. Possuíam um forte senso de honra e proteção de seus companheiros e de seu território. Duas coisas importantes a serem destacadas da fala do interlocutor são: Primeiro, ele menciona o fato do conjunto ser projeto como diferenciador e como uma das possíveis causas da “reserva” e do territorialismo dos participantes da segunda geração; e segundo, a forma ambígua pela qual eles eram encarados pelos moradores: com medo por um lado, e com respeito, por outro, pela proteção prestada e por eles se imporem diante dos bairros vizinhos.

Desta “segunda geração” se destaca um personagem que tornou-se lendário no Bairro. Marcus Jabuti até hoje reverbera no imaginário do conjunto, tanto por sua habilidade de luta corporal como por sua violência e perversidade. Segundo narra-se, ele era uma pessoa de poucas palavras e hábitos regulares. Toda a noite ficava na esquina da Igreja acocorado com seu boné e seu casaco jeans. É encarado como alguém temido e violento e por vezes como um herói que protegia o conjunto. Narra-se como certa vez ele expulsou do conjunto quatro “maloqueiros da Ramada” e de uma ocasião em que ele teria colocado o “terror” em um baile no Pedregal.

Marcus Jabuti foi preso duas vezes. A primeira vez por roubo e a segunda por homicídio. Segundo um de meus interlocutores, este homicídio marcou sua passagem definitiva ao mundo do crime. Ele assassinou um de seus parceiros com quem tinha se desentendido em uma disputa por uma mulher. Ele teria chamado a vítima para consumir maconha por traz da escola estadual e o matou com um tiro pelas costas. Este tipo de homicídio foi muito comum durante as décadas que se seguiram. Na gíria cotidiana da cidade se chama “*levar para o cheiro do queijo*” que significa atrair a vítima para um lugar escuro e inóspito através da sedução de uma mulher ou para a utilização de psicotrópicos e assassina-la. Após ser descoberto Marcus Jaboti cumpriu pena por alguns anos, retornando ao conjunto ainda mais temido.

Sua morte ocorreu em 2006. A desavença que findaria com sua morte teve início em uma ocasião em que Marcus Jaboti estava bebendo em um bar localizado na feirinha do Severino Cabral quando chegaram dois homens moradores da Ramadinha. Jabuti incomodado com a presença deles, teria posto os dois para dançar rebolando sob a mira de uma pistola enquanto ele e seus companheiros riam, findando por expulsá-los do conjunto. Algumas semanas depois, Jabuti estava na esquina da Igreja como de costume. A esquina estava cheia. Era um domingo, aproximadamente às nove da noite, perto de acabar a missa. Chegaram dois homens de bicicleta e sacaram uma arma e disseram: *Corre todo mundo que a gente só veio buscar ele!* Todos correram e Jaboti, desarmado no momento, ainda atacou com as próprias mãos seus agressores, porém recebeu vários disparos.

A história de Marcus Jabuti tornou-se uma lenda no bairro, contada em tom de segredo - para falar dele as pessoas têm o cuidado de olhar ao redor e mudam o tom de voz - misturando temor e respeito. Sua lenda é tão viva que alguns vigias noturnos que patrulham o conjunto nas madrugadas afirmam ter visto seu fantasma parado na esquina da Igreja na mesma posição em que ele costumava ficar como apresentarei no próximo capítulo.

A segunda geração era constituída de valores de honra, de proteção dos camaradas e do seu território. Também era forte um tipo de identidade masculina pautada na violência. Ser homem, “macho”, era correr riscos, lutar contra os “inimigos”, derrotando-os, muitas vezes usando as próprias mãos. O contrário disso, era considerado um comportamento feminino. Assim sendo humilhar, “tirar a moral do outro” seria colocá-lo no que se entendia papel feminino. Ser obrigado a dançar, rebolar, era algo tão ultrajante que deveria ser vingado com a morte, como foi o caso de Jabuti.

Outro personagem bastante conhecido na história da violência do conjunto foi Thiago. Sua história é bem particular e não pode ser inserida na classificação didática que propus. Ela ocorre paralelamente a segunda geração, mais ou menos em meados da década de 1990. Quando era criança Thiago viu seu irmão mais velho ser brutalmente assassinado por quatro homens. Ele teria jurado vingança e aos quinze anos, matado os quatro responsáveis pela morte de seu irmão, entre eles Carlos Mago, um dos criminosos lendários no conjunto. Thiago era temido por todos, inclusive nos bairros vizinhos. Conta-se que com dezoito anos Thiago teria apostado com “Ferrugem” quem assassinava mais pessoas no período de um mês e saído vitorioso.

A terceira geração é composta pelos criminosos de hoje. Eles foram apresentados pelos meus interlocutores em contraposição com a segunda geração. Primeiramente, pelo seu

modo de agir. Geralmente praticam roubos a dois, utilizando uma moto. Quase todos possuem arma de fogo. São representados como *play boys*, que neste contexto significa que se originam de famílias com alguma condição econômica dentro do conjunto: estudaram em escolas particulares, andam com roupas caras, seus pais possuem automóveis. Também utilizam roupas de marca, mas não aquelas que os identifiquem com oriundos de periferia, como os da segunda geração. Identificam-se mais com o que poderíamos chamar de uma classe média. Os criminosos da segunda geração são vistos como oriundos da pobreza enquanto que em relação aos atuais acredita-se que entram na vida do crime para manter o luxo. A terceira geração não possui a prática de proteger o bairro, mas também não costumam praticar roubos dentro do conjunto. Sua característica principal é a instrumentalidade: “fazem fita³⁴” para retirar os benefícios necessários e manter seu estilo de vida.

A esta altura da discussão gostaria de tecer algumas breves considerações, mais como hipóteses que apontam para estudos futuros acerca das transformações na criminalidade no conjunto e na cidade. Como coloquei na introdução, as taxas de homicídio na cidade de Campina Grande de forma geral passaram por um crescimento exponencial. E o Bairro de Bodocongó – onde se localiza o conjunto Severino Cabral – tem sustentado uma das maiores taxas da cidade, de doze homicídios por ano. Como foi apresentado, conflitos e atos de violência eram frequentes desde a fundação do conjunto. No entanto, o que teria acontecido para que nos últimos anos um número maior de conflitos finde com o resultado morte? Minhas hipóteses são: Contemporaneamente, tem-se acesso fácil a arma de fogo. É maior a oferta de armas de fogo a preços bastante acessíveis. A arma de fogo possui um poder higienizador da morte violenta. A arma de fogo não só aumenta o grau de letalidade da agressão, como também exige do agressor um *éthos* violento menos desenvolvido. Pois como expressou um dos meus interlocutores: “uma coisa é efetuar um disparo de sete ou oito metros e ver o corpo cair e outra é matar alguém de facadas com o sangue espirrando na sua cara”. Tem que existir um grau de potencial violento muito mais acentuado e um grau de perversidade ainda maior para efetuar um homicídio por esses meios. Outro fator seria o a desintegração do senso de honra que dominava o mundo do crime durante a segunda geração. As regras que regulavam os grupos rivais eram muito mais claras neste período. Sabia-se em quais espaços era permitido roubar e quais transgressões seriam punidas com a morte. A violência nos dias atuais está muito mais fragmentada e difusa, não sendo tão claros os grupos e os códigos envolvidos, deixando o resultado morte mais provável.

³⁴ Gíria para roubo.

Os “Esquisitos”

Como aponta CERTEAU (1988) o espaço também é construído por narrativas, por memória. Para ele, toda narrativa pressupõe uma organização espaço-temporal. As narrativas organizam o espaço e são organizadas por ele. Todo relato é um relato de viagem - uma prática do espaço. (DE CERTEAU, 1988, p.200) As narrativas organizam distâncias, trajetos e direções. Como afirma CALDEIRA (2003) as *falas do crime* - compostas além das narrações, de piadas, brincadeiras, músicas e reportagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa- podem marcar simbolicamente os espaços. Alguns espaços nos quais ocorreram – real ou imaginariamente – fatos de violência podem criar um aspecto mágico, sombrio, quase fantasmagórico. O resultado disso, como aponta JACOBS (2009) em sua ideia da *síndrome dos espaços vazios* são ruas completamente abandonadas que se tornam ainda mais vulneráveis a ocorrência da violência porque falta uma rede interna de “vigilância” que possa coibir a prática de crimes. Em minha pesquisa isto ficou exemplificado quando pedi que alguns dos meus interlocutores desenhassem o bairro e depois assinalassem os lugares que consideravam perigosos. Intrigantemente os mapas resultantes dos desenhos eram praticamente iguais. Esta técnica simples de mapeamento entrou na pesquisa por curiosidade de experimentar em uma realidade empírica os conhecimentos que estava adquirindo com a disciplina cartográfica social ministrada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS/ UFCG; e me ajudou bastante na reflexão de alguns aspectos relativos à como a violência se expressa em termos espaciais. Antes da análise, acredito serem necessários alguns esclarecimentos do que seria cartografia social.

Cartografia social:

Cartografia social está inserida dentro de uma nova perspectiva antropológica denominada de mapeamentos participativos. No Brasil, o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) é a experiência mais consolidada, tendo produzido mapeamentos em diversos territórios tradicionais do país (comunidades indígenas, quilombolas, fundo de pasto, seringueiros, faxinais, entre outros).

No contexto de expansão da exploração capitalista em que a “territorialidade do capital” se torna hegemônica, está ocorrendo constantes conflitos que põem em risco o modo de vida de comunidades tradicionais. A invasão do agronegócio, construção de hidroelétricas,

especulação imobiliária, chocam-se com formas tradicionais de usos dos recursos naturais e dos territórios. A cartografia social se coloca nesse cenário, eminentemente político, como uma ferramenta que consolida uma identidade do grupo e auxilia as comunidades nos processos de disputas territoriais.

As comunidades, a partir do domínio de metodologias e tecnologias e do apoio de pesquisadores, têm dado visibilidade a si mesmas e a seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas políticas territoriais. (VIANNA, 2009, p.37)

A cartografia social é um processo de automapeamento em que as comunidades, em contato direto com o antropólogo, apresentam seu conhecimento tradicional apontando seu modo de vida: onde é realizado o plantio, qual é a fonte hídrica, onde ocorrem os maiores conflitos pela posse da terra etc. Também se promove o aprendizado da comunidade de técnicas básicas de cartografia para que esta seja usada em contraponto dos mapas formais do estado ou dos agentes econômicos em disputa.

A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os “mapas são territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas. (VIANNA, 2009, p.37)

Em outras palavras, a cartografia social surge de uma demanda política da própria comunidade que, em uma situação de disputa territorial, utiliza-a como uma ferramenta de luta. Tem-se uma materialização, através de um mapa, de uma experiência coletiva do espaço. Os indivíduos comunicam modos de vida e como estes tomam corpo em pontos de referência espaciais. Na Cartografia social o saber espacial em sua organização tradicional comunitária é levado em consideração. As técnicas utilizadas pela cartografia social podem ir de simples croquis construídos coletivamente nas oficinas de cartografia até a utilização de aparatos de tecnologia cartográfica desenvolvida como georeferenciamento por satélite, dependendo dos objetivos e o contexto para qual esteja sendo produzido o mapa.

A cartografia social rompe também com as formas tradicionais de produção de mapas. Os símbolos e os pontos de referência utilizados não levam em consideração a sistemática da geografia tradicional, utilizando aqueles que a população cartografada escolhe coletivamente.

Em meu trabalho de dissertação não realizei uma cartografia social no sentido que tem se dado ao termo. Não houve uma demanda política que motivasse o mapeamento, nem havia uma disputa territorial que colocasse em risco o “modo de vida” do bairro, pelo menos no tocante à posse da terra. A motivação foi estritamente individual e analítica. O objetivo foi compreender as dinâmicas territoriais do bairro e a influência da violência nelas e de ilustrar em uma representação cartográfica este processo. A técnica utilizada foi a confecção de dez croquis simples e individuais após algumas das entrevistas e a posterior confecção de um croqui final (com fins ilustrativos) produzido por mim a partir do programa Google Earth sintetizando os espaços mais apontados pelos interlocutores.

Os mapas

Ao todo foram confeccionados dez croquis. A escolha das pessoas para confecção destes ocorreu tendo em vista a conveniência de tempo do interlocutor. Percebi que as pessoas demoravam bastante para desenhar (entre 25 minutos a meia hora) não sendo viável pedir a alguém que esteja atarefado ou após uma entrevista muito longa. Os croquis foram confeccionados de maneira simples: Primeiro pedia ao interlocutor que desenhasse o conjunto Severino Cabral e entregava o material (grafite, folha branca, lápis hidrocor e de pintura). Percebi que a maioria das pessoas iniciava o croqui por onde residem e a partir daí expandiam para o restante do conjunto. Ao desenhar apontaram quase sempre os mesmos pontos de referência espaciais: a igreja Católica, a escola Estadual, Mercadinho Natal, feirinha do Severino Cabral, o posto de saúde, os canais de Bodocongó e Ramadinha; Bar do Kiko, Centro de Zoonose etc. Após feito o croqui, pedia que marcassem quais espaços entendiam como perigosos e perguntava o porquê. Na maioria dos croquis foram marcados os mesmos pontos, diferindo pouco. Abaixo mapa produzido por mim a partir dos dez mapas feitos por meus interlocutores, apontando os pontos mais colocados como “esquisitos”:



Utilizei como ferramenta o programa Google Earth que a partir de um sistema de satélite possibilitou colocar na imagem os lugares com a localização exata. Os lugares mais apontados como “esquitos” nos croquis foram pintados na imagem de vermelho. Como podem ser observados na imagem, os espaços apontados como perigosos foram: O campo de futebol localizado por trás da feirinha do Severino Cabral; O Canal de Bodocongó, a rua do cemitério de Bodocongó; A passagem entre a frente do centro de Zoonose e a ponte do Canal da Ramadilha e os becos paralelo entre as ruas do conjunto.

“Os esquitos”, categoria êmica, são espaços com pouco fluxo de pessoas, mal iluminados, e marcados por narrativas de violência. A ocorrência de algum homicídio, estupros ou de roubos demarcam simbolicamente alguns espaços de uma forma mágica transformando-o em um “espaço tabu”. Ele passa a ser temido, evitado e caso seja violado, o transgressor deve ser merecidamente punido: Sofrer algum tipo de violência em um esquito é declarar, para quem participa da comunidade, descuido ou burrice.

Os esquitos podem ser grandes, como por exemplo, o Canal de Bodocongó, ou pequenos como a passagem entre o centro de Zoonose e a ponte do canal da Ramadilha. Todavia, seu efeito é o mesmo. O horror que adentra o corpo produzindo a sensação de vulnerabilidade e desespero. Perna bamba, calafrio, boca seca. Uma experiência pessoal pode ajudar a ilustrar: quando era adolescente namorei com uma menina que morava próximo a

Feirinha de Bodocongó. Aos domingos, após a missa, deixava-a a pé em sua casa. A ida era relativamente tranquila porque neste instante as ruas estavam cheias de pessoas que retornavam tanto da Igreja Católica quanto das Igrejas Evangélicas. No entanto, poucos momentos depois as ruas já se encontravam vazias e tinha que retornar sozinho para minha casa que se localizava no outro extremo do bairro. Havia quatro caminhos possíveis: O mais próximo era um beco que ia por detrás da Escola Estadual passando por uma pedra aonde já ocorreram diversos homicídios, era um lugar conhecido por ser um ponto de “*Cheiro do Queijo*”. O segundo mais próximo era atravessando o Campo da feirinha e passando pela lateral da Escola. Outro caminho seria ir em direção ao cemitério de Bodocongó seguindo a avenida principal fronteira com a Ramadinha e por fim, o caminho que costumeiramente traçava, seguindo pela rua da SUCAM (Fundação Nacional de Saúde), aonde hoje é o centro de Zoonose. Parte do caminho eu permanecia tranquilo, no entanto, ao chegar a frente da SUCAM, deslocava-me para o meio da rua para não ser surpreendido por alguém escondido nas calçadas, observava os dois sentidos da rua para ver se alguém se aproximava, apressava o passo e era coberto de um sentimento de alerta e pavor até chegar o outro lado da ponte aonde retomava a tranquilidade. O trecho possuía aproximadamente vinte metros, no entanto, era experimentado com um potencial agressivo concreto.

A formação dos espaços *esquisitos* remonta, por um lado, às narrativas de violência que ocorreram naquele lugar, e por outro, à estrutura territorial do conjunto. Quando pergunta o porquê daqueles espaços serem considerados perigosos, meus interlocutores quase sempre se reportavam a alguma experiência de violência que ocorreu com alguém próximo ou conhecido. O histórico de homicídios, roubos, brigas de bar, venda de drogas apontam que a formação dos “esquisitos” como espaços sobrecarregados de simbolismo. Pontos marcados no espaço por experiências e narrativas destas experiências.

Também neste contexto, observando o croqui percebe-se que a maioria dos pontos considerados perigosos são espaços de fronteira que interligam o conjunto Severino Cabral com os bairros vizinhos Ramadinha e Pedregal. O Canal de Bodocongó, a rua do cemitério de Bodocongó e a passagem entre a frente de Zoonose são tanto ponto de passagem quanto de fronteira entre o conjunto e seus vizinhos. Os esquitos são, também, frutos de uma histórica relação conflituosa de vizinhança.

É importante ressaltar que esses espaços não são considerados perigosos em todos os períodos do dia, existindo uma circularidade territorial em que estes espaços tomam outra conotação. Em todos estes espaços existem formas de sociabilidade em horários específicos

do dia ou nos finais de semana. Isto é, nenhum “esquisito” se configura um “espaço vazio” todo o tempo. Ao contrario, pude identificar que, paradoxalmente, são nestes espaços aonde ocorrem as redes de sociabilidade e os contatos entre os bairros vizinhos, porém apenas em alguns horários determinados. No próximo capítulo realizo a descrição etnográfica das sociabilidades estabelecidas em alguns destes espaços. Escolhi quatro espaços – o Canal de Bodocongó, a feirinha do Severino Cabral, a lanchonete (localizada na rua do cemitério de Bodocongó) e os “espaços dos Vigilantes” que vivenciam as madrugadas do conjunto.

CAPÍTULO III. SOCIABILIDADE E VIOLÊNCIA

Uma das principais marcas da sociabilidade no conjunto Severino Cabral é o medo. O medo de sofrer algum tipo de violência regula parte considerável da vida dos moradores. Tem-se medo de morrer em decorrência de um assalto, de ter a casa invadida, de estar presente em algum estabelecimento comercial e este ser roubado, de ser abordado violentamente pela polícia etc. Este medo se expressa no cotidiano dos moradores. Evita-se sair em determinados horários, caminhar sozinho, frequentar lugares considerados *esquisitos*; evita-se carregar consigo pertences de valor ou dinheiro em grande quantidade, evita-se conversar com pessoas desconhecidas. Conversei com alguns proprietários de estabelecimentos comerciais no conjunto – Padaria, mercadinho, loja de móveis e uma ótica - e todos já sofreram um ou mais roubos. Segundo eles, após o primeiro roubo não se consegue trabalhar da mesma maneira. Torna-se atento, precavido e tomado por uma ansiedade constante, como podemos observar no relato de um proprietário de uma pequena padaria:

Eu sou comerciante, vivo do comercio. Você observou que aqui tem grade né? E daqui a pouco eu tenho que botar uma grade ali porque passa algumas pessoas e eu fico até assustado. O cara que é comerciante ele trabalha assustado com a violência. Você trabalha aqui, qualquer coisinha, qualquer momento, você já fica naquela expectativa se é um assalto ou não. Tô aqui a nove anos e já fui assaltado em dezembro do ano passado, já fui assaltado aqui em janeiro desse ano, quer dizer a gente fica a mercê dos ladrões! (46 anos, Comerciante)

Este medo causado pelo trauma de um roubo marca a vida e o corpo destas pessoas, em expressões de pavor, dor e ódio pelo agressor. Um dos casos mais contundentes que tive conhecimento foi do pai de um dos meus interlocutores que teve o seu mercadinho assaltado dez vezes. Meu interlocutor, policial militar, narrou que após o quinto assalto seu pai comprou uma arma de fogo e nas outras cinco ocasiões, reagiu trocando tiros com os assaltantes chegando por duas vezes a atingi-los. Hoje, segundo ele, sua mãe sofre com síndrome do pânico com medo que os ladrões voltem ou que seu marido seja assassinado na ocorrência de outro assalto.

Estes casos adentram rapidamente em uma rede de informações, no qual a fofoca (ELIAS, 2000) é a principal difusora. Instantes após a ocorrência de violência, a notícia se

espalha chegando aos ouvidos de boa parte da população do conjunto. As pessoas falam e narram constantemente os casos de violência em uma mistura paradoxal de horror e prazer. Durante a pesquisa e em minha vida cotidiana no bairro, presenciei infinitamente a narração de homicídios, brigas de bar, conflitos conjugais, etc. Nas rodas masculinas das esquinas, a violência disputa lugar com futebol e mulheres como um dos assuntos mais constantes. Estas narrações, como aponta CERTEAU (1988), tem poder criativo, classificando práticas e grupos: “quem usa boné é maconheiro”, “usar brinco é coisa de marginal” ; e também demarcam lugares: “Não ande por aquela rua, “Naquela esquina só fica marginal!” “o Ladrão correu pra Ramadilha!”etc.

Como aponta CALDEIRA (2000), *as falas do crime* possuem o atributo de aumentar e propagar a sensação de medo. Para os moradores do conjunto Severino Cabral nenhuma época foi tão violenta como é hoje. A violência comporta-se como um marcador temporal que separa dois períodos antagônicos: Um tempo de tranquilidade, lúdico em que imperava a generosidade entre a vizinhança e o agora, violento, solitário e desorganizado. Observemos a narração de uma de minhas interlocutoras:

Existe a questão de segurança. Por exemplo: “Vamos se reunir na casa de fulano pra gente conversar” ou então como a gente fazia antigamente, no tempo de escola: “vamos sentar ali na esquina”. Isso era um lazer! Hoje em dia eu digo que impossível você fazer isso. É impossível, pronto, estou aqui assistindo, ouvindo uma música, mas eu podia estar muito bem na calçada tomando um arzinho, sentada naquela pedra, olhando as estrelas como a gente fazia antigamente, eu e os meninos , quando era essa hora a gente tava tudo no meio da rua, conversando besteira, fazendo seja lá o que for, mas hoje em dia não se pode mais, eu digo grande parte disso é por falta de segurança. (28 anos, professora)

A interlocutora mesmo sendo bastante jovem, tendo apenas 28 anos, reproduz o discurso dos “tempos passados”. A ideia da falta de segurança contrapõe dois tempos de sua vida e sociabilidade. Um tempo romantizado, em que passava as noites tranquilas da cidade com seus irmãos olhando as estrelas. O tempo de colégio em que frequentava as esquinas e a casa dos amigos com segurança; e a vida adulta em que espaço público torna-se, para ela, temido, evitado e impossível de ser ocupado.

O tempo de “antigamente” - que não está tão distante assim, remontando a no máximo quinze anos, é completamente lúdico e romantizado. Passa-se por um processo de “esquecimento coletivo” em que todas as formas de violência anteriores deixam de existir.

Como aponta HALBWACHS (2006), a memória fala mais aos tempos de hoje, aos interesses e percepções atuais, do que do passado. Se oculta, consciente ou inconscientemente, a violência do passado para ressaltar o estado que se crê experimentar no presente.

Existe também a influência exercida pelos meios de comunicação de massa na formação deste pensamento, como também um reflexo dos próprios estudos acadêmicos. A resposta mais comum quando perguntei o porquê eles consideravam Campina Grande uma cidade violenta, era: “Pelo que a gente vê todos os dias na televisão”. É vasta na cidade a programação de rádio e televisão dedicada exclusivamente ao tema da violência e até nos telejornais nos quais a violência não é o tema principal, é dedicado uma parcela a esta problemática. Também nas redes sociais e em campanhas do Ministério Público e outras instituições ligadas à justiça são veiculadas informações sobre o assunto. Não raras vezes, também, os entrevistados citaram, em sua justificativa, as estatísticas oficiais que apontam a cidade entre as mais violentas do país e do mundo. Observemos a imagem abaixo:



A imagem que faz parte da campanha #Querominhacampinadevolta, patrocinada pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande, revela bastante sobre a dinâmica desta representação. A imagem é retirada de um monumento chamado de “Os Pioneiros da Borborema” construído para a comemoração do centenário do município. A representação original é composta por, à esquerda uma pessoa indígena segurando um bastão representando os primeiros habitantes; ao meio uma catadora de algodão que representa a força da mulher e o acentuado desenvolvimento industrial da cidade gerado pelo ciclo algodoeiro. E do lado direito, o tropeiro que personifica o desenvolvimento do comércio da região. Na imagem retirada da campanha podemos observar que um dos pioneiros está assaltando os outros dois. O pioneiro que representa uma pessoa indígena foi transformado em um assaltante e seu

bastão em uma arma de fogo. Toda a imagem é feita de branco, preto e vermelho, sendo que esta última cor dá a tônica hegemônica. Em baixo a frase “liberdade é ter mais segurança”; uma pequena gravura simbolizando a polícia e ponto de exclamação que lembra bastante um cassete. Como se pode observar desde a frase que intitula a campanha, a imagem sugere uma condição que foi perdida. Uma liberdade e tranquilidade que não existe mais. A imagem também sugere a solução: Mais policiamento e repressão. Também não podemos deixar de observar que é justamente o pioneiro indígena que foi transformado em assaltante. Consciente ou inconscientemente, a imagem expressa simbolicamente não apenas disputas territoriais como também étnica-raciais. Observemos outra imagem bastante divulgada nas redes sociais:



Observando a imagem vemos que ela é composta mais uma vez das cores brancas, preto e vermelho. No alto a frase retirada da música de Jackson do Pandeiro “Alô minha Campina Grande” e abaixo duas mãos, uma pintada de branco e outra de vermelho e a frase: “Basta de Violência em Campina Grande!”. Como a outra imagem esta também está repleta de simbolismo e referências a outros contextos. A música de Jackson do Pandeiro é uma ode a cidade e a seu desenvolvimento. No entanto, no contexto posto na imagem, coloca uma tranquilidade que foi perdida e um desenvolvimento esquecido. As mãos vermelhas e brancas também fazem referência ao passado. A Mão Branca foi um grupo de extermínio formado por policiais e ex-policiais militares que no início da década de 1980 assassinou diversas pessoas consideradas criminosas. A mão Branca que ficou conhecida nacionalmente por sua

brutalidade, ainda hoje é lembrada e defendida por moradores mais antigos e vista como uma solução eficaz à criminalidade. Não raras vezes são cobrados posicionamentos mais duros das autoridades, incluindo mudanças na legislação penal e diminuição de direitos. Observemos a fala do interlocutor:

Eu acho assim, que essa violência, pra mim o maior culpado tudim são os políticos. Que não tomam uma providência pra diminuir, assim, essa lei, pra acabar com essa lei que protegem esses menores. Porque a maioria dos assaltos que acontecem por ai hoje, tudim, a maioria, é feito por caba de menor e ninguém pode fazer nada, pronto. Fica tudo por isso mesmo. [...] A maioria das lei é lei pra proteger o menor, mas lei pra proteger o pai de família, a mãe de família, o trabalhador, não tem. Tem que ter pena de morte também! [...] ele pode ter dez anos de idade, mas se ele cometeu um crime, ele tem que responder pelo aquele ato que ele cometeu. Num é que ele matou um hoje e é de menor que amanhã vai tá solto. (42 anos, Bombeiro)

Neste contexto, é produzida uma sensação de medo que se expressa no tipo de sociabilidade vivenciada no bairro em que a desconfiança é a principal característica. O medo de sofrer alguma forma de violência media o contato e interações. Limita os horários e onde ocorrem os encontros, como é realizado o lazer: quais bares frequentar, onde caminhar etc. Ao passo que a sociabilidade, a ocupação do espaço público, é vista como inibidor da prática da violência. Os “esquisitos” são temidos e evitados. Narram-se casos de violência que neles ocorreram, aumentando sua áurea de mistério.

O Severino Cabral, de maneira geral, é carente de espaços públicos de lazer e sociabilidade. Não possui nenhum parque, piscina pública, academia pública, e como já mencionei anteriormente, a praça possui apenas os alicerces. No entanto, o conjunto possui diversos *pedaços* em que as pessoas se encontram e se divertem. Em “A festa no pedaço”, MAGNANI (2003) objetivando estudar formas de cultura popular e principalmente as manifestações do circo, se depara com uma extensa rede de sociabilidade e lazer da periferia na cidade de São Paulo. Analisando mais detidamente as regras que presidem a utilização do tempo livre por intermédio das diversas formas de lazer, o autor observou que estes encontros:

Representava, antes, uma oportunidade, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, de estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade.(MAGNANI, 2008, pg. 31).

O autor observou que as pessoas se encontravam em batizados, bailes, campeonatos de futebol amador, casamentos, circos, rituais religiosos (católicos, evangélicos e cultos afro-brasileiros) e outras tantas formas de lazer que reforçavam os laços de sociabilidade do grupo. MAGNANI (2008), tomando como ponto de partida o espaço onde são realizadas as práticas de lazer, propôs uma tipologia básica a partir de um sistema de oposições. Primeiramente distinguiu entre o lazer realizado “dentro casa” *versus* o realizado “fora de casa”, sendo o primeiro referente aos ritos que celebravam passagens no ciclo vital que têm como base a família (batizados, casamentos, aniversários etc.) e o segundo as que têm como base o espaço público, podendo ser fora ou dentro da vizinhança.

Quando um espaço determinado (seja uma vizinhança, esquina, campo de futebol) torna-se ponto de referência que diferencia determinados grupos pertencentes a uma rede de sociabilidade e identidade, chama-se, na categoria “nativa”, *pedaço*:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém, mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 2008, p. 138)

No dia-a-dia, na troca de informações, nas conversas, nos pequenos conflitos, consolidam-se as redes que possuem regras de lealdade e proteção. Ser do *pedaço* implica na aceitação das regras e identidade do grupo que apresenta quem é do *pedaço* e “o outro”: o de fora, o estrangeiro. Quem é de outro *pedaço* ou que tem uma postura ambígua transitando entre eles, ou simplesmente é um estranho, corre risco de ser hostilizado, ser visto como indesejado e/ou perigoso.

No Severino Cabral, identifiquei como os principais espaços de encontro e sociabilidade no bairro: a feirinha, que compõem uma área comercial que supre a localidade com uma série de serviços na qual compõe também o campo de futebol utilizado por jovens e adultos para atividades esportivas; os canais de Bodocongó e da Ramadinha que em determinados horários são utilizados como espaço de encontro e para fazer caminhada; o bar de Kiko, o campo de vôlei, a esquina da padaria, a academia, a frente da escola estadual na qual se reúnem grupos de adolescentes, a Comunidade São Pedro e diversas igrejas evangélicas. Além disso, algumas esquinas são esporadicamente ocupadas principalmente por jovens ou idosos.

Analisando os movimentos e fluxos das ruas do conjunto, podemos observar as formas de sociabilidade e como elas ganham sentidos diferenciados na gramática da violência. Em vários momentos do dia, as ruas do Severino Cabral são ocupadas por pessoas que caminham ou conversam nas calçadas ou esquinas, ou que simplesmente transitam para ir ao mercado ou na padaria. Quem vive no bairro conhece e reconhece esse estranho movimento que marca as horas do dia. Saindo as sete da manhã, observaremos as ruas, pontos de ônibus e mercados todos cheios de pessoas transitando, indo trabalhar ou à escola. Esse movimento vai diminuído ao longo da manhã até chegar ao ápice do meio dia em que as lanchonetes, padarias, mercados, farmácias, videolocadoras, estão fechadas. Esse “vazio” se prolonga por boa parte da tarde até mais ou menos às dezesseis horas, quando o sol começa a ficar mais ameno, iniciando outra dinâmica nas ruas com novos movimentos e cores: Em uma esquina fica um grupo de homens idosos jogando domínio; em outra, alguns jovens homens, dos quais muitos são moto-taxistas, conversam às vezes sobre futebol, sobre as “corridas” (como chamam os trajetos que fazem como moto-taxista), sobre algo que viram na TV, ou sobre as meninas que passam neste horário para fazer caminhada ou ir à academia de ginástica; No canal de Bodocongó, pessoas caminhando; na feirinha do Severino Cabral, algumas pessoas compram e outras bebem embalados pela música vindos dos carrinhos de CD que circulam por ali; assim continua o período mais dinâmico do bairro nos dias de semana até o sol se pôr, iniciando um novo período de “vazio” que só dá trégua pela caminhada esporádica de pessoas indo às lanchonetes, celebrações religiosas ou pelos vigias que patrulham as ruas.

No decorrer deste capítulo descreverei as sociabilidades presentes em quatro espaços: O canal de Bodocongó; a feirinha do Severino Cabral, a Lanchonete e os “Espaços dos Vigilantes” que compreende o espaço do conjunto na perspectiva dos vigilantes que realizam a segurança privada do conjunto durante a madrugada. A escolha destes espaços se justifica por que eles, de maneiras diferentes, são espaços de contato e interação, não só de moradores do Severino Cabral, como também, entre estes e os moradores dos bairros vizinhos. São também zonas de fronteira, localizados em espaços considerados “*esquisitos*” pelos moradores do conjunto. Os três primeiros espaços são sociabilidades hegemonicamente de lazer e o último de trabalho, mas, como veremos a seguir, também envolvem formas de encontro e camaradagem.

Buscarei destacar, à medida do possível, como a violência, praticada ou imaginada, regula e media estas relações, principalmente no tocante ao conflito entre a vizinhança –

Severino Cabral, Pedregal e Ramadinha - além de analisar como a “desconfiança” se expressa em pequenas práticas que caracterizam estas sociabilidades.

O Canal

O canal de Bodocongó é uma obra de pavimentação e esgotamento sanitário que se localiza nas imediações do conjunto Severino Cabral. Ele se alastra desde o açude de Bodocongó até a Avenida Floriano Peixoto, passando ao lado do conjunto e produzindo a fronteira com o Pedregal. O Canal de Bodocongó foi inaugurado em 1996, pelo então prefeito Cassio Cunha Lima. Ao redor dele foram construídas ciclovias e os moradores costumam fazer caminhada em suas calçadas. Em grande parte do dia este espaço é considerado “*esquisito*”, ou seja, área de risco. É conhecido pelo grande número de assaltos, possuindo pouco movimento durante o dia e praticamente vazio durante a noite. Todavia, esta paisagem se transforma nos períodos de entre seis a sete e meia da manhã e entre quatro a seis da tarde. Nestas ocasiões, suas calçadas estão cheias: pessoas caminhando, algumas pessoas utilizando bicicleta, alguns jovens de skate; grupos de idosos jogando dominó, outros tantos grupos em esquinas conversando, outros paquerando, outros que vieram apenas “ver o movimento”; enfim, o canal é um grande ponto de encontro e sociabilidade.

Nas tardes, horário em que costumava frequentar durante a pesquisa, inicia-se o fluxo de pessoas que saiam de suas casas, vindas de todos os pontos cardeais, em um sincronismo padronizado e leve, quase que imitando uma dança. Começa aos poucos, em ritmos compassados e vai ganhando corpo, em encontros e saudações a distância, até torna-se multidão. Caminhar possui um rito próprio. Prepara-se desde as vestes, que são por obrigação leves - de preferência short, camiseta e tênis confortável - à pausa para tomar água de coco na sorveteria da esquina. Vestir-se assim comunica se o indivíduo está ou não ali para caminhar. O fluxo não impede a conversa. Caminha-se sozinho, em grupo, mas na maioria das vezes em par, aproveitando-se o bom da conversa sem perder o foco da caminhada. Alguns correm. Estes, com fone de ouvido, não estão para conversa ou desejam apresentar isso. Seu foco é a corrida, evitando-se conversas próximas, apenas abrindo espaço para algumas saudações à distância. Nas esquinas, sob a sombra, se reúnem jovens do sexo masculino. A maioria vestido para caminhada, no entanto, poucos caminham. O que os atrai é a conversa e o encontro diário. As rodas de conversa se concentram em dois pontos. O primeiro ainda em Bodocongó, próximo a fábrica de papel; e no conjunto Severino Cabral próximo ao posto de

gasolina, na calçada do “Campo de Almir”. A maioria do público que frequenta o lugar, partindo de uma percepção superficial, são moradores de Bodocongó e Severino Cabral.

A influência da violência nestas sociabilidades pode ser sentida sensivelmente em pequenos detalhes. Raramente pessoas do sexo feminino caminham sozinhas. Estão sempre em grupos ou pares. Também estas, dificilmente, ao contrário dos homens, carregam algum aparelho eletrônico e muito menos os deixa a mostra. As pessoas com quem conversei apontam a violência como causadora deste fato. Isto dá indicativos para uma visão sexualizada do medo, em que a mulher é vista como mais frágil e como alvo preferencial da prática criminosa, diminuído, com isso, o grau de sua mobilidade, uma vez que ela necessita, nesta visão, estar no espaço público sempre acompanhada, de preferência por alguém do sexo masculino.

Um aspecto a ser destacado é o percurso feito pela maioria das pessoas. Tendo o canal dois lados, um voltado para Bodocongó e outro, em grande parte, próximo ao Pedregal, a maioria das pessoas caminham apenas no lado de Bodocongó, indo e voltando no mesmo lado. E também, a maioria das pessoas não realiza o percurso chegando até a Avenida Floriano Peixoto, passando pela comunidade pobre “Suvaco da Cobra”. As pessoas com quem conversei alegaram que realizam este percurso porque o lado próximo ao Pedregal não possuía sombra e que não caminhavam até a Avenida Floriano Peixoto porque tinha terrenos baldios com sujeira. No entanto, verifiquei que mesmo após cinco e meia da tarde, quando não há mais sol no lado próximo ao Pedregal, quase ninguém caminha nele, continuando o fluxo apenas do lado de Bodocongó e que, também, já foram retirados os terrenos que continham lixo e mesmo assim as pessoas não modificaram seu percurso. Estes fatos, em meu entendimento, aparecem como indicativos de uma relação conflituosa e de estruturas territoriais.

A feirinha do Severino Cabral

A feirinha do Severino Cabral é um pequeno centro comercial que fornece aos moradores do conjunto uma grande variedade de produtos. Durante a semana, são montados “bancos de feira” com frutas, legumes, carne, derivados de leite, grãos etc. Também há na feirinha lojas de roupas, variedades, açougue, equipamentos eletrônicos, bares, lanchonetes, farmácia, e dois mercadinhos. Ao seu redor se localiza, também, uma loja de material de construção, um restaurante, duas casa lotéricas, um mercado de médio porte e sete igrejas

evangélicas, atraindo, portanto, um público grande e diversificado. E por trás se localizam, ainda, alguns quiosques abandonados, um posto de saúde e um campo de futebol de várzea.

No período da noite, todavia, a feirinha fica completamente vazia e mal iluminada. É considerado um foco de assaltos e ponto de venda e utilização de drogas. Em todos os mapas que pedi que as pessoas fizessem, ela foi considerada um ponto crítico de violência. O vazio noturno se interrompe apenas nos horários de entrada e saída das celebrações das igrejas evangélicas entre sete e nove da noite cujas ruas são ocupadas por grupos de fies.

Durante a semana, no período do dia, formam-se diversas sociabilidades e amizades. Clientes que de longa data compram dos mesmos comerciantes, que retribuem oferecendo produtos de melhor qualidade ou melhores preços. Jovens reúnem-se para beber e jogar sinuca. Os carrinhos de som vendendo DVDs e CD “piratas” sempre circulam. Todavia, é nos finais de semana que a sua sociabilidade ganha mais vida. O campo de futebol de várzea é tomado de torcedores. Os bares lotam e as calçadas ficam repletas de motos e carros.



Créditos: Alexandre Magno de Lima.

O conjunto Severino Cabral possui dois clubes amadores, o “Santa Cruz do Severino Cabral” e o “Juventos”. Os dois clubes dividem o campo revezando os domingos. O Santa Cruz, aparentemente o clube mais organizado, possui uma cede que se localiza dentro da Feirinha. O “espaço Fama”, um bar administrado pelo presidente do clube, é frequentado diariamente por sua torcida. Ai se constitui um *pedaço*, fortemente coeso. São as pessoas que visitam o “Espaço Fama” que frequentam os jogos com regularidade e, inclusive, financiam os custos do clube, pagando uma mensalidade.

O campo da feirinha também recebe diversos campeonatos entre os principais são a “Copa das Malvinas” e a “Copa de Bodocongó”. Além da rivalidade dos clubes do conjunto, existe também a rivalidade entre estes e os clubes dos bairros vizinhos: Desportivo do Pedregal, Nacional da Boa Vista, Portuguesa da Ramadinha, Figueirense do Santa Rosa, entre outros. Os clubes sempre vêm acompanhados de parte de sua torcida, alugando ônibus ou vans. Segundo meus interlocutores são frequentes os conflitos entre os times, ocasionados por alguma provocação ou por uma entrada mais dura dentro de campo. Brinca-se sempre é que os jogos nunca duram os noventa minutos regulamentares, sendo interrompidos por alguma briga generalizada inclusive com a participação da torcida. Outra piada que se diz com frequência é que o arbitro da partida tem que “apitar com um colete a prova de balas” para ressaltar o risco da empreitada. Em geral, o clima entre as torcidas rivais é amistoso, porém tenso. São frequentes as provocações, piadas e o insulto ritual próprio das sociabilidades masculinas. Procura-se evitar o confronto aberto, levando, sempre que possível, as provocações na “esportiva”. E também, a torcida anfitriã tenta não exagerar, uma vez que sabe que muito em breve será recebida na “casa” do adversário.

Em dias de campeonato as laterais do campo ficam tomadas de torcedores e são montadas barracas que vendem cerveja, caldos, espetinhos, picolés etc. Os jogos iniciam-se aproximadamente as nove da manhã do domingo e, dependendo do campeonato, chegam as quinze ou dezesseis horas. Este espaço é quase que exclusivamente frequentados por pessoas do sexo masculino, sendo rara a presença feminina.

A torcida é como um terceiro time. Muitas vezes interfere entrando em campo em momentos de maior tensão, como em pênaltis ou faltas. Os xingamentos são constantes, principalmente com o arbitro ou com algum jogador que simula o recebimento de uma falta, que é chamado de algum atributo ligado à falta de masculinidade como “mocinha” ou “viado”.

Também são constantes os conflitos entre os torcedores e os moradores das residências próximas ao campo. Em todos os jogos, faz-se uma verdadeira festa na qual se escuta música bastante alta nos aparelhos de som dos carros e bebe-se bastante. Muitas vezes, ocorrem conflitos porque os torcedores estacionam os carros nas calçadas das residências em frente ao campo impedindo que os moradores possam sair com automóveis de suas casas e também em decorrência das bolas que algumas vezes caem sobre as casas quebrando telhas ou plantas.

A lanchonete

Um dos hábitos noturnos mais consolidados dos bairros de Campina Grande, de forma geral, é o de frequentar as lanchonetes. Elas são as mais variadas possíveis: pizzarias, tapiocarias, soparias, pastelarias, sorveterias e as que misturam tudo isso e oferecem o cardápio completo aos seus clientes. A lanchonete do Túlio é um estabelecimento simples que fornece principalmente salgados, sanduíches e pizzas. Ela se localiza na Rua Florípedes Coutinho, rua do cemitério de Bodocongó - fronteira entre o Severino Cabral, o Conjunto Mariz e a Ramadinha. Costuma funcionar todos os dias da semana, excetuando-se as quartas-feiras, das seis e meia às onze da noite nos dias de semana e até meia noite no fim de semana. Após as nove da noite, praticamente todos os estabelecimentos comerciais cerram suas portas, excetuando-se as lanchonetes e alguns poucos bares. A lanchonete do Túlio é sempre a última a fechar. Ela é administrada por dois jovens irmãos negros Túlio e Bruno. Sendo um o proprietário e outro auxilia na cozinha ou como garçom.

A lanchonete é bastante frequentada, principalmente no final de semana, mas nem sempre para consumir. Os dois irmãos são muito conhecidos no conjunto e na região. Eles sempre se envolveram com atividades públicas : grupo de jovens na igreja católica, grupo de capoeira, futebol de pelada e sua casa foi por muito tempo um ponto de encontro aonde jovens de todo bairro se encontrava para tocar violão e beber. Residiram por muito tempo no conjunto Severino Cabral e agora moram na Ramadinha. Hoje frequentam a lanchonete diariamente alguns jovens apenas para “passar o tempo”. Eles ficam sentados nas mesas quando não há muitos clientes e em pé encostados ao muro quando a lanchonete está lotada. Entre um lanche e outro os dois irmãos fazem questão de passar um tempo com “o pessoal”, sempre fazendo alguma brincadeira na forma de “insulto ritual”.

Para mim, as noites na Lanchonete eram sempre agradáveis, conversando e rindo bastante. Reencontrei antigos amigos e fiz outros, no entanto, eram tensas. O próprio proprietário do estabelecimento se admira de nunca ter sido assaltado. Ele trabalha sempre atento, prestando atenção de onde e quem se aproxima. São frequentes interações tensas nas quais alguns indivíduos buscam intimidar ou demonstrar poder. Como parar para pedir informações e propositalmente deixar que as pessoas percebam que está armado. Ou, como uma situação que presenciei, na qual um jovem deixou que o macaco da moto tocasse no chão acelerando e realizando círculos na moto bem em frente à Lanchonete lotada.

A presença das narrativas de violência era constante. Ficava-se sempre alerta com a aproximação de algum “maloqueiro”, principalmente se este vinha da direção da Ramadinha. Também se comentava quem passava para ir “fazer fita”, ou seja, praticar algum roubo. Geralmente em par, em uma moto e, algumas vezes, de carro, estes jovens eram identificados por meus interlocutores como criminosos. Todos eram conhecidos e alguns frequentavam a Lanchonete para comer:

Sempre passa pessoas que a gente sabe que “oh esse ai vai roubar ali!” e já é certo! Dá cinco minutos ela passa de novo, dez, vinte minutos, passa de novo. E isso vão fazendo outras ações, andando em outros bairros, tu acha que é pra que? De moto, muitos de carro também passam ali, mal encarados, vão olhando[...] (28 anos, garçom)

A postura dos proprietários da lanchonete é de mediação, evitando o conflito direto. Os dois conhecem bem os códigos postos e jogam com eles. Buscam manter interações amistosas com a diversidade de seu público, promovendo uma rede de relações que auxilia que eles permaneçam seu negócio sem sofrer alguma agressão:

A gente tem clientes policiais, a gente tem clientes bandidos também, e tem os civis né? pessoas de bem tal, mas que também conhecem outras pessoas né? E assim, ajuda um pouco a gente não ser assaltado porque a gente vive nesse meio, a gente tem um comércio e no comércio você não pode restringir a entrada de ninguém. Como a gente trabalha com comida a gente tem que vender a comida que a gente faz. Eu não quero saber se você bandido, se você polícia ou se você é civil! Eu quero saber que tô te vendendo, você tá gostando de meu lanche e tá voltando pra me comprar, não pra me assaltar ou pra me agredir de qualquer forma. (28 anos, garçom)

Esta mediação ocorre de maneiras diversas como, por exemplo, doar lanches para usuários de crack ou vendê-los abaixo do preço para que estes não “aglomerem” e se retirem. Os viciados em crack são figuras muito particulares da noite do conjunto. Perambulam durante toda a noite, sujos e maltrapilhos, por vezes cometendo pequenos furtos. Na linguagem cotidiana da periferia campinense, fala-se que eles “aglomeram”, isto é, chamam muita atenção, fazem muito barulho, furtam e por vezes roubam no próprio bairro, isto é quebram os códigos estabelecidos na gramática da violência. Durante a pesquisa vi por duas ocasiões viciados em crack serem expulsos de bares. Diz-se, também, que eles não são

tolerados pelos traficantes, que os assassinam com frequência por “aglomerarem” perto da “boca”, chegando de madrugada fazendo barulho e chamando atenção da vizinhança, furtando perto da “boca”, chamando a atenção da polícia, ou “falando demais”.

Túlio é quem possui um poder de mediação mais desenvolvido. Tira pequenas brincadeiras com todos os clientes e sempre promete algo especial no lanche. Com os homens demonstra proximidade a partir de uma peculiar forma de insulto ritual. Brinca com alguma característica física do cliente (tamanho, peso, característica do rosto etc.) com o estilo (roupa, acessórios, formato de cabelo) ou narra uma piada na qual o cliente é o personagem. Nem os indivíduos que ele joga perigoso escapam das piadas, insultando-os a partir de sua ineficiência na arte de roubar, como por exemplo: “Com essa pop ai (moto pequena e de poucas cilindradas) quando tu for “fazer uma fita” os “zome” te pega na ladeira da Bela vista!”. Eles riem, por vezes respondem com outro insulto, cumprimenta-o e vão embora.

O espaço dos vigilantes

Durante a pesquisa tive a oportunidade de conversar com dois amigos que foram vigilantes nas madrugadas do conjunto. Eles me revelaram um universo bem particular, repleto de riscos, medos, porém segundo eles, bastante gratificante. A empresa responsável pela segurança privada no conjunto foi constituída por um policial militar a mais de dez anos. Ela é composta por quatro vigilantes: três a pé e um de moto e guardam dois conjuntos, o Severino Cabral e o Dinamerica III. Cada vigilante é responsável por três ruas, ficando na maior parte do tempo em locais estratégicos: A esquina da Escola Estadual, a frente ao curral de “Zé Péba” e próximo ao colégio Joaquim Padre Neto. Os equipamentos utilizados pelos vigiais são o apito, lanterna e rádio amador. Não possuem permissão para utilizar armas de fogo. Suas funções são: inibir furtos e roubos das casas dos moradores associados, ou seja, que pagam a quantia referente à vigilância; guardar automóveis de moradores que não possuem garagem e acompanhar algum morador que porventura tenha que chegar tarde em casa.

Como eles não têm poder de polícia e não carregam armas, ao menos oficialmente, falam que sua abordagem não é com a utilização da força, mas sim com “psicologia”. O guarda deve ficar em um lugar visível, mostrar-se para quem vem vindo, inibindo as ações de criminosos que, segundo eles, preferem andar na “surdina”. Deve estar atento para quem se aproxima e ler a linguagem corporal dos suspeitos:

Primeiro, os moradores na maioria dos casos você já conhece ou pessoas normais que são aqueles moradores familiares, você conhece o comportamento. Porque imagine seu pai e sua mãe andando e imagine um viciado em álcool andando. É diferente. Entendeu? Ai você já tem os trejeitos que a vida ensina, que a malandragem ensina, de você conhecer tudo e todo mundo [...] então você via principalmente as horas, como, de onde vinha, como surgiu, o comportamento, até como... não só como andar, mas o jeito de falar, de observar, você percebe. O cara de duas horas da manhã, andando devagar, olhando demais pra um lado e pra outro, ele está procurando alguma coisa! Seja uma informação, seja a casa de um conhecido, seja a casa dele que ele perdeu porque estava muito embriagado, seja pra roubar, ele tá pensando em algo, sabe? O corpo fala pow, e o cara começa a entender uma certa psicologia marginal ali, uma psicologia noturna, a rua é uma faculdade (risos) ai de longe você já vê e fica em alerta total, já passa rádio pra os colegas, uma comunicação e outra[...](29 anos, Vigilante)

O interlocutor revela em sua fala uma série de mecanismos que utiliza para reconhecer possíveis agressores. Características que vão desde a forma de andar, observar, vestir, a cor da pele³⁵ até as horas e de onde os indivíduos estão vindo. Meus interlocutores narram que todo momento tem que utilizar dessa “psicologia” que nada mais é do que códigos de mediação. Fala-se muito que não vale a pena arriscar-se demais nem promover um conflito desnecessário, tendo em vista que todas as noites eles estão nas ruas, sendo prezas fáceis para uma emboscada de vingança. “É necessário cuidar de si, pra depois cuidar dos outros” (29 anos, Vigilante). Isto leva a uma abordagem em que o vigilante busque mostrar primeiro que “tem gente na rua”, mostrar quantidade de pessoas para inibir a prática de crimes. Para isso torna-se fundamental a utilização do rádio amador e do apito. O apito tem três funções: mostrar aos clientes que o vigia está na rua; mostrar aos possíveis criminosos a posição do vigia, inibindo a prática de crimes e a de comunicação. Esta última consiste em: apitos com grandes pausas entre um e outro significa que está tudo tranquilo; dois apitos com pausas curtas entre eles quer dizer que se aproxima alguém suspeito e os outros vigilantes devem ficar em alerta; e quatro ou mais apitos com pausas curtas entre eles é por que está ocorrendo uma situação de perigo e todos os vigilantes devem se reportar até o local.

Segundo meus interlocutores todas as madrugadas no conjunto são movimentadas. Eles acreditam que “por ser um lugar de passagem”, circulam pessoas vindas de Bodocongó,

³⁵Este aspecto desenvolverei no próximo capítulo.

Ramadinha e Pedregal. Tenta-se manter a cordialidade e utilizar da “psicologia” para evitar o conflito: oferece-se cigarros, cumprimenta-se e se tenta mostrar “respeito” para que não ocorra nenhum conflito.

A linguagem da madrugada dos vigilantes é repleta de simbolismos fantasmagóricos que fazem referência ao universo noturno. Os indivíduos com comportamento estranho é comumente chamado de “malassombrado” e os usuários de crack de “zumbi”. Os usuários de crack são personagens protagonistas nas madrugadas do conjunto. Observemos os trechos:

Eu já vi muita passagem, muito rolé. Os zumbis, pronto, na noite é das pessoas que caminhavam muito. E eles: “tem um cigarro ai?” “me dá uma carona ali”, “tem um dinheiro?” uma coisa ou outra, querendo puxar conversa. Desesperados. Aquele andar louco. Outros nem conseguiam falar com você de tão louco. Conhecidos seus vei! Pessoas que não adianta citar nome, pessoas de boa família, não só em relação a caráter, educação, com relação a finanças também. (29 anosex-vigilante)

[...]do nada sai um cara correndo! noiado, sem camisa, correndo no mei da rua, imagina ai! Outro tava tão doido, tão doido que ele saía de porta em porta se escondendo: “eles tão atrás de mim, tão atrás de mim, vão me pegar!” Um cara daqui que a gente conhece desde moleque, drogado. Outro saindo correndo atrás de droga, já drogado atrás de droga, ele morreu o ano passado, mataram ele lá dentro da Ramada! (28 anosex-vigilante)

Como se pode observar nos trechos, os vigias relatam que os usuários de crack, entre eles muitos conhecidos e amigos de bairro, são figuras comuns nas madrugadas do conjunto. Eles estão presentes em diversas situações, por vezes cometendo pequenos furtos, outras apenas reconhecidos pelo efeito da droga que os coloca em um comportamento paranoico e fora dos padrões.

Além disso, as madrugadas do conjuntos são cobertas por simbolismos mágicos. Os dois vigilantes com quem conversei dizem que o conjunto Severino Cabral possui uma “energia negativa”. Alguns deles também já viram aparições sobrenaturais. Nenhum dos dois presenciou alguma dessas aparições, no entanto, falam que outros vigilantes o fizeram:

Rapaz tinham pessoas que disseram que já viram vultos ou coisas do tipo. Algum tipo de matéria, eu não sei, algum ectoplasma, por que eu não sei o que foi direito. Eu particularmente nunca vi, eu já vi muita alma viva

querendo fazer presepe (risos). Mas, rapaz, uma vez um vigilante daqui, quando era o outro patrão [...] ele disse que tava passando num esquina e o finado Marcus Jaboti que lutava muito, daqueles caras da geração passada, galera que lutou muito, tinha morrido já. Ele falou que tava subindo quando olhou pra esquina viu ele na mesma posição que ele gostava de ficar. À noite, às vezes com um casaco gins grande. Acocorado na esquina. Ele disse que quando olhou tava o bicho olhando pra ele com uma cara feia. Ele virou o rosto subiu, subiu e nunca mais quis passar por ali.(29 anos-sex-vigilante)

No capítulo anterior apresentei a história de Marcus Jabuti e seu protagonismo na segunda geração de criminalidade do conjunto. Apresentei, também, como ocorrência de violência pode marcar simbolicamente o espaço, formando o “esquisito”. No trecho narra-se como um dos vigilantes viu a “alma” de Marcus Jabuti no lugar de sua morte. Não está entre meus objetivos discutir a legitimidade ou ilegitimidade deste tipo de aparição sobrenatural, no entanto, é revelador da posição que este personagem ocupa no imaginário do conjunto e como os “esquitos” possuem efeito material, experimentado eficazmente pela coletividade. Outras duas aparições foram relatadas, a alma de uma senhora dentro da Comunidade São Pedro e outra que morreu em um acidente de trânsito que aparece sentada em uma cadeira de balanço no terraço de sua casa.

Os dois interlocutores possuem um sentimento ambíguo em relação ao trabalho de vigilância. Os dois disseram que era bastante perigoso - inclusive um deles sofreu um roubo enquanto trabalhava sendo ferido com uma coronhada na cabeça – pagava mal, todavia, gostavam do trabalho. Gostavam da sensação de estar acordado enquanto todos dormiam, de conversar com amigos que algumas noites os acompanhavam no trabalho, das noites frias da cidade e principalmente, da “adrenalina”, ou seja, da sensação de risco e de poder de polícia que mesmo ilusório, proporcionava a eles prazer:

Mas muito bom, muito bom. Noites frias, noites campinenses agradabilíssimas, as noites campinenses são fantásticas. E o frio, você usa aquela roupa, equipamento, rádio, você se sente muito bem. Por isso que quando algum guerreiro quando põe uma farda do BOP se acha o Robocop, o cara deve se sentir véi. E saber que as pessoas tão dormindo, 98% da população normal tá descansando e você tá ali em pé, igual um urubu, passando pelas mais variadas situações véi, é interessante.(29 anos, Vigilante)

Neste capítulo realizei a descrição etnográfica de quatro espaços de sociabilidade. Observamos que em todos eles, espaços de encontro, seja com objetivo estritamente de lazer ou também a trabalho. Formam-se laços de amizades, os encontros se tornam rotineiros e se estabelecem laços sociais mais ou menos duradouros. Nestes *pedaços* do conjunto Severino Cabral, também se encontram e interagem pessoas dos bairros vizinhos. Revelam-se conflitos e congruências que constituem vínculos sociais. Observamos também que a violência é integrante desta relação, produzindo realidades peculiares e também identidades e estigmas.

No capítulo seguinte também buscarei inserir-me no cotidiano do conjunto, analisando como se produzem as relações étnico-raciais neste espaço, sem no entanto, desvincular-me de um âmbito mais geral da problemática. A partir da categoria do não-dito racista buscarei apresentar como se expressa a criminalização da população negra do conjunto e como as relações étnico-raciais se engendram dentro da relação conflituosa do conjunto Severino Cabral e seus vizinhos Ramadinha e Pedregal.

CAPÍTULO IV. VIOLÊNCIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Um dos fatores importantes para a compreensão da problemática estabelecida entre o conjunto Severino Cabral e os bairros vizinhos é de conotação étnico-racial. Durante a realização da pesquisa percebi diversos momentos em que se criminalizava a população negra e seus territórios. No entanto, nunca de maneira direta, sempre através de eufemismos ou outras figuras de linguagem que disfarçavam sua conotação étnico-racial. Em meu entendimento, esta *eufemização* da questão se deu por dois motivos principais: Primeiramente, o controle das impressões (GOFFMAN, 2011b) durante a interação em que as pessoas estavam se comunicando comigo – um jovem negro – e em segundo lugar, pela própria configuração das relações étnico-raciais no Brasil. Durante as conversas observei que os bairros vizinhos eram tidos como perigosos não só por serem pobres, mas também por serem negros. Observemos a composição racial deles a partir dos dados do censo IBGE 2010³⁶:

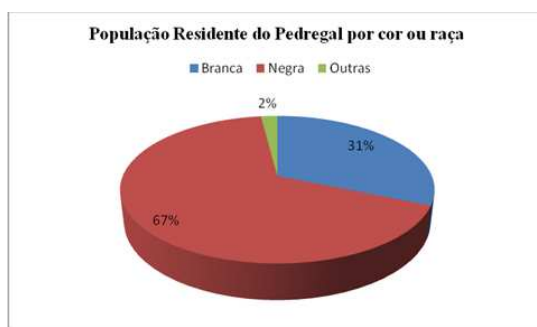


Gráfico II. População Residente do Pedregal por cor ou raça. IBGE – 2010.

Como podemos observar no gráfico, no Pedregal de 8.446 habitantes, 5.632 se autoidentificaram pretos ou pardos, correspondendo a aproximadamente 67% do total de habitantes. Proporção quase idêntica ao bairro da Ramadinha no qual, de um total de 2.170 habitantes, 1.450 habitantes se autodeclararam negros, correspondendo a aproximadamente 67% .³⁷Vejam os gráficos:

³⁶Seguimos a tendência contemporânea defendida por GUIMARÃES (2003) que reúne pretos e pardos na categoria negros.

³⁷Tendo em vista que o Severino Cabral não é um bairro e sim um conjunto integrante do bairro de Bodocongó, não existem dados disponíveis acerca de sua composição racial. Retirando os dados de Bodocongó de uma forma geral temos: de um total de 13.788 habitantes, 7.773 se autodeclararam negros, correspondendo a 55%. No entanto, devido a acentuada homogeneidade do bairro, compreendendo diversos conjuntos bastante díspares, não creio possível afirmar categoricamente que esta porcentagem seja correspondente ao Severino Cabral.

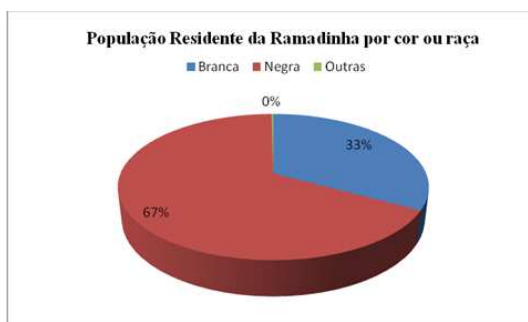


Gráfico III. População residente da Ramadinha por cor ou raça. IBGE – 2010.

Foi observado na pesquisa a criminalização do negro e seus territórios a partir de indiretas sutis, às vezes por gestos, mas que no fluxo da interação eram claros no que desejam comunicar. Esta criminalização, ou seja, associação da pessoa negra com o crime e a violência, possui tanto raízes históricas quanto da atual configuração da violência nos diversos âmbitos. Para compreender este processo, no qual a relação de vizinhança entre Severino Cabral, Pedregal e Ramadinha, é necessário observar a configuração racializada em que se formaram as cidades brasileiras e o contexto atual de violência no qual grande parte da violência homicida atinge jovens negros moradores de periferia.

Territórios negros

ROLNIK (2009) apresenta os territórios negros como espaços tradicionalmente ocupados por pessoas negras, não se reportando apenas a territórios marcados pela estigmatização e marginalização, mas também para a construção de singularidades e elaboração de um repertório cultural comum.

A ocupação das áreas de periferia das cidades brasileiras pode nos reportar à *diáspora negra*, na qual a população recém-liberta do sistema escravagista, não integrada à reestruturação do sistema produtivo, desloca-se para as cidades nas quais produzem e reinventam o espaço. Desde os tempos coloniais, o negro - livre e escravo - já estava presente na dinâmica social das cidades produzindo territórios e espaços de vivência coletiva. Parcela da história da escravidão se deu em territórios urbanos, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, etc. contaram com uma numerosa população negra. Por exemplo, em 1854, a população de São Paulo, em torno de 30 mil habitantes, era composta por oito mil

escravos, quase 1/3 da sua população livre. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1860, havia cem mil escravos para a população total de 250 mil habitantes (ROLNIK, 2009).

Circulando pelas cidades, realizando os ofícios mais diversos, estas pessoas negras produziram espaços de sociabilidade e vivência, que mesmo sob o regime opressor da escravidão, ajudaram a manter traços de suas culturas. A maioria dessa população habitava em grandes cortiços nos centros da cidade. Com a aparência miserável, estas habitações eram marginalizadas e vistas pelo resto da população como sinônimo de sujeira e degradação moral. A imagem de marginalidade é também identificada como própria da habitação coletiva: “a intensidade de uma vida em grupo não familiar e a densidade dos contatos no dia a dia do cortiço contrastam com a organização da casa burguesa (familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados)”. (ROLNIK, 2009, p. 81).

Os quilombos, apesar de serem conhecidos pela historiografia principalmente como instituições rurais, marcaram presença nos arredores dos centros urbanos. Muitos negros que fugiam da escravidão encontravam aí abrigo e proteção. Os quilombos urbanos na maioria das vezes funcionavam como uma rede de ajuda mútua, fornecendo alimentos e outros produtos a outras instituições negras enquanto estas forneciam armas, auxiliavam a ocultação do quilombo etc.

A cidade era vista como a possibilidade de liberdade. Diversos negros eram escravos de ganho (alugados pelos senhores para prestar serviços), podendo acumular algum pecúlio e comprar sua liberdade; outros conseguiam sua alforria por meios institucionais que começaram a se multiplicar no período próximo a abolição. Mas o meio mais praticado de alcançar a liberdade sempre foi a fuga ajudada pelo anonimato das cidades e pelas redes de proteção.

Os terreiros, também, funcionavam como pontos de agregação e encontro. Aí se juntavam para rezar, dançar seus batuques, cantar orações aos orixás ou simplesmente para festejar. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. “O terreiro passou a ser um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos - são terreiros de samba, de candomblé, de jongo que atravessa a história dos espaços afro-brasileiros na cidade”. (ROLNIK, 2009, p.77). Como espaço vivido, montam-se noções de lugar, afetividade e sentimentos de pertencimento. Assim, o lugar não é apenas onde se vive

ou se caminha, mas onde são formadas subjetividades e redes de resistência contra o discurso hegemônico.

Na virada do século XX, com a abolição da escravidão e o implemento de um projeto de nação que passava pelo branqueamento da população brasileira e pelo ideal positivista da “ordem e progresso”, essas moradias e instituições foram os principais alvos das políticas de reestruturação urbana, significando uma profunda redefinição territorial. Buscando adaptar a cidade escravista brasileira aos padrões da cidade capitalista, foram alargadas ruas, demolidos cortiços e mercados, destruídos quilombos e terreiros, construídos praças e monumentos grandiosos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, no governo de Raymundo Duprat (1910-1914), a operação de limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos. No Rio de Janeiro, a política de reestruturação urbana foi ainda mais violenta e ficou conhecida como “bota-abaixo”. De 1904, quando as obras do engenheiro Pereira Passos começaram até a inauguração da Avenida Central por Rodrigues Alves, uma transformação profunda do espaço central e da área portuária aconteceu

No Caso do Rio de Janeiro, a expulsão violenta do centro resultou na ocupação dos morros, produzindo as favelas e o alargamento dos subúrbios. Processos semelhantes, ainda segundo (ROLNIK, 2009), ocorreram em grande parte das “cidades negras” brasileiras. Acompanhando processos territoriais de expulsão e gentrificação³⁸, as populações negras estabeleceram-se em determinados espaços subalternos e estigmatizados, mas onde, no entanto, estabeleceram territórios marcados por instituições afro-brasileiras, fontes de singularidades e repertório cultural comum.

Condições de habitação por raça

A herança do processo de dominação espacial branca e construção de “territórios negros” podem ser apresentadas pelos atuais estudos sobre condições de habitação por raça. Os dados do censo IBGE-2010 apontam para a preponderância da população negra nas áreas de periferia. Em 1991, a porcentagem de negros vivendo em aglomerados subnormais era

³⁸A palavra gentrificação (do inglês *gentrification*) muito utilizada nos meios acadêmicos da arquitetura e urbanismo denota um tipo de “enobrecimento imobiliário”, em que muda-se os perfis residenciais seja de um bairro, região ou cidade. Esse processo envolve necessariamente a troca de um grupo por outro com maior poder aquisitivo em um determinado espaço e que passa a ser visto como mais qualificado.

mais de duas vezes superior à porcentagem de brancos vivendo na mesma situação. Embora representassem menos da metade da população total, os negros constituíam 2/3 da população “favelada” do Brasil. O mesmo estudo realizado em 2000 mostrou que ainda que tenha diminuído a disparidade racial de brancos e negros residindo em estabelecimentos subnormais, a proporção de negros vivendo nessas condições ainda é quase o dobro.

RIOS NETO e RIANI (2009), demonstraram que as condições de habitação entre negros e brancos é bastante desigual. Eles levaram em consideração as seguintes variáveis: domicílios construídos de material não durável, excesso de densidade do domicílio, abastecimento de água adequada, adequação das formas de saneamento básico e ao esgotamento sanitário, indicadores de coleta do lixo, domicílio sem acesso à energia elétrica. Segundo eles, essas variáveis foram escolhidas por representarem as condições mínimas de habitação, qualidade de vida e exercício de cidadania em espaço urbano. A partir dos dados eles chegaram a conclusão que nas últimas décadas, o acesso a esses benefícios aumentou tanto para a população negra quanto para a branca, todavia o acesso da população negra cresce em menor grau. Em todos os casos, a população negra possui situação desvantajosa em relação aos brancos.

Pobreza e exclusão se misturam em uma relação complexa com a raça. Periferias de todo o país são compostas primordialmente por pessoas negras que vivenciam uma múltipla exclusão do mercado de trabalho, serviços públicos, espaços de lazer e participação política. As pessoas negras são abatidas por um conjunto de desvantagens socioeconômicas cumulativas que se consubstanciam em condições de habitabilidade em média inferior àquela das pessoas brancas. A questão étnico-racial, pois, constitui uma variável importante para o entendimento da sistemática da produção e reprodução da pobreza e da exclusão social, em geral, e das desigualdades urbanas, em particular.

Como “lugar de preto”, as favelas e periferias são espaços estigmatizados e marginalizados no discurso cotidiano da polícia, da mídia e produção acadêmica. A maioria dos estudos (VARGAS, 2005) apontam que a concepção dos espaços de favela é sempre ligada à marginalidade. As representações dos grupos hegemônicos não acionam imagens de favelas no plural, mas sim a imagem de uma única entidade totalizante. Vista como problema, como lugar do tráfico de drogas e violência.

Esta percepção tem como consequência principal a criminalização dos territórios majoritariamente ocupados pelas pessoas negras. O lugar da moradia serve metonimicamente

como a cor da pele, criando zonas territoriais vistas como negras e como tal, dentro do universo estigmatizante das relações étnico-raciais brasileiras, violentos.

A exclusão geográfica, tão bem expressa na manutenção, demonização e contínua desumanização das favelas, funciona como uma metáfora e como a corporificação concreta irrefutável de um sem-número de outros tipos de marginalização às quais as/os negras/os estão submetidas/os no Brasil – nas áreas de moradia, emprego, saúde, educação e representação política. (VARGAS, 2005, p. 80)

Este estigma apresenta-se como fator legitimador da atuação truculenta da polícia. Os negros moradores dos “territórios de pobreza” são alvos preferenciais do arbítrio das instituições de coerção. Nesses espaços, os direitos humanos fundamentais são flexibilizados, dando lugar a uma forma peculiar de presença do Estado, caracterizado pela contínua vigilância e pelo uso da violência como “*a primeira ratio*” que WACQUANT (2001) chama de *Estado Penal*. No Brasil, as práticas repressivas dos aparelhos de estado foram caracterizadas por alto nível de ilegalidade, independentemente da existência ou não de garantias constitucionais. São inúmeros os casos de tortura, de abuso de poder e “políticas de assepsia urbana” em que são assassinadas milhares de pessoas taxadas como ligadas ao tráfico. Além disso, as pessoas negras sofrem um tratamento das instituições penais mais rigoroso do que aquele a qual é submetido a população branca:

Há maior incidência de prisões em flagrante para réus negros (58%); a população negra é mais vigiada e abordada pelo sistema policial de que a população branca; há maior proporção de réus negros respondendo processo em liberdade (27%) do que réus negros (15,5%); há maior proporção de negros condenados (68%) do que réus brancos (59,4%); quanto a absolvição, há 37,5% de réus branco contra 31,2% de réus negros; de todos os réus que se dispuseram a apresentar provas testemunhais, 48% foram absolvidos, enquanto, entre os negros, apenas 28,2% . Dois terços da população carcerária são formados por pretos ou pardos. (ADORNO *apud* SALES JÚNIOR, 2009, p. 147)

É importante ressaltar que desde que se formaram estes “territórios negros”, a população negra tem convivido com brancos pobres, não constando bairros que sejam exclusivamente habitados por negros. O que estamos chamando de “territórios negros” são duas coisas primordialmente: primeiro, um conjunto de instituições e vivências da cultura

negra em um território particular e, segundo, um estigma imputado a este território. Em realidade não é o fator mais importante, a meu ver, se estes espaços são ou não habitados primordialmente por pessoas negras, mas sim a imagem metonímica que relaciona simbolicamente os espaços de periferia à negritude.

“Territórios negros” em Campina Grande

Até meados do século XIX, Campina Grande, como boa parcela do Brasil, teve seu fundamento na instituição escravista, particularmente aquela de matriz africana. Os escravos negros eram utilizados em praticamente todas as atividades da cidade, seja na agricultura do algodão, no trabalho doméstico ou na tradicional pecuária.

Segundo LIMA (2009), boa parte dos escravos de Campina Grande era de origem banta, povo proveniente da área onde hoje se situa a Angola, na África centro-ocidental. Estes escravos eram desembarcados no porto do Recife e daí redistribuído para diferentes localidades tanto de Pernambuco como da Paraíba. Segundo o autor, não se tem notícia da quantidade exata de escravos que viveram na cidade, no entanto, os inventários *post-mortem* atualmente depositados no Arquivo Geral do Fórum Afonso Campos, abrangendo o marco temporal entre os anos de 1785 e 1888, mostram que em parte considerável dos inventários existiam escravos entre os bens deixados de herança, significando que era quantitativamente abundante a presença negra na cidade.

Atualmente é considerável a população negra de Campina Grande, segundo o censo IBGE – 2010, de um total de 385.213 habitantes, 211.165 se autotranscreveram como negras, correspondendo a aproximadamente 55% da população total.

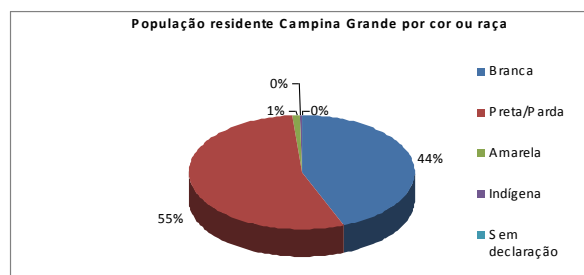


Gráfico IV. População residente de Campina Grande por cor ou raça. IBGE-2010

Grande parte da população negra do município reside nas periferias. Conforme o estudo realizado pelo IBGE sobre as condições habitacionais, existem 19 aglomerados subnormais na cidade, onde residem 29.039 pessoas, localizados nos seguintes bairros e localidades: Araxá, Catingueira, Pedregal, Centenário, CSU, Estação Velha, Malvinas, Jardim Continental, Linha Férrea, Nova Brasília, Priquito, Ramadinha II, Riacho Bodocongó, Serrotão, Tambor, Três Irmãos, Vila dos Teimosos, Broto Motel. Dentre elas 18.765 pessoas se autodeclararam negras, correspondendo aproximadamente a 64% da população residente, maior do que a proporção de negros no município como um todo. Observemos o gráfico:

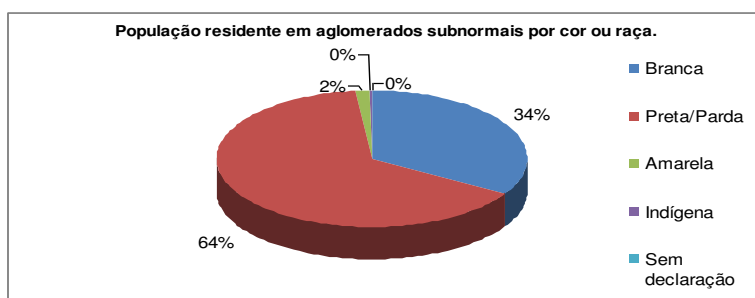


Gráfico V. População residente em aglomerados subnormais em Campina Grande –IBGE 2010.

Grande parte da população negra está localizada nas periferias da cidade em áreas precárias, sem infraestrutura urbana básica e abandonada pelo poder público. Os aglomerados subnormais ou “favelas” têm como características principais a posse ilegal da terra, possuem urbanização fora dos padrões considerados aceitáveis (expressado por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos e precariedade na oferta dos serviços públicos essenciais: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica). Estes critérios do IBGE refletem condições sociais não apenas de habitação, mas expressão de toda sorte de exclusões sociais nos âmbitos de renda, nível de escolaridade, acesso a segurança e saúde pública, etc.

Os dados apontam para concentração de pessoas negras nos espaços mais pobres da cidade. Se observarmos a população do bairro do Serrotão, por exemplo, teremos de 6911 habitantes, 4828 se autodeclararam pretos ou pardos, correspondendo a aproximadamente 70% do total. Em contraposição, realizando os mesmos cálculos para um bairro tradicionalmente de classe média alta de Campina Grande, Mirante, teremos: de um

total de 1.792 pessoas, 1.344 se autodeclararam brancos, e apenas 430 se identificaram como pessoas negras, ou seja, 76% da população deste bairro é formada por pessoas brancas.

Vitimização negra em Campina Grande

Em todo o Brasil, a população negra é a mais atingida pela violência homicida. Segundo dados do Mapa da violência, o nível de vitimização³⁹ negra foi de 132,3% em 2010, ou seja, no Brasil para cada branco vítima de homicídio proporcionalmente morreram 2,3 negros pelo mesmo motivo. O estado da Paraíba historicamente lidera a lista de vitimização da população negra, morrendo 19 pessoas negras para cada pessoa branca. Campina Grande também possui dados exorbitantes de vitimização desigual por raça e por território. A violência homicida na cidade atinge preferencialmente, ou quase que exclusivamente, determinados grupos sociais: homens, jovens, negros, solteiros, de baixa escolaridade, moradores de periferia.

Segundo SILVA (2011) no ano de 2009, 74% das pessoas vítimas de homicídios no município de Campina Grande eram negras, 2% brancas e o restante não foi encontrada informação sobre a cor. Em 2010, do total de 187 pessoas assassinadas, 115 foram classificadas como negras, enquanto que apenas duas como brancas, aumentando apenas o número de não classificação por cor. Ainda segundo o autor, a grande maioria das vítimas (mais de 80%) foi morta nas proximidades de onde residiam, bairros periféricos de baixa renda da cidade. “Foi ínfimo número de homicídios no centro ou em bairros de classe média.” (SILVA, 2011, p. 12).

Como demonstrado pelos dados acima, Campina Grande segue praticamente, em menor ou maior grau, os padrões da violência homicida de todo o país. Seguindo um padrão espacial e racial, os mais atingidos pela violência homicida são os jovens negros moradores de periferia. Essas mortes, em vez de provocar revolta e indignação, entram em uma lógica discursiva em que se culpabiliza a vítima, reforçando o estigma histórico que relaciona o negro e seus territórios à criminalidade. A imprensa ao divulgar estas mortes, o faz quase

³⁹As Taxas de Vitimização Negra resultam da relação entre as taxas de homicídio de brancos e as taxas de negros. O índice demonstra em que proporção existe mais vítimas de homicídio negras do que brancas. Se a taxa é zero, morre a mesma proporção de negros e brancos. Se o índice é negativo, morrem proporcionalmente mais brancos que negros. Se for positivo, morrem mais negros que brancos.

sempre⁴⁰ relacionando a vítima com um suposto passado criminoso, apontando o homicídio como uma consequência natural do relacionamento da vítima com o universo da criminalidade.

Raça, etnia e racismo

“Raça” é um conceito recente na história da humanidade. Segundo GUIMARÃES (2009), por muito tempo o conceito de raça designou um grupo de pessoas conectadas por uma origem comum. Esse era o sentido predominante do termo nas línguas europeias até meados do século XVI. Foi apenas no século XIX que a palavra “raça passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintas tanto *fisicamente* quanto em termos de capacidade mental” (BANTON *apud* GUIMARÃES, 2009, p. 23). Fortemente influenciada pela revolução darwiniana, a ideia de raça tomou contornos biologizantes que naturalizavam as diferenças entre os grupos humanos.

Após a segunda guerra mundial e a brutalidade nazista o conceito foi duramente criticado, passando a ser recusada sua validade científica. Ocorreram três reuniões da UNESCO (1947, 1951 e 1964) nas quais biólogos, geneticistas e cientistas sociais avaliaram o estado do desenvolvimento do campo de estudo da raça chegando a conclusão que não existe nenhum padrão genético significativo que justifique a divisão dos grupos humanos em raças, ou seja, as “diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais”. (GUIMARÃES, 2009, p. 24)

O impacto da recusa do conceito de raça sobre os cientistas sociais foi intenso, mas variado, tendo sido a principal consequência a observação da historicidade do conceito. Outros sociólogos, todavia, renegaram a utilização do conceito raça em ciências sociais considerando-o ideologicamente enviesado. Para eles, a utilização deste conceito implicaria o reforço de uma ideologia que tende a naturalizar desigualdades e hierarquias sociais.

O campo de estudo das relações raciais, em ciências sociais, passou uma reviravolta tão brusca que se tencionou a própria validade do campo de estudo. Buscou-se um modelo de

⁴⁰ Ver GAMBOA, L. H. Violência e Racismo: análise sobre a criminalização do negro nas narrativas da imprensa de Campina Grande – PB.

análise que compreendesse todos os tipos de hierarquização social, englobando, por exemplo, gênero, raça, classe. Como na formula proposta por Rex que tenta englobar em um só sistema teórico todas as formas de hierarquia social: I. Uma desigualdade estrutural entre grupos humanos convivendo no mesmo Estado. II. Uma ideologia ou teoria que legitime essas desigualdades. III. Estas formas de desigualdades são justificadas por uma pretensa ordem natural da sociedade. (REX *apud* GUIMARÃES, 2009, p.28)

Como se pode observar, este sistema pretende englobar todas as formas de hierarquização social indo na direção de uma generalização em que as especificidades analíticas de cada campo se perdem. Ainda seguindo Guimarães, para analisar cada um desses fenômenos é necessário, no entanto, observar o único traço que os diferencia: ideologia que legitima determinado tipo de desigualdade, observando sua formação histórica. Daí a necessidade de se analisar a ideologia na qual o conceito de raça tem vigência. O termo *racionalismo* refere-se à doutrina segundo a qual:

Há características hereditárias, partilhadas por membros de nossa espécie, que nos permite dividi-la num pequeno número de raças, de tal modo que todos os membros de uma raça compartilhem entre si certos traços e tendências que não são partilhados com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, na perspectiva racista, uma espécie de essência racial; [essa essência] ultrapassa as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições faciais – com base nas quais fazemos nossas classificações formais. (APPIAH *apud* GUIMARÃES, 2009, p. 30).

Neste contexto, a utilização do conceito de raça em um contexto sociológico não faz referência a nenhuma realidade ontológica que se fundamenta em diferenças biológicas reais, mas se constitui enquanto conceito que auxilia o pesquisador a compreender determinadas ações orientadas a partir da ideologia do racismo. Mas esta ideologia racista é diferente em cada sociedade, sendo necessário observar o contexto histórico, demográfico e social em que ela se formou. Por exemplo, nos Estados Unidos a existência de raças aparece como evidente. Da mesma maneira que as pessoas têm uma idade, nacionalidade, sexo, possuem uma raça. No Brasil, por outro lado, a questão racial passou por um processo de invisibilização denominado de “o mito da democracia racial brasileira”.

Dentro deste debate me posiciono não só pela utilização do conceito raça, observando que apenas pela sua utilização crítica e a organização destes grupos no enfrentamento político

é possível a superação da questão, como também coloca-lo em um contexto étnico em que a ideologia racial se relacionam a traços culturais, tais como língua, religião, música, etc.

Relações étnico-raciais no Brasil

Para iniciar qualquer discussão sobre a questão racial no Brasil é necessário notar que o tema é um tabu no país. O brasileiro se orgulha e é reconhecido no exterior como um povo hospitaleiro. Para muitos de nós, o racismo não faz sentido aqui, porque seríamos uma democracia racial. Esta pretensão “antirracista” possuem raízes profundas em nossa história e na formação de nossa identidade nacional. A instauração do Estado Novo, em 1930, transformou o país profundamente, seja no âmbito político, econômico, seja na esfera da cultura. Esse momento é um marco para a reestruturação das relações raciais e o ponto fundador do que ficou conhecido como “mito da democracia racial”. Com a instauração do regime liderado por Vargas tem gênese um ideal de nação contraposto às antigas oligarquias rurais sustentadas no regime escravista. Getúlio Vargas representava a transposição do poder das elites agrárias para uma nova burguesia urbana e industrial. Buscava-se a modernização do Brasil, integração do território, implantação da indústria e um sistema capitalista desenvolvido e eficaz. Neste período, vigorou o chamado “pacto nacional-desenvolvimentista” no qual os negros brasileiros foram integrados à nação brasileira, em termos simbólicos, através da adoção de uma cultura nacional mestiça ou sincrética e em termos materiais, pelo menos parcialmente, através da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos, revertendo o quadro de exclusão patrocinado pela Primeira República (GUIMARÃES, 2001).

Objetivavam construir uma identidade nacional capaz de juntar a multiplicidade cultural de um país vasto em um só sentimento de nação. Assim, a miscigenação, antes vista como degeneração e impedimento ao desenvolvimento, começam a ser ressignificada e valorizada. Não éramos mais uma nação doente porque mestiça, ao contrário, a mistura tinha originado um povo bonito, alegre e forte, tirando o que era de melhor das três raças.

No meio intelectual disseminava-se a ideia que em terras brasileiras não existiam conflitos raciais, como nos Estados Unidos ou África do Sul. O Brasil possuía democracia racial plena em que as raças conviviam em harmonia. É atribuída a Gilberto Freyre a

cunhagem do conceito de democracia racial, todavia, hoje se reconhece que a democracia racial era um pensamento corrente em toda a intelectualidade daquele período, como em Jorge Amado, Roger Bastide, por exemplo. O próprio movimento negro neste momento concentrou-se na luta contra o preconceito racial, através de uma política eminentemente universalista de integração social do negro à sociedade moderna, que tinha a “democracia racial” brasileira como ideal a ser atingido (GUIMARÃES, 2001).

Todavia a integração do negro na sociedade de classes (FERNANDES, 2005) ocorreu de forma subordinada. Não se romperam as desigualdades materiais entre as raças, muito menos se flexibilizou sua posição estigmatizada e inferiorizada. Se observarmos os dados oficiais, as pessoas negras estão inferiormente posicionadas em relação às pessoas brancas seja em acesso a educação superior, emprego, habitação, justiça etc. E, além disso, são submetidas à discriminação institucional do Estado que, por exemplo, submete-as a um tratamento penal mais rigoroso em relação às pessoas brancas. Neste contexto, instaurou-se, porém, o racismo cordial como prática de manutenção das desigualdades étnico-raciais. Assim sendo, o discurso racial, seja ele racista ou não, passa da ordem pública do discurso científico, acadêmico e das instituições públicas para o do discurso de caráter privado que se expressa pelo não-dito racista (SALES JÚNIOR, 2009). O racismo brasileiro se constituiu em sua própria negação, na afirmação que não existe raça e desigualdade. Ele é universalista no discurso, mas discriminatório na prática cotidiana. Defende a igualdade de direitos formal, mas encobre a desigualdade real vivida todos os dias pela população negra do país.

Uma das principais consequências do “mito da democracia racial” é, ainda segundo SALES JÚNIOR (2009), a passagem do discurso racial sério, direto, pseudocientífico para o discurso espirituoso, multifacetado, indireto. Com o mito da democracia racial, o racismo passa a ter uma linguagem complexa que foge ao vocabulário racista (degeneração, mestiçagem, branco, negro). Portanto, se quisermos perceber os mecanismos de criminalização do negro e de seus territórios, é necessário justamente refletir sobre os silêncios, os detalhes, as denegações.

O não-dito racista

Como aponta SALES JÚNIOR (2009), não se pode ter certeza se um enunciado é racista ou não isoladamente de seu contexto. O racismo, em geral, remete a um determinado conjunto de palavras (negro, raça, branqueamento), “mas o que há de mais ideológico nele são

os interesses (não necessariamente individuais) de poder (pessoal ou institucional) a que ele serve e os efeitos que ele gera”. (SALES JÚNIOR, 2009, p.125). É partindo da análise desses interesses que se pode saber se um enunciado é racista ou não. Assim sendo, a ausência do léxico racial, não corresponde necessariamente à ausência da ideologia racista. Um enunciado pode ser racista mesmo sem nenhuma referência à cor da pele ou à característica étnica de determinado grupo. Chamar de “Nêgo” pode ser um insulto racial ou um tratamento carinhoso ou valorativo. Isso ocorre pela multiplicidade de significados que as palavras e linguagem corporal podem tomar na interação. A diferenciação entre “significação” e “sentido”, realizado por Ducrot, pode ajudar a compreender como a microtécnica do não-dito é possível. A significação é o significado literal promovida pelo enunciado. O “sentido” é produzido, por sua vez, pelo contexto em que o enunciado foi proferido, fazendo com que a mesma “significação” tenha sentidos diferentes. Uma experiência pessoal pode ser exemplificativa: Estava eu, um dos três jovens negros de minha turma, na universidade pública na qual cursava a graduação em direito, quando soube por alguns colegas que estavam sendo distribuídas revistas acadêmicas na coordenação do curso. Reportei-me ao lugar indicado e ao chegar lá fui recebido pelo coordenador. Expliquei a motivação de estar ali - receber a revista – enquanto ele me olhava dos pés a cabeça com ar de desdém e perguntou: “Você é acadêmico de direito?” Eu, surpreso com a forma em que foi realizada a pergunta, respondi apenas: “Sou!” O professor pegou a revista que estava em uma gaveta de sua mesa e quando me aproximei para recolhê-la de sua mão, ele olhou-me, desta vez com um olhar severo e transparecendo agressividade, e jogou a revista sobre a mesa. Eu fiquei totalmente estupefato não esboçando reação alguma, apenas peguei a revista e me retirei. Ao chegar na sala, perguntei sutilmente a um dos colegas se coordenador teria perguntado se eles estudavam ali antes de entregar a revista, e ele me respondeu que não.

Nesta situação, em meu entendimento de flagrante discriminação étnico-racial, o coordenador do curso não proferiu uma palavra que pudesse ser ligada a raça ou etnia, mas os efeitos práticos de suas palavras e de sua linguagem corporal foram eficazes no fluxo da interação, concretizando diretamente a mensagem que desejava comunicar. A pergunta “Você é acadêmico de direito?” (que não foi feita sistematicamente para todos os alunos) olhando-me desdenhosamente me comunicou: “O que você está fazendo aqui? Aqui não é o seu lugar!” Sendo esta mensagem reforçada no gesto de não entregar a revista em minha mão, comunicando que, para ele, eu não era digno dela.

Portanto, como aponta SALES JÚNIOR (2009) o não-dito racista é uma microtécnica de poder na qual a ideologia racista é transmitida sem a menção direta ao léxico racial científico, sério, direto. Resulta daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos tais como silêncios, implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial, microtécnicas de poder, funcionando num registro informal e passional (SALES JÚNIOR, 2009, p. 126). No não-dito racista, a pessoa que fala não se responsabiliza pela mensagem. Alcança o objetivo desejado, transferindo, todavia, o peso da interpretação ao receptor:

[...] é saber como se pode dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio. (...) A significação implícita, por sua vez, pode, de certo modo, ser posta sob responsabilidade do ouvinte: este é tido como aquele que a constitui por uma espécie de raciocínio, a partir da interpretação literal da qual, em seguida, ele tira, por sua conta e risco, as consequências possíveis. (DUCROT *apud* SALES JÚNIOR, p. 126, 2009).

No tipo de racismo constituído no Brasil, o não-dito racista mesmo sendo um ato de extrema violência que fere simbolicamente a pessoa alvo, impossibilita uma reação da vítima. A elocução toma um formato chistoso, espirituoso ou simplesmente um mal entendido. Coloca-se na vítima, caso ela se ofenda ou que reaja à agressão, a marca do exagero, de pessoa que “não sabe brincar” ou se “ofende fácil”.

SALES JÚNIOR (2009) classifica diversas formas nas quais é utilizado o não-dito racista: *insulto racial, discurso espirituoso; figuras de linguagem e denegações; silêncios*. O insulto racial geralmente é utilizado em situações de conflito para reestabelecer uma posição hierárquica pretendida pelo agressor. Chamar de “preto”, “macaco”, “pneu”, “macumbeiro” pretende legitimar uma hierarquia pretensamente transgredida. O insulto, assim, vem lembrar o lugar (identidade) do insultado e a distância que o separa do agressor, que ataca a integridade social do transgressor. (SALES JÚNIOR, 2009, p.129).

No discurso espirituoso que se expressa por piadas, provérbios, trocadilhos, etc. utiliza-se da própria variante psicolinguística de fazer rir para ridicularizar o alvo da agressão. Sobre o pretexto de proporcionar prazer, o discurso espirituoso confunde nossa capacidade crítica. O emissor se desresponsabiliza da mensagem posta no enunciado saindo do âmbito da seriedade. Piadas, gravuras podem humilhar e ferir a dignidade da pessoa agredida, sem demarcar a intencionalidade do ato. As figuras de linguagem e denegações também são

bastante utilizadas no não-dito racista, elas são recursos estilísticos que permitem expressar-se de maneira literal e também de forma codificada, deslocando determinadas palavras do seu sentido usual. É muito comum o uso de metáforas, eufemismos, ironias, etc. como, por exemplo, ao falar-se em “boa aparência”, colocar apelidos: “Djvan”, “ Bob Marley”. O não-dito racista, também, como no caso em que narrei de uma experiência pessoal, pode não utilizar qualquer enunciação, implícita ou implícita, a um caráter étnico-racial. O discurso silencioso se constitui a forma mais forte e acabada de não-dito, sendo que sua comunicação se produz por um jogo de comunicação não-verbal que o agressor mobiliza em que o “corpo que a fala”.

Relações raciais no Conjunto Severino Cabral

Durante a pesquisa, a questão étnico-racial apareceu de duas maneiras: A primeira colocada por pessoas negras que foram vítimas de alguma forma de racismo; e a segunda, de forma sutil nas falas de moradores em geral. É importante destacar que deixei a temática se apresentar espontaneamente, não colocando nenhuma pergunta sobre o tema no roteiro de entrevista semiestruturada. Esta estratégia se justifica porque entendo que uma abordagem direta levaria à pronta denegação da questão. As pessoas não se sentiriam a vontade, dentro da etiqueta racial brasileira, de realizar observações racistas em uma interação amistosa com um pesquisador negro. Busquei observar, indagando sobre outras questões, os detalhes, a linguagem corporal, gestual, mudanças no tom de voz, enfim, as sutilezas do não-dito racista.

Quando o não-dito é expresso

As referências à questão étnico-racial foram feitas de forma sutil. Posso indicar três interações em que ela foi expressa. A primeira ocorreu quando uma jovem de 19 anos, universitária, estava me narrando as duas vezes em que sofreu um roubo, uma em frente à sua residência e a outra no canal de Bodocongó. No primeiro assalto, ela contou que estava com sua mãe caminhando. Ela ficou bastante surpresa pelo assalto, tendo em vista que o ladrão estava bem arrumado e, segundo ela, era bem apresentável. Sobre o segundo assalto, a interlocutora narrou os detalhes da atuação do assaltante e como ela passou em poucos minutos do sentimento de medo à indignação. Após isso, perguntei se ela poderia me descrever o ladrão. Ela me respondeu: “O Estereotipo de Ladrão!” E eu insisti: “Sim, mas

como ele era?” Ela continuou: “Usava brinco, chinela havaiana, pulseira na perna! E tu sabe, o estereotipo do ladrão!” e eu continuei insistindo: e mais o quê? E ela ficando envergonhada: continuou, tu sabe, tu sabe...!” A reação dela, sua linguagem corporal, a forma como ela me olhou, entendi que o segundo assaltante era negro. Faço algumas observações desta interação: Primeiro, o estereotipo do ladrão, para ela, era de uma pessoa negra. A segunda, é que percebi que dificilmente alguém falaria uma assertiva racista diretamente sendo eu o receptor.

A segunda vez em que a questão étnico-racial foi expressa ocorreu em outra entrevista por um interlocutor, de 30 anos, que trabalhou como vigilante fazendo a segurança privada do conjunto.

[...]e no entanto uma vez tô com Tony, como falei naquele dia, parado lá em baixo em frente ao curral, quando vem aquele cara devagarinho, com a mão no bolso, baixinho, com casaco comprido, um bonezinho, meio com aquela característica visual de alguns. (30 anos, Vigilante)

A continuação da narração é como ele e um companheiro de trabalho interviram na invasão de uma residência. O importante a ser destacado é que ao descrever o estereotipo do assaltante ao falar as palavras “meio com aquela característica visual de alguns” o interlocutor fez um gesto levando as mãos ao rosto indicando o diâmetro de um nariz achatado e largo. Com este pequeno gesto entendi, no fluxo daquela interação que se tratava de um estereótipo racial. Mais uma vez a imagem do negro era percebida como suspeita. A cor da pele é, dentro desta lógica, uma das características (usar, brinco, andar balançando, ter tatuagem) que compõe um conjunto de “indícios” que determina quem deve ou não ser considerado suspeito. A terceira situação, para mim a mais chocante, não ocorreu em uma situação de entrevista. Era aproximadamente nove da noite de um domingo quando soube que acabara de ser assassinado um jovem nas imediações da escola estadual. Reportei-me até o local e quando cheguei encontrei a polícia, o IML e, como de costume, diversas pessoas que foram ver o corpo. Os peritos e a polícia civil colocaram uma “fita amarela” separando os curiosos aproximadamente três metros do corpo. O nome da vítima era “Felipe Neguinho”, morador do “Suvaco da cobra”, comunidade pobre que se localiza nas intermediações do canal de Bodocongó. Neguinho, segundo os comentários, era envolvido com tráfico de drogas. Das três cenas de homicídio que me obriguei a estar presente durante a pesquisa - por entender que esse é um momento particular em que é expresso fortemente o que as pessoas pensam sobre violência - esta foi a que mais me chocou. A proximidade do corpo, a brutalidade do assassinato (um tiro na testa que deixou espalhado o cérebro da vítima pelo chão); a idade da

vítima (aproximadamente 16 ou 17 anos) e a crueldade dos comentários dos curiosos deixaram-me abatido e triste por algumas semanas. Comentários como: “A pessoa colhe o que planta!”, “Menos um!”, “Já foi tarde” e “Esse nego tinha que morrer mesmo!”, revelaram-me um cenário de ódio.

Quando o racismo é sentido

Nas conversas que tive com jovens negros moradores do conjunto foram narradas diversas experiências em que eles se sentiram discriminados. Um dos jovens negros me confidenciou que em uma reunião do grupo de jovens ligado à Renovação Carismática Católica, na qual estava coordenando, sentiu alguns risos estranhos de uma parte de seus companheiros de religião. Ele, que estava realizando a pregação no momento, perguntou a motivação da brincadeira e prontamente recebeu a resposta com ar de deboche: “*É porque estava dizendo aqui que você compra na minha padaria e toda vez que você entrava lá, tinha medo pensando que você era um ladrão!*”! Meu interlocutor, segundo ele bastante envergonhado, perguntou: “*Porque você achava que eu era um ladrão?*”, e o seu companheiro de religião respondeu em tom de brincadeira: “*Porque você usa brinco!*” Meu interlocutor disse que sorriu sem graça e mudou de assunto. Podemos tecer algumas observações deste caso: Em primeiro lugar, a posição de liderança ocupada por um jovem negro dentro de uma instituição. Não por acaso, as risadas e o comentário foram realizados no instante da pregação, momento em que a liderança religiosa se coloca em posição de professor ensinando a doutrina religiosa. O não-dito racista aparece neste momento como forma de desacreditar a fala da liderança negra ridicularizando-a, não pelo que estava falando naquele instante, mas por uma impressão deslocada do contexto que o ligava a status inferior, pretendendo, portanto, restabelecer a hierarquia baseada na raça. Outro aspecto importante, é que em nenhum momento o léxico racial foi mobilizado. Quando foi indagado do porquê pensou que meu interlocutor era ladrão o agressor respondeu reportando-se para a utilização do brinco, e não para cor da pele. Todavia, segundo meu interlocutor ele não era o único a usar brinco no grupo de jovens e essa é uma prática comum dentro da Renovação Carismática Católica. Outro aspecto importante a ser destacado é o caráter espirituoso, o tom de brincadeira em que foi realizada a agressão. Aparentemente, todos acharam engraçado e

embaraçoso que o coordenador do grupo fosse confundido com um ladrão. Isso condicionou e confundiu a reação da vítima, que mesmo se sentindo humilhado, não protestou, apenas sorriu “sem graça” e mudou de assunto. Como aponta, SALES JÚNIOR (2009), o caráter espirituoso do não-dito racista põe a responsabilidade da interpretação da agressão racial na própria vítima. Confunde a percepção do ofendido e dificulta uma resposta. E mesmo que ela existisse, o agressor poderia utilizar do recurso de que aquilo não passava de uma brincadeira que foi mal interpretada.

O estigma, marcado na pele, de ladrão é vivenciado muito fortemente pelos jovens negros, ao ponto de reduzir seu grau de mobilidade pelo espaço da cidade. Um dos meus interlocutores, quando eu perguntei como ele costumava passar o tempo livre, narrou:

Eu gosto de algo mais caseiro, na região onde as pessoas me conhecem, onde as pessoas me tratam bem e aonde eu trato as pessoas bem, também. Eu não gosto de tá num canto, tipo um bairro pra outro e pessoas tá me olhando com ...de uma forma que eu não sou, né? “Eita, porque ele é moreno né? Porque o cara é negro, usa brinco, já olha o cara, já olha você de uma forma...se você anda, não é aquele balançado, mas tu sabe que eu ando meio me balançando um pouco, aí o pessoal já olha assim, com aquele olhar assim: “iiiiii, esse aí já não é muito dez ano”, tá ligado como é que é? Só conhecendo pow, as vezes eu conheço pessoas que você olha assim e pensa : “Esse cara é um traficante, isso é um ladrão”, e quando o cara vai olhar, o cara não é nada disso. (26 anos, Auxiliar de cozinha)

Como se observa no fragmento, o desconforto de ser confundido com ladrão, com as pessoas demonstrando medo dele, demonstrando hostilidade e nenhuma inclinação a estabelecer uma interação amistosa, levou meu interlocutor a tomar uma postura de retraimento, saindo raramente do conjunto, limitando sua prática de lazer e sua circulação na cidade apenas aos espaços nos quais as pessoas o conhecem.

Outra forma de racismo experimentado no cotidiano pelos jovens negros do bairro é institucional, proporcionada pela polícia militar. A polícia é bastante presente na região, realizando diversas rodas e abordagens todas as noites⁴¹ principalmente nas ruas principais que fazem fronteira entre os bairros. Não são raras as vezes em que o alvo preferencial da polícia militar são jovens negros. A revista, o *Baculejo* como é comumente chamada pelos jovens da periferia da cidade, por si só é um ato de humilhação. Os policiais chegam

⁴¹Nas noites em que ficava na lanchonete contava quatro ou cinco vezes em que circulavam automóveis da polícia militar.

fortemente armados, apontando e por vezes com a arma engatilhada. Ordenam que as pessoas levanten as mãos e depois que as encoste na parede ou no capuz da viatura; Ordena abrir as pernas (ato tradicionalmente acompanhado de chutes nas pernas). Após isso se inicia a revista em que o policial inicia apalpando os calcanhares, subindo pelas pernas, passando pela genitália, cintura, tronco, axilas, descendo pelos braços, até observa o capuz do casaco ou o boné. Às vezes este procedimento é acompanhado de insultos ou perguntas como: “Vai pra onde?” “Tá fazendo o que aqui uma hora dessa?” E outras vezes cheirando as mãos para observar se o revistado consumiu maconha a pouco tempo. Observemos a narração de um de meus interlocutores:

E também tem em relação a polícia. Pra eles, eles são bem preparados, pra coagir a pessoa, chega pra fazer a revista, pra fazer o trabalho deles, a abordagem deles lá, mas só que eles nunca chegam com respeito. Ai tem um jovem que está usando droga, porque o policial não é mais preparado pra falar com o jovem, falar que ele não poderia, ele é novo, tem que sair desse mundo e tal, tentar ajudar o jovem? Mas hoje em dia a polícia chega agredindo, batendo, como já aconteceu com amigo meu, já aconteceu comigo mesmo por conta que eu tinha um dinheiro trocado no bolso, algumas notas de dois reais, trocadas no bolso, uns quarenta reais só de dois reais, eu trabalho em uma lanchonete, trabalho com dinheiro trocado! Né? E eu fui agredido, porque? Porque disseram que era dinheiro de tráfico. Levei uma tapa nas costas, não me espancaram, mas também não disseram coisas bonitas ao meu favor. Que eu era traficante, que tava vendendo droga. (29 anos, Garçom).

Todo o procedimento é realizado com o objetivo de estabelecer uma hierarquia, colocando o revistado em uma posição de subalternidade, de semicidadania e semi-humanidade. Isso pode se expressar na insistência da ordem de olhar para baixo, manter o rosto abaixado e nunca olhar o policial nos olhos, o que, caso ocorra, é prontamente reprimido e visto como uma afronta. Isso tudo ocorre, quando ainda não é tarde da noite, sob a observação dos passantes, o que aumenta ainda mais a humilhação:

Eu tinha o cabelo grande, disseram que eu tinha pra esconder a droga no cabelo[...] e eles chegaram e me agrediram e isso baixa a moral de qualquer um. Levar uma tapa na cara, levar um chute, um puxão de cabelo, ser coagido dessa forma, um jovem? [...](29 anos, Garçom).

A revista é um dos fortes mecanismos de controle e disciplinamento. Ela ocorre como um rito que, como na fala do interlocutor, tem como objetivo “baixar a moral”, “ensinar o lugar”, manter subalternos determinados grupos sociais. Esta desonra ritualizada muitas vezes possui uma conotação racial, como a ocasião narrada a seguir:

Existe ainda muito preconceito sobre a cor da pele, porque você negro, como eu tinha o cabelo grande, tinha dread, eu fui coagido umas duas ou três vezes pela polícia e o cara me chamava de Bob Marley, por que eu sou negro e tinha dread, eu não sou Bob Marley e o cara me chamava de Bob Marley: “é Bob Marley!” Não que ser comparado a Bob Marley seja ruim, mas só que é o seguinte, eles estavam falando de uma forma pejorativa contra minha pessoa, eles estavam querendo dizer que eu era um drogado isso e aquilo outro[..].(29 anos, garçom).

A percepção da discriminação racial é muito clara para o interlocutor. Chama-lo de Bob Marley com ar de deboche dentro daquele contexto, independente de suas preferências musicais, expressava um insulto que tirava dele sua autoestima, colocando-o em uma posição vexatória e humilhante. É muito claro para os jovens negros da periferia de todo país que a Polícia Militar está fundamentada em estruturas discriminatórias. Isso se expressa nas artes urbanas do grafite e pichação, nas reivindicações do movimento negro, na música negra do Racionais MCs, na violência cotidiana patrocinada pela polícia sobre os jovens negros das periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei observar o fenômeno da violência em seu aspecto positivo, ou seja, de construtor de realidade social. Partindo de uma experiência etnográfica, observei que a violência é fundamental na organização das práticas sociais cotidianas no interior do conjunto habitacional Severino Cabral. Desde sua fundação, formas de conflitos sociais e violência vêm permeando as relações sociais dos moradores do conjunto: Constituído as relações de vizinhança – principalmente a relação com Ramadinha e Pedregal; organizado sociabilidades, fluxos, horários e espaços, produzindo uma teia de significados que são imbricadas nestas relações.

No decorrer do texto analisei como a violência se relaciona com três fenômenos sociais presentes no contexto do conjunto: territórios, sociabilidades e relações étnico-raciais. Observei no processo de pesquisa que parte considerável do território e da identidade grupal do Severino Cabral se constituiu no conflito entre este e seus vizinhos Ramadinha e Pedregal. O conjunto foi construído anteriormente aos seus vizinhos e desde sua fundação foram constituídas pelos moradores instituições formais e formas de sociabilidade que possibilitaram um relativo grau de coesão e identidade. Posteriormente, com a criação da Ramadinha e Pedregal, que na visão dos moradores do Severino Cabral são mais pobres e violentos, constituiu-se uma ininterrupta relação de conflito que culmina com a estigmatização e atribuição de predicados negativos a estes bairros. Estes conflitos não raras vezes transformaram-se na prática da violência direta. É presente na memória dos moradores a formação de grupos de jovens – as gerações de criminalidade - que utilizavam da violência como prática de interação. Formados por diversificados códigos de conduta, honra masculina, estilos de vida, estes grupos foram encarados de maneiras diversas pelos moradores do conjunto, ora com medo ora como heróis que protegiam o território do bairro.

No dia a dia, as redes de sociabilidade e lazer nos bares, restaurantes, lanchonetes, nas caminhadas, celebrações religiosas, nos campos de futebol amador, ocorrem interações sociais que são organizadas dentro desta lógica conflituosa. Além disso, as sociabilidades praticadas no âmbito do conjunto possuem a característica principal do medo e da desconfiança. Caminhando no espaço do bairro, frequentando os espaços de lazer e de sociabilidade – principalmente o Canal de Bodocongó, a feirinha, a lanchonete – pude observar que o medo da violência organiza as interações apontando os horários, os fluxos e a forma como as

pessoas se relacionam. Demonstrações de medo e desconfiança por um lado e de poder e violência, por outro, entram em uma lógica interacional que se produz e reproduz nos contatos diários.

As narrativas de violência produzem, também, o espaço interno do bairro, constituindo os “esquitos” espaços demarcados e temidos. “O esquito” é um espaço sobrecarregado de significado. Uma materialização da narrativa, principalmente da narrativa de violência. Ao narrar-se a prática de violência, marca-se o espaço no qual ela ocorreu. Torna-o um espaço “mágico”, temido e evitado. Ao observar os mapas do esquito, observei, também, que estes tinham relação com a formação territorial do conjunto. Alguns dos lugares apontados nos mapas como perigosos eram demarcavam fronteiras com os bairros vizinhos.

Além disso, as relações étnico-raciais são percebidas a partir dos estigmas territoriais e da imputação da relação entre raça e violência. Observei que a relação conflituosa entre o Severino Cabral com a Ramadinha e o Pedregal, não se dava apenas porque estes eram tidos como pobres, mas também porque estes eram tidos como territórios negros. A cor da pele servia como metonímia dos territórios, representando-os. Reproduzindo características exteriores, em âmbito nacional e municipal, o racismo no conjunto não era declarado ou científico. Retirado do discurso sério e sistemático, o racismo presente no conjunto funcionava enquanto não-dito racista: microtécnica de poder que se utiliza de silêncios, denegações, piadas, contos para reproduzir estigmas e preconceitos sobre estes grupos sociais, possibilitando a fuga da responsabilidade da assertiva racista por parte do agressor. Em parte pela situação de pesquisa em que eu – jovem negro – me colocava amigavelmente na relação de interação; em parte pela própria configuração das relações étnico-raciais brasileiras, a questão expressou-se, no geral, de forma fragmentada ou indireta, apenas sendo levantada diretamente quando o interlocutor era a vítima do racismo. Nestes casos, observei como o racismo é uma ferramenta de dominação utilizada frequentemente que tem efeitos nefastos sobre os grupos e indivíduos atingidos, marcados seus corpos e identidades.

Longe de promover uma ode à violência, defendo neste trabalho uma mudança de perspectiva na qual a violência deixe de ser enquadrada em julgamentos morais anteriores, para ser observada como um fenômeno social fundamentalmente produtor de significados. Apenas partindo destes significados, jogos de linguagens, códigos de honra, moralidades masculinas que formam a *gramática da violência* que, além de compreender mais profundamente o fenômeno da violência, poderemos auxiliar na produção de políticas públicas que diminuam seus efeitos funestos. A violência experimentada diariamente, como

prática ou como narrativa, reproduz-se em gestos, vestimentas, músicas, artes urbanas, consumo, marcando estilos de vida, costumes, moralidades etc. diferenciando distintos grupos sociais e formando um conjunto de regras e ordenações que regulam diversas relações sociais. Sua compreensão, como fenômeno fundamental, possibilita, portanto, uma compreensão mais profunda do urbano e da sociedade contemporânea de forma geral.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado é que a proximidade possibilitada no fazer etnográfico enfatizar processos e agências. Tentei observar processos e práticas cotidianas para que ficassem distantes as imagens frias e impessoais dos gráficos tão comuns nos estudos de violência urbana na atualidade. Mais do que “histórias de morte” propus neste trabalho apresentar “modos de vida”, que pulsam e teimam em permanecer apesar e a partir da violência. Além disso, para concluir, posso afirmar o grande enriquecimento pessoal proporcionado por esta pesquisa. Revi antigos amigos e fiz muitas outras amizades. Experimentei vários momentos de alegria e alguns de medo. No contato diário com os interlocutores pude refletir sobre o papel do cientista social e do meu lugar enquanto pesquisador negro oriundo da periferia da cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. MANA 7(2):7-33, 2001.

ARENDDT, Hannah. Da violência. 2004.

AUGÉ, Marc. Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BRICEÑO-LEÓN, R. Las explicaciones de la violencia en América Latina: pobreza o institucionalidade? In: BARREIRA, César. (org.) Violência e conflitos sociais: Trajetórias de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p.29-50.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.

CARVALHO, I. M. M. ; BARRETO, Vanda Sá . Segregação Residencial, Condição Social e Raça em Salvador. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 18, p. 251-273, 2007.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1988.

COSTA, Arthur Trindade M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. CADERNOCRH, Salvador , v . 24, n. 62, p. 353-365, Maio/Ago. 2011.

DOMINGUES VARGAS, Joana. Indivíduos Sob Suspeita: A cor dos acusados de estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. Dados vol.42 n.4 Rio de Janeiro, 1999.

ELIAS, Norbert & SCITSON Johan L.. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 2005.

FRÚGOLI JR. Heitor. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

FRÚGOLI JR. Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. Rev. Antropol. vol.48 no.1 São Paulo Jan./Junho 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004

GAMBOA, L. H. Violência e Racismo: análise sobre a criminalização do negro nas narrativas da imprensa de Campina Grande – PB. Trabalho de conclusão de curso. (graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. 2012.

GOFFMAN, Erving. Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis, Vozes, 2011a.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana – Petrópolis, Vozes: 2011b.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito e Discriminação. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2004.

_____,A.S.A. Como trabalhar com "raça" em sociologia .Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

_____,A.S.A. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo. Editora 34, 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Centauro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílio 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> acessado em fevereiro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010 Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/> acessado em fevereiro de 2012.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2009

LIMA, L. M. . Fontes para o estudo da história da escravidão e da experiência negra na Paraíba oitocentista. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

MACHADO DA SILVA S. L.A Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.

MAGNANI, J.G.C.De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.Rev. bras. Ci. Soc. vol.17 no.49 São Paulo Junho de 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sci_arttext acessado em junho de 2013.

_____. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 2008.

MAGNANI, J.G.C. A festa no Pedaço: Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: UNESP, 2003.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental . São Paulo ed Abril. Coleção os Grandes Pensadores. 1979.

MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. Tempo Social, USP, São Paulo. p. 157-175. Maio de 1999.

MICHAUD, Y. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MIRABETE, JulioFabbini. Manual de direito penal. São Paulo. Atlas, 2003.

ODALIA, Nilo. O que é violência. Coleção primeiros passos. São Paulo. Brasiliense. 4^o Edição. 1983.

OLIVEIRA. Waléria Fortes de; GUIMARÃES. Marcelo Rezende. O conceito de violência em Hannah Arendt e sua repercussão na educação. Disponível em <http://www.educacionenvalores.org/O-conceito-de-violencia-em-Hannah.html>. Acessado em junho de 2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto urbe. Ano 2, Versão 2.0, fevereiro de 2008. Disponível em <http://n-a-u.org/pontourbe02/Peirano.html> Acessado em 08/09/2013

RIOS NETO, E. L. G. e RIANI, Julia de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na geografia do Brasil. SANTOS, Renato Emerson dos. (organizador) 2^o ed. Belo Horizonte : Editora Gutembergue , 2009.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na geografia do Brasil. SANTOS, Renato Emerson dos. (organizador) 2^o ed. Belo Horizonte: Editora Gutembergue , 2009)

SALES JÚNIOR, R.L. Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2009.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____, A metrópole e a vida mental. Em VELHO, Otávio G. (org), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: E. Moraes (Org.). Simmel: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOARES. L.E. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In. PEREIRA, Carlos Alberto Messenger (org.). Linguagens da violência. Rio de Janeiro – RJ: Rocco, 2003.p. 23-46.

SILVA, Vanderlan F. . A Lógica Perversa da Produção de Homicídios em Cidades de Porte Médio no Brasil. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de

Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011. p. 1-18

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1995.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro revista de antropologia. Vol. 48 No 1. São Paulo: USP.2005.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In NUNES, Edison de O. A aventura sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

_____.Antropologia Urbana: Encontro de tradições e novas perspectivas.Sociologia, Problemas e Práticas n.59 Oeiras jan. 2009. Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087365292009000100002&script=sci_arttext

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. Violência e mal estar na sociedade. São Paulo. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88391999000300002&script=sci_arttext

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari. São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

WHAYTE, William Foote. Sociedade de esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos de Sociologia Compreensiva. V. 2. Brasília: UNB. 1999.

ANEXO I. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Você mora há quanto tempo no Severino Cabral? Você lembra como era o bairro quando veio morar aqui? Ele mudou muito? Pode descrever?

Obs: Se o entrevistado responder a primeira pergunta dizendo que reside no bairro desde que nasceu, perguntar: o bairro mudou muito desde sua infância até hoje? Quais são as suas lembranças do bairro?

2. E como eram os bairros vizinhos?
3. Quais atividades você costuma fazer em seu tempo livre? Você costuma fazer alguma delas dentro do Severino Cabral?
4. Quais lugares você costuma frequentar no Severino Cabral?
5. Quais são as principais qualidades do Severino Cabral?
6. E seus principais problemas?
7. Você considera o Severino Cabral como um bairro perigoso? Porque?
8. Para você quais são as principais causas da violência de uma forma geral? E no Severino Cabral?
9. O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro?